



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUSTENTÁVEL

CLAUDETE SARRAF DE ABREU

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E
TRABALHO EM CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RESERVA
EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ)

MACAPÁ-AP

2024

CLAUDETE SARRAF DE ABREU

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E
TRABALHO EM CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RESERVA
EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção de título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Souza Rangel

MACAPÁ-AP

2024

CLAUDETE SARRAF DE ABREU

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E
TRABALHO EM CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RESERVA
EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção de título de Mestre. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.

Avaliado em: _____ / _____ /2024

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente



KÁTIA SOUZA RANGEL

Data: 04/02/2025 16:11:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Kátia Souza Rangel
Presidente e Orientadora – PPGDAS/Unifap

Documento assinado digitalmente



JANAÍNA FREITAS CALADO

Data: 05/02/2025 19:43:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Janaína Freitas Calado
Examinador Titular Interno – PPGDAS/Unifap

Documento assinado digitalmente



ANA CRISTINA DE PAULA MAUES SOARES

Data: 05/02/2025 19:24:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Ana Cristina de Paula Soares Maués
Examinadora Titular Externo – Sociologia/Unifap

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

A162d Abreu, Claudete Sarraf de.

Desenvolvimento sustentável do território, modo de vida e trabalho em contexto de populações tradicionais na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá) / Claudete Sarraf de Abreu. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 112 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Macapá, 2024.

Orientador: Kátia Souza Rangel.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Modo de vida. 3. Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá). I. Rangel, Kátia Souza, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título. CDD 23. ed. – 378.0918117

ABREU, Claudete Sarraf de. Desenvolvimento sustentável do território, modo de vida e trabalho em contexto de populações tradicionais na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá). Orientador: Kátia Souza Rangel. 2024. 112 f.

Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

Dedico este trabalho a minha avó Alice Sarraff (in memorian), meu exemplo de garra e determinação, a todos os meus irmãos e familiares. E aos extrativistas e agricultores (populações tradicionais) que mudaram a retórica da história do campo, de tradições ameaçadas, para um novo sujeito articulado, movido de força e resistência adaptando-se ao tempo o ritmo da floresta de forma sustentável.

AGRADECIMENTOS

Louvar a Deus, em tudo, pois em minha vida fez maravilhas, me encoraja e fortalece. Na Bíblia Sagrada, Salmo 91 diz: “*Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei*”. Mas reconheço que não se caminha só, e que na edificação de qualquer prédio é necessário auxílio, ajuda e irmandade. E nesse contexto, está o meu Professor Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto, o qual tenho profunda gratidão, admiração e respeito, quase um psicólogo em minha vida, sempre firme em acreditar que eu seria capaz. Ao meu esposo Valcimar Santana, dono de um amor e paciência admirável, meus filhos: Ian Cristian Sarraf Santana e Taian Sarraf Santana, os bens mais preciosos da minha vida, que fizeram de tudo para que eu pudesse realizar meus estudos, de forma mais tranquila, compreendendo a minha ausência, meu irmão Rangel, por estar comigo; minha amiga Fran Menezes que nessa jornada de estudos manteve suas orações e palavras motivacionais. Minhas amigas, Ciany, Vanuza e Maria Rosa que sempre me deram seu ombro amigo. A minha querida orientadora, professora Dra. Kátia Rangel, que me escolheu, confiou, compreendeu e me motivou nos momentos de dificuldades de saúde. Aos extrativistas e agricultores da Resex-Cajari, que fizeram parte desse trabalho, e que merecem todo o reconhecimento de luta, força e resistência. A minha amada mãe, Benedita Sarraff de Abreu, que apesar das inúmeras dificuldades em me criar e educar, sendo mãe e pai, não desistiu de mim. Muitas foram as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste estudo, se foi omitido o nome de alguém, minhas sinceras desculpas pela omissão não proposital de seus nomes e estendo meus agradecimentos a todos os meus familiares e amigos que torceram por mais esta etapa alcançada.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

“Em cada ciclo da vida, o conhecimento é a alavanca que nos impulsiona para novas descobertas e conquistas”

Leonardo da Vinci

“A vida é como um rio que flui incessantemente, e o conhecimento é a corrente que nos leva adiante”

Oliver Wendell Holmes

“O conhecimento é o farol que ilumina os caminhos escuros da vida, guiando-nos para horizontes mais luminosos”

Platão

RESUMO

Este estudo aborda o modo de vida de populações tradicionais na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) tendo como objetivo primário analisar a relação entre Desenvolvimento Sustentável e os aspectos de modo de vida, território e trabalho das famílias residentes nas Comunidades de Água Branca do Cajari, Boca do braço e Santa Clara. Utilizou-se uma metodologia teórica e prática, com abordagem qualitativa e quantitativa, que incluiu levantamento bibliográfico, pesquisa documental, trabalho de campo e entrevistas. Os achados do estudo definiram os conceitos do modo de vida e sua relação com desenvolvimento sustentável e o interstício da floresta, expressão utilizada neste estudo para caracterizar os ciclos da floresta. Além disso, foi discutido o trabalho no território de reservas extrativistas no qual a lógica de subsistência, se relaciona com o "tempo da floresta" e orienta a vida das famílias. As entrevistas confirmam nossa hipótese de que o modo de vida nessas comunidades da Resex-Ca está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável, com os povos tradicionais atuando como pescadores, agricultores e extrativistas que desenvolvem estratégias de sobrevivência baseadas em uma economia de subsistência e no uso sustentável dos recursos naturais, respeitando o contexto socioambiental mesmo apresentando algumas disparidades de acesso a bens e serviços entre as comunidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Modo de vida; Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá); Território. Trabalho.

ABSTRACT

This study examines the lifestyle of traditional populations in the Rio Cajari Extractive Reserve (Resex-Ca), with the primary objective of analyzing the relationship between Sustainable Development and the aspects of lifestyle, territory, and work of families residing in the communities of Água Branca do Cajari, Boca do Braço, and Santa Clara. A theoretical and practical methodology was employed, using a qualitative and quantitative approach included a bibliographic review, documentary research, fieldwork, and interviews. The study's findings defined the concepts of lifestyle and its relationship with sustainable development and the "interstices of the forest," an expression used to describe the forest's natural cycles. Additionally, the research explored work within the extractive reserve territory, where the subsistence economy aligns with the "time of the forest," guiding the families' livelihoods. The interviews confirmed our hypothesis that the lifestyle in these Resex-Ca communities is intrinsically linked to sustainable development, with traditional peoples acting as fishers, farmers, and extractivists, developing survival strategies based on a subsistence economy and the sustainable use of natural resources, respecting the socio-environmental context, even though there are some disparities in access to goods and services between the communities.

Keywords: Lifestyle; Rio Cajari Extractive Reserve (Amapá); Sustainable Development. Territory; Work.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Laranjal do Jari.....	53
Figura 2 - Vitória do Jari.....	54
Figura 3 - Mazagão Velho.....	55
Figura 4 - Vista aérea da Vila Água Branca do Cajari.....	56
Mapa 1- Comunidades Estudadas.....	18
Mapa 2 - Vilas e ramais de Laranjal do Jari.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DS	Desenvolvimento Sustentável
ECFPn	Estação Científica Ferreira Penna
FLONA	Floresta Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Resex-Ca	Reserva Extrativista do Rio Cajari
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidades de Conservação
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Famílias Por Comunidade.....	72
Gráfico 2: Tipos de Residências.....	74
Gráfico 3: Coleta de Água.....	74
Gráfico 4: Tipos de Energia Usada.....	75
Gráfico 5: Escoamento Sanitário.....	76
Gráfico 6: Destino do Lixo.....	77
Gráfico 7: Sexo.....	78
Gráfico 8: Grau de Instrução.....	79
Gráfico 9: Atividades.....	80
Gráfico 10: Filhos que Permanecem na Comunidade.....	81
Gráfico 11: Participação em Cooperativa/Sindicato.....	82
Gráfico 12: Confiança nas Lideranças.....	83
Gráfico 13: Conhecimento da Legislação da Resex.....	84
Gráfico 14: Recebimento de visita/orientação técnica.....	85
Gráfico 15: Responsável pela visita/orientação técnica.....	86
Gráfico 16: Realização de treinamentos.....	86
Gráfico 17: Uso de Internet.....	87
Gráfico 18: Veículo Próprio.....	88
Gráfico 19: Atendimento de agentes comunitários de saúde.....	89
Gráfico 20: Unidade Básica de Saúde na Comunidade.....	90
Gráfico 21: Atendimento de urgência.....	91

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	PROBLEMA E PROBLEMÁTICA.....	15
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.3.1	Objetivo Geral.....	16
1.3.2	Objetivos específicos.....	16
1.4	HIPÓTESES.....	17
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.5.1	Epistemologia e Métodos.....	17
1.6	APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
2	MODO DE VIDA EM PERSPECTIVAS: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O TEMPO E O INTERSTÍCIO DA FLORESTA.....	21
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.2	O TEMPO E O INTERSTÍCIO DA FLORESTA.....	27
3	TERRITÓRIO, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	34
3.1	TERRITÓRIO E O MODO DE VIDA.....	34
3.2	O TRABALHO COMO AÇÃO TRANSFORMADORA DO SER SOCIAL.....	41
3.3	MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR DIREITOS HUMANOS.....	45
4	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RESEX-CA: AS RELAÇÕES ENTRE O TERRITÓRIO, O TRABALHO E OS MODOS DE VIDAS DAS FAMÍLIAS NO SUL DO AMAPÁ.....	51
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: AMAZÔNIA E SOCIOAMBIENTAL DO SUL DO AMAPÁ.....	51
4.2	RECORTES SOBRE OS MUNICÍPIOS DE LARANJAL DO JARI, VITÓRIA DO JARI E MAZAGÃO.....	52
4.3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	55
4.4	OS DESAFIOS DAS ENTREVISTAS: PERSPECTIVAS DOS MORADORES DA RESEX-CA.....	58
4.5	ANÁLISE DAS COMUNIDADES: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O MODO DE VIDA NO SUL DO AMAPÁ.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A: Relação de Entrevistados.....	103
	APÊNDICE B: Formulário utilizado na pesquisa de campo: Questionário – Resex-Ca.....	106
	APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	109
	ANEXO A: Parecer consubstanciado.....	111

1 INTRODUÇÃO

A temática central deste estudo é o modo de vida na Amazônia, mais específica no Sul do Estado do Amapá. O objetivo é analisar a noção de Desenvolvimento Sustentável praticada pelos grupos sociais que residem a região, inter-relacionada com os conceitos de modo de vida, território e trabalho em contexto de populações tradicionais. Na perspectiva dos **interstícios da floresta**¹, expressão utilizada pela autora para definir a relação de respeito que os ribeirinhos amazônicos, os extrativistas e os agricultores com os ciclos da floresta obedecendo o ritmo dela para plantar e colher. Respeitar os ciclos da natureza é o grande diferencial entre quem convive em consonância com a floresta e quem explora os bens ambientais e, neste sentido, as populações tradicionais utilizam a natureza, respeitando-a e conhecendo seus segredos.

Este estudo foi realizado na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca), localizada na região Sul do Estado do Amapá, junto às famílias que habitam esse território, especificamente nas comunidades Vila Água Branca, Vila Santa Clara e Vila Boca do Braço. Com isso, pretendeu-se construir uma reflexão acerca do conceito “tempo da floresta” e a própria ideia da sustentabilidade, ou ainda, de Desenvolvimento Sustentável.

Destacando que os ribeirinhos e demais grupos sociais identificados como povos tradicionais, ou povos da floresta, desempenham múltiplas funções: são pescadores, agricultores e extrativistas. Por meio dessas atividades, desenvolvem estratégias de sobrevivência baseadas em uma economia de subsistência, ou melhor, em uma economia do dia a dia (do trabalho socialmente necessário²), no qual os recursos naturais são utilizados com racionalidade e de forma sustentável, dentro de um contexto socioambiental responsável.

Vale ressaltar que o extrativismo e a sustentabilidade sempre foram elementos centrais no modo de vida das populações do Sul do Amapá e da região do Vale do Jari, que abrange principalmente os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, de modo que esta pesquisa justificou-se pela busca de se compreender a dinâmica social dessas populações moradoras da Reserva Extrativista (Resex), considerando os conceitos modo de vida (Candido, 1990;

¹ Neste trabalho a noção de **interstício da floresta** tem o sentido de que o ribeirinho amazônico, o extrativista ou mesmo o agricultor, tem uma relação com a floresta de respeito, levando em consideração seus conhecimentos sobre a fauna, a flora, os rios e a floresta. As populações tradicionais amazônicas, por experiência, sabem o momento de plantar e colher, de esperar e se apressar. Para o ribeirinho, o conceito de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento sustentável, nada mais é que compreender que os recursos naturais são finitos e que devem ser utilizados de forma racional e inteligente. A natureza imprime o ritmo e ele adequa seu tempo ao dela.

² Termo marxista que designa o trabalho como labor, que não busca lucro ou acúmulo de capital, mas a reprodução da vida do trabalhador.

Oliveira e Marques, 2004; Nabarro, 2014; Suzuki, 2013; Rangel, 2017), território (Haesbaert, 2009; Fraxe; Silva, 2004) e trabalho (Marx, 2011; Antunes, 2011; Luxemburgo, 1970).

Nessa perspectiva, têm-se como escopo básico o debate teórico sobre os conceitos Desenvolvimento Sustentável, modo de vida, território, trabalho e interstícios da floresta, como fatores que constituem uma economia de subsistência na região. Nesse sentido, cabe evidenciar como o Estado brasileiro, a partir do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 define os povos da floresta e comunidades tradicionais:

I- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Desse modo, entende-se que as populações tradicionais possuem como primeira distinção perante o restante dos outros grupos sociais, traços culturais próprios, como características únicas e vínculos ligados à tradição. Então, todos os aspectos da vida, desses grupos, são específicos, o que os leva, portanto, a ter relações singulares com a natureza, dentre as quais a sustentabilidade, modo de vida, território e trabalho, mas também religião, sociabilidades etc. Logo, a dinâmica existente entre esses grupos é interesse-mor de quem pretende dimensionar essa temática.

Historicamente, compreende-se as populações ribeirinhas e do campo situadas em posições subalternas, perante a lógica das cidades, com ênfase aos grandes centros urbanos, uma lógica dominante que não é traço distinto somente para essas populações tradicionais que residem no Sul do Amapá, já que as comunidades tradicionais compartilham dessa característica; por estar do lado oposto daquilo que é estipulado e imposto pelo processo de globalização, as regiões periféricas – como a que compreende o território Amazônico e o Estado do Amapá – subordinadas ao capital, é que as comunidades tradicionais, que aqui fazem morada tornam-se objeto de análise, justamente por suas peculiaridades.

No que se refere à elaboração de políticas públicas, ressalta-se a invisibilidade desse segmento populacional que reside na referida Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) e na Amazônia como um todo, que vivem marginalizadas em relação aos programas de saúde, saneamento básico, educacionais e previdenciários.

1.1 MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICATIVA

Mesmo contrariando os bons manuais de metodologia científica, e talvez passando momentaneamente por cima de regras consolidadas no campo metodológico, gostaria nesse momento de criar um memorial descritivo. O motivo é mais que relevante, é uma prestação de conta, um resumo, ou mesmo uma síntese da minha experiência ribeirinha e motivos que induziram a pesquisar a temática em tela.

Sou Claudete Sarraf de Abreu, mas pode me chamar de Cláudia Sarraf. Nasci no interior chamado de Jutai, no município de Almeirim-PA, e cresci nesse universo ribeirinho. Em 1996, encontrei meu lar em Laranjal do Jari. Minha trajetória profissional começou com a aprovação em concurso estadual, onde me tornei professora. Logo após, passei no concurso municipal, o que me permitiu desempenhar diversos papéis, como diretora escolar, coordenadora do Programa Mais Educação, integrante e presidente do Conselho Municipal de Educação de Laranjal do Jari.

Minha sede por conhecimento me levou à graduação em Ciências Sociais na UNIFAP, seguida de uma especialização em Educação Física Escolar. Sempre busquei aprimorar minhas habilidades por meio de cursos de qualificação profissional. O mestrado surgiu como uma busca natural por aperfeiçoamento, um passo a mais na minha jornada. Atualmente, sou pesquisadora do projeto de Mapeamento e Diagnóstico dos Produtos e Iniciativas da Bioeconomia, com o objetivo de orientar a elaboração do Plano Estadual da Bioeconomia do Estado do Amapá (BIO-Amapá).

Além de minha carreira, minha maior riqueza é minha família. Mas não posso deixar de mencionar minhas amigas, que são como uma extensão da família. Por onde passo, tento semear alegria, comunicação e extroversão, e isso me rendeu muitas amigas que permanecem até hoje, cada uma com um papel especial em minha vida. Minha casa sempre foi aberta para receber visitas, e qualquer motivo se torna motivo de festa e comemoração. Estar rodeada de pessoas queridas é o que me faz verdadeiramente feliz. Essa sou eu, Claudete Sarraf de Abreu, uma mulher que busca deixar um legado de amor, alegria e amizade por onde passa.

A escolha desta temática se justifica por duas razões. A primeira é o fato de eu ter crescido e vivido no ambiente ribeirinho do Sul do Amapá, desde a infância até a fase adulta e profissional. A partir dessa vivência nos municípios do Norte do Pará (Almeirim) e do Sul do Amapá (Laranjal do Jari), que pude perceber, sentir e contemplar a alma ribeirinha, caracterizada por um modo de vida peculiar e por uma realidade difícil de um grupo

populacional que "vive um dia de cada vez". Muitos pais da região não querem que o futuro de seus filhos se limite a habitar a floresta. Para as gerações mais novas, a principal preocupação é com as oportunidades de trabalho, de estudos e, acima de tudo, com uma melhor qualidade de vida. Como professora e servidora pública, participei ativamente do cotidiano de centenas de alunos ribeirinhos, acompanhando-os desde o processo de alfabetização até a colação de grau, e, infelizmente, também a evasão escolar de alguns.

O segundo motivo refere-se à relevância acadêmica e social do tema suscitado para o estado do Amapá, contribuindo para a construção de conhecimento orgânico e que contemple a atualização das informações socioeconômicas sistematizadas por Ribeiro (2008) e colaborando para a produção de novos saberes que beneficiem a sociedade local e o desenvolvimento regional, em consonância com os trabalhos de Filocreão (2002, 2014); Chagas (2015); e Ribeiro e Filocreão (2013).

Por tais razões é que buscou-se estudar o modo de vida da população habitante da Reserva Extrativista do Cajari - Resex-Ca³ a qual está localizada entre os municípios de Vitória do Jari, Mazagão e Laranjal do Jari (PINTO, 2019). A referência territorial das diversas comunidades que habitam a Resex Cajari está ligada diretamente aos rios, castanhais e sociabilidades que compõem o universo ribeirinho, além da questão da sustentabilidade.

1.2 PROBLEMA E PROBLEMÁTICA

Embora o ribeirinho amazônico seja multifacetado entre as identidades: de agricultores, pescadores ou extrativistas, pode-se unificá-las na dor e no prazer de viver numa região que, historicamente é rica em recursos naturais, mas que tem seus bens saqueados e explorados por um capitalismo disfarçado, onde o discurso do progresso e do desenvolvimento sempre serviram como argumento para explorar os territórios originários.

Para esses grupos socioeconômicos e populacionais, sonho e a realidade se mesclam em novas oportunidades como acesso ao ensino superior, os serviços de saúde, e a oferta de programas sociais, enfim, uma vida mais digna e com mais direitos sociais. Por isso, na luta pela reprodução da vida, esses buscam formas de sobrevivência e estratégias para minimizar problemas educacionais, sociais, de saúde e de desenvolvimento.

3 A Reserva Extrativista do Rio Cajari tem jurisdição Federal, foi criada a parti do Decreto Federal 99.145,12/3/1990; Decretos/n 30/9/1997, faz parte do grupo de proteção integral, sua área é de aproximadamente 501.771.00 hectares e corresponde a 3,51 % do território do Estado do Amapá. Fica localizada nos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitoria do Jari (PINTO, 2019).

Vislumbrou-se, portanto, apresentar elementos estruturais que deram forma e conteúdo a ideia de Desenvolvimento Sustentável, e como a noção de sustentabilidade se relaciona com modo de vida, território e trabalho; no qual Sociologia, a Geografia e Economia se entrelaçam na tentativa de responder uma questão básica: **como se materializa a vida dessas populações em meio ao Desenvolvimento Sustentável e seus modos de vida, junto ao tempo da natureza? E como essa condição territorial caracteriza o modo de vida e o trabalho desse segmento populacional que habita a floresta e rios do Sul do Amapá? Como o modo de vida se constitui neste território?**

Com base no exposto, a intenção é construir uma análise e reflexão, buscando compreender como a noção de desenvolvimento sustentável está conectada com o modo de vida, com o território e as atividades cotidianas de trabalho das populações tradicionais. No que se refere a esse problema, as procurações da pesquisa derivam da observação em torno de ver o desenvolvimento sustentável de forma sistêmica, onde trabalho, território e modo de vida respondem por uma forma peculiar no relacionamento da natureza com o homem amazônico.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Considerando a atualidade e a relevância que compreende a temática do estudo, tem-se como objetivo geral a perspectiva de: **analisar a relação entre o desenvolvimento sustentável, modo de vida, território e trabalho na Reserva Extrativista do Rio Cajari.** Compreendendo assim, a ideia de desenvolvimento sustentável e sua dimensão inerente ao modo de vida das populações tradicionais que habitam o Sul do Amapá, tendo como parâmetro o trabalho realizado das famílias que residem naquele território. Assim, levando em consideração o território e o trabalho, busca-se identificar como as práticas produtivas locais garantem o desenvolvimento sustentável e dão-lhe uma compreensão sistêmica, amplificada e difusa.

1.3.2 Objetivos Específicos

Nesse sentido, para fins de objetivos específicos, buscou-se:

1) Definir o(s) conceito(s) de territorialidade (modo de vida, território e trabalho), bem como a dinâmica destes conceitos na reprodução da vida daquelas populações com a sociedade envolvente;

2) Compreender, a partir das atividades de trabalho, a economia de subsistência das populações tradicionais, no bojo dos interstícios da floresta;

3) Atualizar as características socioeconômicas identificadas por Filocreão (2002, 2014); Chagas (2015); Ribeiro (2008); Ribeiro e Filocreão (2013).

Diante dessas questões, este estudo também busca compreender a apropriação do território, as territorialidades e atividades de trabalho sob a compreensão dos interstícios da floresta e economia de subsistência e atualizar as características socioeconômica das comunidades estudadas.

1.4 HIPÓTESE

Observando o contexto socioambiental do Sul do Amapá, e, mais especificamente da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca), nossa hipótese é que a maneira como as populações tradicionais se relacionam com rios e bens comuns ambientais, o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se ampliado, difuso, sistêmico e ganha sentido mais completo a partir da relação inerente entre o desenvolvimento sustentável, modo de vida, território e trabalho, que são conceitos que, quando utilizados dentro de um mesmo ambiente, respondem por uma definição bem mais legitimada de sustentabilidade.

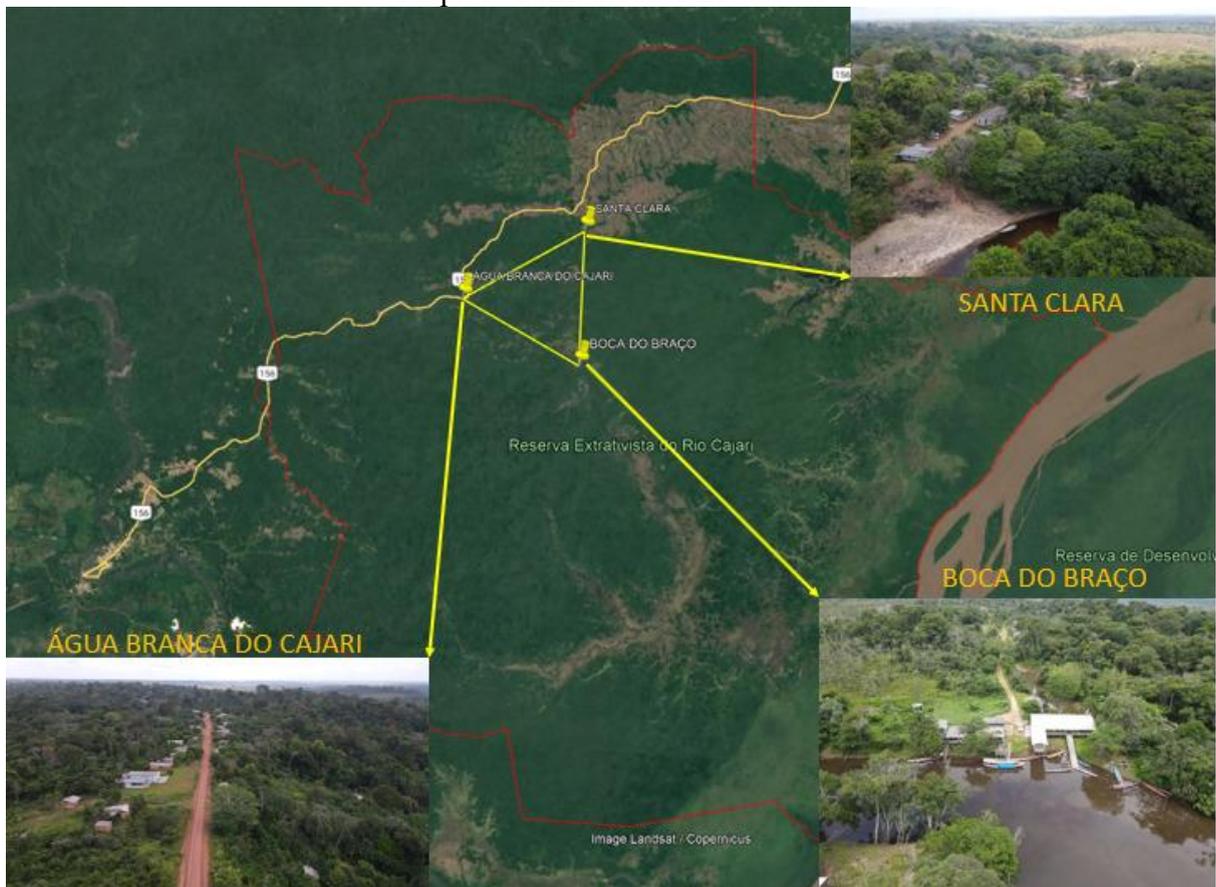
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.5.1 Epistemologia e Métodos

Os estudos que deram origem a esta pesquisa são embasados na linha filosófica do materialismo histórico-dialético (MHD), que ganharam substância nos escritos de Friedrich Engels (1820-1895), que explica o movimento histórico de reprodução do modo de produção capitalista e as relações sociais no bojo deste modo de produção, a partir de princípios epistemológicos que consideram o discurso, análise e interpretação da realidade. Assim, “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, através de um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (José-Filho, 2004, p. 64).

Em relação ao tema e problema de pesquisa, foi utilizada de forma predominante a pesquisa qualitativa, por ser uma apreciação interpretativa profunda da dinâmica social dessas comunidades, o que permitiu considerar a complexidade e as especificidades do estudo proposto nesta pesquisa. Entretanto, apesar da escolha óbvia em termos de pesquisa social, compartilhamos com as ideias e pensamentos do sociólogo Combessie (2004), ou seja, optamos pela utilização de métodos quantitativos, onde opiniões e informações, foram traduzidas em números, esses observados à luz do referencial teórico utilizado. O método de investigação é indutivo, pois gerou-se e coletou-se dados *in locus* (Mapa 1), as comunidades estudadas foram Água Branca do Cajari, Santa Clara que ficam as margens da BR 156, e Boca do Braço que fica aproximadamente a 6 km da mesma rodovia.

Mapa 1: Comunidades Estudadas



Fonte: Google Earth (2024).

A metodologia foi exploratória e descritiva, pois pretendeu-se investigar também informações tangenciais sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar, abrangendo economia de subsistência local, inter-relacionada com o modo de vida, território, trabalho e desenvolvimento sustentável, a fim de descrever a realidade da Resex-CA em estudo.

Procurou-se obter dados, opiniões, informações de famílias que habitam a Resex-Ca, por meio de questionários (23) e entrevistas qualificadas (2). A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Unifap, através da Plataforma Brasil e foi aprovada através do Parecer nº 7.117.179 e CAAE nº 79443724.4.0000.003 (ANEXO A).

Quanto ao levantamento bibliográfico, foram utilizados autores que discutem a questão socioambiental do sul do Amapá e os conceitos mencionados anteriormente. Neste campo, nosso estudo recorreu à pesquisa de livros, documentos, artigos, resenhas, revistas, entrevistas, dissertações de mestrados e teses de doutorado, ou seja, tudo que se vincular ao nosso objeto de estudo. Durante todo o estudo, visto que a problemática enfocada possui casos análogos e exigirá entrevista qualificada dos sujeitos sociais.

De acordo com tema, problema, objetivos propostos nesta pesquisa, orientado pela Profa. Dra. Kátia Souza Rangel, realizamos pesquisa de campo no Municípios de Laranjal do Jari, nas seguintes comunidades: Vila Água Branca do Cajari, Vila Santa Clara, Vila Boca do Braço.

Utilizamos como registro: relatórios de gestão do ICMBio sobre a Resex Cajari; aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas para informantes qualificados; registro de entrevistas seguindo-se roteiro semiestruturado de entrevistas com a temática história de vida dos moradores, conversas espontâneas (na hora do café, do trabalho, do almoço, da janta, das festas e do lazer). A aplicação desses instrumentos e dessas técnicas visaram caracterizar perfis, observar e coletar informações sobre o modo de vida em contexto de populações tradicionais dos seus moradores que habitam vilas e comunidades no Alto, Médio e Baixo Cajari, no Sul do Amapá.

Foram analisadas as histórias e as vidas dos entrevistados. Os registros eletrônicos foram filtrados e os dados mais relevantes foram transformados em dados escritos. As técnicas utilizadas nesta pesquisa foram: observação direta; entrevistas e aplicação de formulários.

1.6 APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Apresentamos abaixo as seções da dissertação, organizadas de modo a relacionar nossas propostas e categorias de estudo.

Na primeira seção: **Introdução**, apresentaremos o contexto inicial do estudo, com direcionamentos acerca do problema e problemática da pesquisa, bem como os objetivos,

hipótese, procedimentos metodológicos e breve memorial, buscando uma apresentação geral do que pretendemos abordar nas seções seguintes.

Para a segunda seção: ***Modo de vida em perspectivas: desenvolvimento sustentável, o tempo e o interstício da floresta***, trazemos concepções, conceitos e categorias de nossa proposta teórica acerca de desenvolvimento sustentável, do tempo e do interstício da floresta, com referencial teórico e perspectivas pessoais de vivência de autoria do estudo.

Na terceira seção: ***Território, Trabalho e Movimentos Sociais***, além da continuidade das discussões sobre o modo de vida, almejamos o aprofundamento e problematização dos conceitos diversificados de Território, do Trabalho enquanto categoria social de análise e os movimentos sociais e suas relações com a busca e valorização de Direitos Humanos.

Na quarta e última seção desta dissertação serão apresentados os resultados de maneira direta e objetiva: ***Desenvolvimento Sustentável na Resex-Ca: as relações entre o território, o trabalho e os modos de vidas das famílias no Sul do Amapá***, em que estão inseridas e contextualizadas em recortes históricos sobre os municípios que compreendem os locais deste objeto de estudo, junto aos resultados das entrevistas e dos questionários com os indivíduos moradores da Resex-Ca e dos questionários, seguido das considerações finais do estudo.

2 MODO DE VIDA EM PERSPECTIVAS: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O TEMPO E O INTERSTÍCIO DA FLORESTA

Nesta seção, dar-se-á início ao aprofundamento conceitual e teórico desta dissertação, com problematização e exploração de conceitos e categorias centrais acerca da discussão apresentada anteriormente sobre o modo de vida, Desenvolvimento Sustentável, tempo e o interstício da floresta.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste estudo, aborda-se a categoria central Desenvolvimento Sustentável (DS) a partir de uma concepção ampla e com auxílio de conceitos contemporâneos, no sentido interdisciplinar, tendo em vista que essa categoria socioeconômica e ambiental está em constante processo de transformação, ainda em busca de consolidação substancial, e, portanto, em paulatina reformulação.

Parte-se então da perspectiva em que o Desenvolvimento Sustentável se aproxima da ideia de bem comum a todos os indivíduos, sem distinção, relacionando questões econômicas com a natureza – uma ação, ou ainda, um movimento que se tornou amplamente discutido para fins de atendimento as preocupações comuns, tanto de um presente, quanto um futuro seguro para todas as sociedades, aprendendo com o que foi vivenciado no passado.

Desse modo, compreende-se que o Desenvolvimento Sustentável (DS) se estrutura em duas concepções historicamente autônomas, e em alguns momentos bastante distintas: Desenvolvimento + Sustentabilidade. Este movimento desperta interesses e preocupações no âmbito econômico, ambiental, ecológico, político, social, cultural e religioso, sendo inclusive um assunto amplamente debatido por instâncias de Estados Nacionais, incluindo os desafios de se pensar uma sociedade mundial ecologicamente segura, mas que tenha condições de assegurar o crescimento socioeconômico.

Este debate sobre o Desenvolvimento Sustentável ganhou forças ao longo do século XX, estando frequentemente presente em agendas institucionais, tais como da Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto organização interessada e preocupada com os caminhos a serem seguidos pela humanidade, o que é evidenciado em Sugahara e Rodrigues (2018):

Presente na agenda global durante praticamente toda a segunda metade do século XX e início do XXI, e formalmente institucionalizado em 1987 pela

Organização das Nações Unidas (ONU), o Desenvolvimento Sustentável é, hoje, uma das maiores preocupações da humanidade e um discurso em constante disputa. Isto significa que diferentes setores políticos, econômicos e sociais buscam legitimar sua visão do Desenvolvimento Sustentável como verdadeira, ajudando, desta forma, suas agendas particulares. Segundo a ONU, atualmente cerca de 795 milhões de pessoas passam fome no mundo, 40% da população mundial é afetada pela escassez crescente de água e as mudanças climáticas, causadas pelo homem, avançam ameaçando a vida em todo o planeta. As condições ambientais apresentadas revelam a importância do Desenvolvimento Sustentável como meio para solucionar os problemas enfrentados pela humanidade que permitam trazer condições de equilíbrio para a preservação do capital natural e o sistema econômico-social. (SUGAHARA e RODRIGUES, 2018, p. 31)

Nesse sentido, percebe-se que há duas grandes preocupações, dentre as mais diversificadas, que dão sentido ao debate aqui levantado: como crescer economicamente sem causar grandes danos a sustentabilidade e ao meio ambiente? E como preservar a sustentabilidade e o meio ambiente sem prejudicar potencialmente e de maneira irreversível a econômica das nações?

Para aprofundar a exploração dessas questões, vislumbramos com Sugahara e Rodrigues (2018), partindo inicialmente do princípio de sustentabilidade, entendendo-a como uma manifestação originada da ecologia, que se associa a economia para fins de impulsionar a ideia de desenvolvimento. Dessa maneira, com base nas autorias mencionadas, entende-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento, quando unidos em “Desenvolvimento Sustentável”, almejam maneiras de conciliar racionalmente a necessidade de preservação dos ecossistemas, a natureza de modo geral, bem como permitir o crescimento econômico das nações.

Ainda assim, não há um pleno consenso sobre esses conceitos e discursos, tendo em vista que a ideia de Sustentabilidade se divide em inúmeras concepções, desde aquelas que entendem a 1) sustentabilidade como uma permissão para a exploração dos recursos naturais – seguido do indicativo de que haverá novos recursos para substituir os utilizados, ou ainda, para aquelas, que são mais predominantes, como as quais vislumbram a 2) sustentabilidade como um alerta para o mundo, sobre necessidade de preservar o meio ambiente para que haja manutenção da vida no planeta, em especial, a partir das preocupações com o crescimento populacional, que exigirá a utilização de mais recursos, e, portanto, mais explorações e degradações, caso não haja preocupação com os ecossistemas.

Com essa multiplicidade de conceitos e concepções, entende-se que para o Desenvolvimento Sustentável não há apenas a preocupação com o meio ambiente e a economia, mas um conjunto de fatores que os cercam, conforme aponta Sugahara e Rodrigues (2018):

Em 1973, elaborado inicialmente por Maurice Strong, primeiro diretor-geral do PNUMA, e aprofundado por Ignacy Sachs (SACHS, 2004), o conceito de “Ecodesenvolvimento”, sendo aquele que concilia desenvolvimento e preservação ambiental, serviu de base para a posterior criação do termo Desenvolvimento Sustentável. Para Ignacy Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento deve abarcar muito mais do que apenas a perspectiva econômica. Segundo Sachs (2004), o Ecodesenvolvimento, também conhecido como Ecosociodesenvolvimento, deve englobar os aspectos sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido, sua abordagem trouxe outras preocupações ao tema, antes apenas estrito às questões de crescimento econômico e preservação ambiental. (SUGAHARA; RODRIGUES, 2018, p. 36)

Com isso, parte-se da concepção de que Desenvolvimento Sustentável é mais do que uma preocupação ambiental e econômica, envolve pensar o bem comum, perpassa por questões sociais, políticas, religiosas, culturais que inspiram o presente e o futuro. É com essa concepção que se vislumbra este estudo na Reserva Extrativista do Cajari (Resex-Ca), pensando o Desenvolvimento Sustentável como presente no modo de vida da população local.

Retornando as discussões de categorias e conceituais, “para Robinson (2004), o conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu como uma tentativa de conexão entre duas problemáticas [...]: a degradação humana do meio ambiente e o desenvolvimento, principalmente dos países mais pobres” (SUGAHARA; RODRIGUES, 2018, p. 36-37). Assim, tem-se então, marcos históricos como o “Relatório Brundtland” – entendido como o legitimador do conceito de DS, eventos internacionais como a Cúpula da Terra e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: “Rio +20”, que vislumbraram a indicação dados acerca da situação ambiental, socioeconômica e ecológica do mundo, estabelecendo metas de preservação e buscando corrigir erros de objetivos anteriores não atingidos, dentre os quais estavam a erradicação da pobreza, da fome, acesso à energia limpa, redução de desigualdades e conservação ambiental e climática.

Ainda com os apontamentos de Sugahara e Rodrigues (2018), identificam-se algumas fases distintas sobre o entendimento de Desenvolvimento Sustentável: Pré-Estocolmo, Escolmo-WCED e Pós-WCED, conforme indicam:

Neste sentido, observa-se que o período Pré-Estocolmo foi marcado pela conscientização dos impactos do homem na natureza. [...]. Ademais, movimentos e organizações da sociedade civil surgem como forma de reivindicação de maior controle acerca dos impactos ambientais humanos. No período Estocolmo-WCED houve os embates entre liberdade de crescimento econômico e preocupações ambientais. Países considerados em desenvolvimento reivindicaram menos controle acerca da sustentabilidade de suas ações, alegando que seriam prejudicados caso tivessem seus custos de

produção elevados em razão das novas legislações e maior controle. Neste sentido, houve a evidência do embate entre Sustentabilidade e Desenvolvimento, ou seja, a resiliência do Planeta e o aumento do consumo da população humana. Em relação ao período Pós-WCED, percebe-se a cooptação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Sustentabilidade Fraca, dado que os discursos dominantes não tratam do consequente aumento no consumo de matéria e energia que o crescimento econômico acarreta. Assim, bancos, indústrias e organizações correlatas passaram a utilizar do discurso da sustentabilidade como forma de legitimação de suas ações e atividades. (SUGAHARA; RODRIGUES, 2018, p. 41)

Nessa perspectiva, percebe-se que há transformações sobre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, e nos eventos que buscaram a sua plena discussão. Ora há preocupação com a preservação ambiental, ora há uma economia, encaminhada de frustrações e não cumprimento de metas, o que para Silva (2012), se alinha a perspectiva de que o DS não pode ser visto como uma mera questão ideológica, ou uma ingenuidade, haja vista que este debate se estende para além da conservação ambiental, incluindo fortemente os cenários sociais e humanitários: “segundo o Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável é aquele que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p. 9 *apud* SILVA, 2012, p. 73).

Nesse sentido, Silva (2012) indica a importância de uma ética perante os objetivos humanos para com a natureza, pensando também a desigualdade social, a fome, mesmo que não haja consenso sobre quando, onde e como explorar, evitando excessos e principalmente com os dados de estratificação social: “a desigualdade entre ricos e pobres é, geralmente, enorme e, em boa parte dos casos, continua crescendo” (SILVA, 2012, p. 76). Portanto, o Desenvolvimento Sustentável também exigirá, além da conscientização, uma mudança no estilo de vida global, pensando em amenizar as extremas pobreza.

Para Romeiro (2012, p. 66), o Desenvolvimento Sustentável, além de se preocupar com questões sociais, enfatiza a chamada “economia verde”, um movimento que “incorpora a necessidade de adoção de parâmetros de sustentabilidade tendo em conta o risco ambiental”. O autor também indica algumas premissas relacionadas a economia seu funcionamento ecológico:

A questão central para a economia ecológica é como fazer para que a economia funcione considerando a existência desses limites. É preciso considerar dois planos de ação: (1) um relativo às políticas específicas para cada tipo de problema ambiental a ser enfrentado; (2) o outro relativo à estabilização da expansão do sistema em nível sustentável – o crescimento zero. Em relação ao primeiro plano de ação, para a economia ecológica é

preciso simplesmente inverter a lógica de decisão da economia ambiental: a quantidade de recursos naturais a ser usada – escala – deve ser previamente definida com base em parâmetros ecológicos de sustentabilidade. Ao definir limites de uso dos recursos naturais surge o problema da sua distribuição entre os diversos atores, cujo critério deve ser o da justiça. (ROMEIRO, 2012, p. 67)

Essas premissas, especialmente o estabelecimento de limites para os usos dos recursos naturais, põe em evidência um choque de interesses, haja vista que nem sempre os detentores do poder econômico presam por esses limites em meio a exploração, ainda mais quando se trata do desenvolvimento direcionada a demanda do capital. Conforme Santos (2021) “o mundo globalizado e capitalista tende a adotar padrões de desenvolvimento semelhantes por onde passa, de forma desprezar as diferenças culturais, sociais e econômicas, impondo, sutil ou gritantemente, sua opressão àqueles que não conseguem atingir o patamar de sofisticação” (SANTOS, 2021, p. 14). Esses elementos expõem ainda mais as disputas e os interesses do capitalismo sobre o lucro a partir do meio ambiente, uma vez que a lógica do capital nem sempre se preocupa com o bem comum, muito menos em deixar boas condições de existência para gerações futuras sem que isso custe um valor econômico e um preço monetário.

Compreende-se assim, conforme Tuchinski (2017), que o DS e modernização econômica necessitam relacionar e atender a demanda de um desenvolvimento social:

Uma sociedade é desenvolvida quando apresenta elementos que denotam bem-estar, paz, educação, saúde, preservação ambiental, justiça social, democracia, felicidade e qualidade de vida àqueles que integram o meio. Sendo assim, para que o desenvolvimento aconteça é fundamental que se fortaleça a capacidade de articulação conjugada com a cultura da cooperação e participação de instituições e indivíduos, sem perder de vista nem a esfera individual nem a coletiva. (TUCHINSKI, 2017, p. 34)

Já no âmbito humanitário e religioso, a maior autoridade da igreja católica em exercício, o Papa Francisco, escreveu um conjunto de cartas (2015), em que se preocupa com a intitulada “Casa Comum”, impulsionando a preocupação com as pessoas, ou ainda, com as sociedades nos seus aspectos socioambientais, levando então, a uma nova discussão ou uma nova vertente diretamente relacionada ao Desenvolvimento Sustentável, afirmando que essas preocupações deveriam ser de todos e para todos, tendo em vista que o ambiente é um bem comum.

O Papa Francisco levanta então a preocupação com o futuro das pessoas, com a segurança entre as gerações presentes e futuras, tendo em vista as elevações do aquecimento global e dos níveis dos mares, como consequências alarmantes para a existência da vida

humana: “a humanidade é chamada a tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo, para combater este aquecimento ou, pelo menos, as causas humanas que o produzem ou acentuam” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 21).

Com estas palavras, o líder religioso demonstra sua preocupação com o futuro, indicando que os seres humanos precisam estarem atentos ao despertar para seus estilos de vida, respeitando tanto a dignidade humana, quanto ao mundo natural, com ênfase para os dados científicos sobre os impactos na natureza, haja vista que: “a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 06), enfatizando assim, que a humanidade deve reconhecer seus erros perante aos cuidados com a “casa comum”, ou ainda o planeta Terra, evitando a destruição do seu ambiente, e nas palavras do religioso, essa biodiversidade faz parte criação de Deus, sendo a sua destruição, portanto, além de um crime contra a própria humanidade, um pecado contra Deus.

Ao citar São Boaventura e seus discípulos, o Papa Francisco indica:

Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 11)

Percebe-se até aqui, na análise sobre os caminhos para a compreensão de Desenvolvimento sustentável, que o líder da igreja católica levanta alguns pontos pertinentes: 1) a humanidade precisa reconhecer suas ações para preservar a sua existência; 2) o meio ambiente, a biodiversidade e a natureza são presentes de Deus – o que indica que o conceito de Desenvolvimento Sustentável também perpassa pelo caráter religioso; 3) o ser humano deve também, ou primeiramente, admirar a natureza, contemplar o que ela oferta, e não somente olhar pelo lado da exploração, pois se assim o fizer, será só mais um consumidor.

A sua preocupação com a fraternidade também evidencia que é: “urgente o desafio de proteger a nossa casa comum, inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 12). Desse modo, o Papa sugere em seus escritos que a humanidade busque novas possibilidades e maneiras mais adequadas para entender a economia e o progresso, pois, para ele, todos os seres, sejam humanos ou ecológicos, necessitam de atenção, responsabilidade e honestidade perante os novos estilos e as preservações da vida,

especialmente em tempos de graves problemas que surgiram com o consumo irresponsável e desregulado, reforçando assim, a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável.

Ainda em seus escritos, o Papa alerta para os cuidados com a natureza perante as queimadas, desmatamentos e poluições que afetam a saúde das pessoas, em particular, dos mais pobres, provocando mortes prematuras, transformando de modo negativo a casa comum:

Devemos considerar também a poluição produzida pelos resíduos, incluindo os perigosos presentes em variados ambientes. Produzem-se anualmente centenas de milhões de toneladas de resíduos, muitos deles não biodegradáveis: resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, electrónicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioactivos. A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo. Em muitos lugares do planeta, os idosos recordam com saudade as paisagens de outrora, que agora vêm submersas de lixo. (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 19)

Essa transformação da casa comum em uma lixeira, segundo o autor, também implica em mudanças climáticas, sendo um problema global, com graves consequências ambientais e sociais, poluindo a terra, as águas, perdendo florestas, e novamente afetando a vida dos economicamente mais pobres.

Ele também chama a atenção para os aspectos políticos desse cuidado, além da necessidade de acompanhamento regulado das ações humanas: “Nota-se hoje, o crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades que se tornaram pouco saudáveis para viver, devido não só à poluição proveniente de emissões tóxicas, mas também ao caos urbano, aos problemas de transporte e à poluição visível e acústica” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 35).

Em toda a discussão proposta até aqui, percebe-se que não há um consenso sobre o conceito e/ou a categoria Desenvolvimento Sustentável, mas várias, desde um conceito de viés ideológico da economia, discursos políticos, defesas sociais em prol do meio ambiente e das vidas das gerações contemporâneas e das gerações futuras.

Nesse sentido, partimos desse olhar sobre o bem comum, para analisar o objeto de estudo, o Desenvolvimento Sustentável, o modo de vida e interstício da floresta na Reserva Extrativista do Rio Cajari (AP).

2.2 O TEMPO E O INTERSTÍCIO DA FLORESTA

Para Castro (1997), rios e florestas, são dois elementos que se destacam na territorialidade ribeirinha, tanto como sustentação de estruturas sociais, como no processo de

identidade desses grupos populacionais. No que tange ao conceito modo de vida de ribeirinho, Loureiro (1992) destaca que este segmento possui uma estrutura de produção baseada em uma economia de subsistência, sendo o extrativismo e a agricultura, a partir de técnicas tradicionais, as principais formas produtivas.

Assim, o conceito modo de vida aparece como um desses conceitos clássicos inseridos no campo das Ciências Humanas, cujo debate teórico perpassa as duas vertentes das Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia, sendo incorporada pela Geografia. O estudo ora produzido analisa como se o define modo de vida a partir da Sociologia e Geografia e responde às seguintes perguntas norteadoras: como o modo de vida ribeirinho se relaciona com o território e o trabalho? E, qual o impacto do capitalismo na economia de subsistência e sustentabilidade?

Os estudos sobre o modo de vida, dentro da corrente sociológica, remontam ao século 19, estudando-se "[...] as condições de vida da classe trabalhadora na Europa (...)" (NABARRO, 2014, p. 25). Ainda, o autor elenca Durham e Fukui que relacionaram modo de vida e família; Le Play, intelectual francês, é outro que aparece estudando essa temática, mas quem realmente aparece para primeiro conceituar modo de vida é Louis Wirth.

No entendimento de Wirth, o modo de vida se constitui, portanto, para além das cidades. O fazer-se da vida nas cidades também se realiza por meio do resgate de práticas oriundas do modo de vida rural. Entretanto, reconhece que a cidade, enquanto lócus da heterogeneidade, quanto mais cresce, faz com que as relações sociais fiquem cada vez mais complexas e urbaniza os elementos da vida rural. (NABARRO, 2014, p. 28).

Ainda, outra vertente do conhecimento que estuda o modo de vida é a que se dá a partir da ciência geográfica. Na geografia brasileira, a temática acerca do modo de vida passou a ser tratada a partir da década de 30, do século XX, por um geógrafo francês: Pierre Monbeig, cuja contribuição, segundo Sérgio Aparecido Nabarro (2014), é:

Em suma, a grande contribuição de Pierre Monbeig para os estudos sobre o modo de vida foi apontar a relação inseparável entre o modo de vida e ideologia, ou seja, a visão de mundo socialmente construída que pauta o fazer-se da vida. (NABARRO, 2014, p. 51).

Tal ideologia também aparece na tese de doutorado de Antônio Candido, de 1990, acerca da ideologia caipira de uma sociedade da zona rural do estado de São Paulo, descrevendo e analisando os meios de vida, a cultura, a dieta, as relações de trabalho baseadas

na parceria, a economia rudimentar e o mutirão realizado entre vizinhos e familiares, num território margeado por latifúndios.

Cândido (1990) também demonstrou as mudanças decorrentes do processo de modernização que impactara a agricultura daquela região, contribuindo para os estudos da geografia agrária, de modo que sua análise acerca dos meios de vida e cultura caipira foi incorporada por geógrafos, relacionando-a ao conceito de modo de vida.

Assim, a ideia de **meios de vida** de Cândido (1990) é essencial para definir o perfil dos grupos familiares que habitam Resex-Ca, tendo como pano de fundo as populações tradicionais do Sul do Amapá.

Segundo Nabarro (2014, p. 51), na década de 1990, a Geografia retomou o conceito modo de vida por meio de estudos que seguem a abordagem teórico-metodológica materialista histórica e dialética e, no bojo daqueles estudos, Oliveira e Marques (2004, p. 153) definiram o modo de vida camponês como modo de vida tradicional, segundo a qual:

O modo de vida tradicional se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas e valores, apresentando mudanças num ritmo mais lento que a modernidade. A tradição é uma forma social típica entre os camponeses, que, diante da sociedade moderna, se afirma em oposição à sua lógica dominante. [...]

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apoiam num sistema de valores que lhes dá sentido.

O campesinato possui um modo de vida tradicional, o que não é a mesma coisa que afirmar que ele seja imutável. A tradição é alvo de uma constante recriação (OLIVEIRA; MARQUES, 2004, p.153)

Um autor situado dentro desse debate é Júlio César Suzuki, que delinea a diferenciação entre o distanciamento e a aproximação das diversas populações tradicionais em relação às urbanas-industriais:

Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios, receios. (SUZUKI, 2013, p. 630-31).

Esta concepção, apresentada por Suzuki, acerca do ponto de vista geográfico, é interessantíssima para a discussão a respeito das comunidades tradicionais; o autor sugere que estas reproduzem um modo de vida que evidentemente não é o modo de vida urbano-industrial e, ao mesmo tempo, estão ao redor dessa sociedade capitalista, que está cada vez mais avançando e influenciando os modos de vida tradicionais, tocando em suas facetas socioeconômicas, territoriais, do trabalho, espaço e o uso dos recursos naturais.

Sérgio Aparecido Nabarro (2014), por sua vez, além do valoroso resgate histórico acerca do conceito modo de vida, assim como destaca Rangel (2017), apresenta a concepção do modo de vida agroextrativista, a partir da realidade das famílias que residem nas Resex-Ca. Valendo-se de uma citação de Marques (1994, p. 4) tem-se a seguinte noção:

É por isso que o modo de vida é um conceito chave do estudo das comunidades que ocupam a Reserva Extrativista do Rio Cajari: a apropriação do território passa pela manutenção do modo de vida. (RANGEL, 2017, p. 182).

Além disso, expõem-se o levantamento de trabalhos produzidos acerca do conceito modo de vida. *O modo de vida ribeirinho na ilha Januário do Rio Amazonas* (2018) é o primeiro a ser descrito. Trata-se de uma pesquisa feita na comunidade denominada como Nossa Senhora da Conceição, localizada no município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

Nessa comunidade, trata-se sobre o modo de vida das populações tradicionais, notadamente os ribeirinhos. Acerca do modo de vida do grupo, as autoras atestaram que, do ponto de vista econômico, mantêm a partir da agricultura familiar (policultura), enquanto tudo que resta daquilo produzido é vendido para a capital Manaus.

Do ponto de vista político, as autoras argumentam que falta políticas públicas para ajudar esses agricultores familiares em suas policulturas no Amazonas, o que sugere que, por isso, os ribeirinhos mantenham a sua morada nesse ambiente continuando a reproduzir seu modo de vida característico. Logo:

[...] o ribeirinho da Amazônia, que se caracteriza por: apresentar uma intrínseca relação com o rio, seu único meio de locomoção e fornecedor do seu alimento primordial, o peixe; ter sua economia baseada na produção agrícola familiar, de policulturas de ciclo curto; utilizar predominantemente mão de obra familiar; residir exclusivamente em áreas de várzeas de rios de água branca do estado do Amazonas. (LOUZADA et. al, 2018, p. 195).

Desse modo, conforme apresentam as autoras em sua pesquisa, esse estilo de vida natural caracterizou-se o modo de vida específico dos ribeirinhos e dos povos que vivem no

campo, na Amazônia e, mostra-nos que, o rio, o peixe, a agricultura familiar, a utilização de mão de obra familiar, a morada em regiões de várzea são elementos que fazem parte desses singulares grupos sociais que residem no extenso perímetro amazônico.

Ainda acerca do modo de vida, a tese intitulada "Territórios, modos de vida e pesca artesanal marítima: Análise comparativa entre Bahia Solano, no Pacífico colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico brasileiro", de Dorival Bonfá Neto, oferece uma análise profunda sobre o conceito de "modo de vida" a partir da perspectiva das comunidades pesqueiras artesanais em dois territórios distintos: Bahia Solano, na Colômbia, e Maxaranguape, no Brasil.

Bonfá Neto (2013) explora como o modo de vida nessas comunidades é moldado pela interação entre o território, a prática da pesca artesanal e a cultura local. O autor ressalta que o modo de vida não é apenas uma expressão de subsistência econômica, mas envolve um conjunto de relações sociais, culturais, ecológicas e simbólicas que conferem identidade e significado à vida dessas populações.

A tese demonstra que, embora Bahia Solano e Maxaranguape estejam situadas em contextos geográficos e socioeconômicos diferentes, ambas as comunidades compartilham desafios comuns relacionados à preservação de seus territórios, à sustentabilidade da pesca e à pressão do desenvolvimento econômico e ambiental. Essas influências externas impactam diretamente seus modos de vida, provocando transformações nas tradições e nas formas de organização social.

O entendimento de "modo de vida", para Bonfá Neto (2023), está intrinsecamente ligado ao território e à atividade produtiva da pesca artesanal, visto que a maneira como essas populações interagem com o meio ambiente e seus recursos naturais define tanto sua subsistência quanto suas práticas culturais. Além disso, o autor destaca a importância da autonomia dessas comunidades na gestão dos recursos locais, como uma forma de preservar seus modos de vida frente às ameaças de degradação ambiental e de intervenções externas. Desta forma, esse estudo contribui para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos modos de vida de comunidades pesqueiras artesanais, enfatizando a relação complexa entre território, cultura e economia, e como esses elementos são fundamentais para a manutenção da identidade e sustentabilidade dessas populações.

Nesse recorte acerca do modo de vida, destaca-se também a agricultura familiar, enquanto atividade relevante aos aspectos sociais e econômicos das famílias, tendo em vista que além de suas produções locais, de sua força de trabalho, ela gera e distribui renda e alimentos, geralmente atendendo a demanda do mercado local, desenvolvendo em âmbito

socioeconômico a região: “Portanto, na contemporaneidade, a importância da agricultura familiar é indiscutível, pois é a partir dela que se produzem os alimentos e os produtos primários, tornando-se a base para a manutenção das economias regionais”. (TUCHINSKI, 2017, p. 21), sendo essa prática muito comum no estado do Amapá. Em especial, nos locais que fazem parte do recorte deste estudo.

Foi identificado no contexto das comunidades estudadas que os jovens deixam as comunidades ribeirinhas do sul do Amapá, como Boca do Braço e Água Branca do Cajari, em busca de melhores condições de vida, principalmente relacionadas ao acesso à educação formal e a oportunidades de trabalho inexistentes ou escassas na região. A falta de políticas públicas voltadas para a juventude e a ausência de infraestrutura que integre desenvolvimento social e econômico também contribuem para a saída. Esse movimento é impulsionado pelo desejo de alcançar perspectivas mais amplas fora dos limites da subsistência que caracteriza o cotidiano local.

O desejo de sair é motivado pela percepção de que o futuro, dentro das comunidades tradicionais, é limitado à repetição de padrões de vida marcados pela economia de subsistência e pelas dificuldades impostas pela precariedade de serviços básicos. Muitos jovens almejam um estilo de vida que lhes permita estudar, trabalhar e ter acesso a bens e serviços que não estão disponíveis na região. Além disso, a visão dos próprios pais, que frequentemente incentivam os filhos a buscarem melhores condições longe da floresta, reforça essa decisão.

O retorno dos jovens é mais frequente que o usual, da pergunta realizada solicitando informações de quantos jovens retornam para as suas comunidades de origem e quantos ficam na cidade foi de 13 e 11 respectivamente. Apesar dessa variação bem sutil, percebe-se que as condições nas comunidades muitas vezes permanecem inalteradas e aliado a falta de estrutura que conecte tradição e modernidade dificulta a reintegração dos jovens que poderiam retornar. O ambiente urbano, com suas possibilidades de crescimento pessoal e econômico, tende a fixar os jovens nas cidades, contribuindo para uma diminuição contínua da população jovem nas comunidades ribeirinhas.

A migração de jovens nas comunidades tradicionais, como as ribeirinhas do sul do Amapá, compromete significativamente a sustentabilidade econômica e a manutenção das tradições locais. Essa saída provoca uma redução da força de trabalho ativa nessas regiões, afetando diretamente atividades produtivas essenciais, como a agricultura familiar, o extrativismo e a pesca artesanal, que sustentam a economia de subsistência. Com menos

pessoas para perpetuar esses ciclos, a comunidade enfrenta dificuldades em manter sua autossuficiência e produtividade.

Além disso, a migração contribui para a ruptura dos laços culturais e sociais que sustentam as tradições das comunidades. Muitas práticas e conhecimentos, como o manejo sustentável dos recursos naturais, os rituais religiosos e as formas tradicionais de organização social, são transmitidos de geração em geração. Quando os jovens migram, essa transmissão se enfraquece, colocando em risco a continuidade de práticas que são fundamentais para a identidade cultural e a preservação do meio ambiente.

3 TERRITÓRIO, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Em continuidade à discussão teórica, para esta seção, busca-se relacionar o modo de vida aos conceitos de territórios, além de problematizar o trabalho enquanto uma categoria social de análise, junto a perspectiva e da importância dos movimentos sociais para a luta social em prol da conquista e manutenção de direitos humanos.

3.1 TERRITÓRIO E O MODO DE VIDA

Inicia-se esta subseção já adiantando a ideia geral de o território não é apenas um local geográfico, não se limita as divisórias das dimensões institucionais, ele pode ser um lugar, um local enquanto categoria social, um sentimento em que se atribui sentido individual e/ou coletivo, seja este de pertencimento, estranhamento ou não, que nem sempre será um espaço físico, podendo gerar e manter identidades e ações. Assim, partimos amplitude desta categoria.

Dessa forma, com referência a Fraxe e Silva (2004), lembram-nos que o território é uma categoria de análise da Geografia – ciência autônoma, mas que é vinculada as Ciências Humanas e Sociais –, sendo resultado de relações sociais, onde grupos estabelecem sentimentos de pertencimento e identificação.

As autoras destacam que o território é um produto social constituído historicamente, tendo sua construção na coletividade, podendo conceber múltiplas territorialidades, numa perspectiva multidimensional. Também, as autoras, enfatizam que quando se fala em territórios pertencentes ao ambiente rural, a referência feita é com espaços que propiciam “[...] discussões sobre questões que envolvem tanto as formas de apropriação quanto o uso do território para diversos fins como a produção agrícola, pesca, pecuária, extrativismo entre outras utilizações” (Fraxe; Silva, 2004, p. 158)

Em outra perspectiva, ainda com Fraxe e Silva (2004), observam que “quando falamos de território devemos falar também da sociedade que o compõe”, ou seja, não existe território em si mesmo, mas território usado, incluindo moradores e pessoas, de modo que a sociedade se reproduz, permanentemente, sobre seu o território usado, já que apropriado historicamente.

Em complemento a discussão, recorre-se a Claude Raffestin (1993), que faz importante destaque ao diferenciar espaço e território, sendo que para ele:

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território (...) O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.”. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (Raffestin, 1993, p. 143-144, grifos nossos).

A reflexão de Claude Raffestin (2009), diferencia território e espaço afirmando que território se forma a partir do espaço e resulta de uma ação, de uma energia, de um trabalho, sendo uma atividade de um ator no espaço, que o torna territorializado.

Já segundo Rogério Haesbaert (2009), considerando os territórios simbólicos, se entende que cada grupo social estaria profundamente enraizado a um “lugar” ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identifica. Para o autor, o território é tido como:

“[...] produto histórico de mudanças e permanências ocorridas no ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas (...) O homem age no espaço (natural e social) de se habitar, produzir e viver, objetiva e subjetivamente (Saquet, 2010, p. 81).

Por sua vez, autores como: Miranda *et al* (2020), no artigo *Manejo florestal sustentável em áreas de uso comunitário na Amazônia*, destacam as comunidades tradicionais e utilização de recursos naturais por parte desses grupos, que engloba o modo de vida destes, onde o trabalho tem como proposta evidenciar qual a possibilidade de fazer uso do manejo sustentável de territórios protegidos da Amazônia que são usadas coletivamente, o que garante a utilização responsável da biodiversidade e a manutenção dos povos tradicionais.

Nesse sentido, se evidencia a perspectiva proposta por Picanço (2005), em que afirma: “na geografia, a discussão sobre território surge no âmbito do processo da estruturação dos Estados-nações, em uma perspectiva que focaliza o território a partir da sua natureza política vinculada às concepções de Estado e de fronteira” (Picanço, 2005, p. 120). Com este mesmo

olhar analítico, ainda com Picanço (2005), o autor aponta que a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex Cajari), na década de 1990:

Apresentou uma nova realidade às comunidades, levando-os a organizarem-se para viabilizarem as novas demandas resultante da co-gestão do território, bem como receberem do IBAMA a Concessão Real de Uso, pois, a legislação que institucionalizou a Reserva exige uma representação comunitária como gestor oficial, impondo aos comunitários uma nova lógica, no sentido de buscar a institucionalização e cumprimento da burocracia (Picanço, 2005, p. 125).

Portanto, para o autor, é possível afirmar que Reserva Extrativista do Rio Cajari se origina e se consolida como um território, mas agora enfaticamente destinado as populações tradicionais que sofre a sobreposição e fortes influências de diferentes interesses. Este fato é evidenciado em nossos estudos, tendo em vista foi perceptível compreender que essas populações encontram resistências e lutas para a manutenção da utilização e posse da terra, em meio as pressões impostas pelo capital, representado por empresas e projetos exploradores.

Sendo assim, se enaltece a ideia de que a Resex-CA é um território, possui ações e representações por meio de suas populações, gestão e legislação.

Nesse sentido, pode-se dizer que o território dos agroextrativistas apresenta uma identidade espacial resultante de uma apropriação simbólica do espaço, que inclui aspectos de caráter mais subjetivo e cultural, estruturado a partir de uma íntima interação com o meio, ao mesmo tempo em que contempla a natureza econômica, que dá ênfase ao espaço como fonte de recursos. (Picanço, 2005, p. 155)

Em válido destacar em nossa defesa sobre Território e Modo de Vida, que essas categorias são permeadas de múltiplos olhares e significados, sendo um desses sentido a própria a sensibilidade analítica de compreender os sentidos dessas categorias para os povos que ali residem, sendo muitos deles reconhecidos como povos tradicionais, que para Rangel (2017):

O conceito de povos e comunidades tradicionais refere-se a indígenas e não indígenas, reunindo ampla diversidade de grupos sociais cujo modo de vida incorpora intensa relação com a natureza e cujo território tradicional está localizado junto aos remanescentes florestais. Em função da diversidade de grupos que têm assumido identidades vinculadas à natureza e, a partir disso, têm requerido direitos territoriais. (Rangel, 2017, p. 71).

São esses povos, grupos sociais, que vivem e sobrevivem nesses territórios, a partir de seus modos de vidas, junto ao interstício da floresta, ao tempo da produção e da produtividade, da safra, da organização e vivência pelo trabalho e da resistência política ao direito de morar, de habitar em suas terras, utilizando os recursos de naturais moderadamente, a partir de suas subsistências, e não para fins exploração agressiva do capital, que tudo deteriora, polui e destrói, na lógica do lucro a qualquer maneira.

Os grupos sociais residentes na Resex-Ca usufruem o direito de ocupar este território a partir da legalidade concebida e protegida pelo Estado, mas acima de tudo, pela luta e reivindicação conquistada através de gerações que ali já habitavam, que dali sobreviviam, no uso coletivo da terra, pela sociabilidade, pelo trabalho e modo de vida rústico junto a natureza.

Nesse contexto, entende-se que as categorias sociais como os territórios, as populações tradicionais e os modos de vida são entrelaçados de maneira a viver, sobreviver, produzir e reproduzir sem a destruição nociva e irreversível da natureza, portanto, sendo uma maneira adequada de Desenvolvimento Sustentável praticada por quem se relaciona com o meio ambiente, sem buscar esgotá-lo e destruí-lo.

Entre outras questões, vale lembrar que o trabalho, enquanto categoria social de análise, delinea questões relacionadas e destaca que o modelo de desenvolvimento instalado leva a extração de recursos naturais de modo exaustivo, além de transformar ecossistemas em espaços de monocultura.

No que se segue, conforme os autores explicitam, o Estado aparece para assegurar o direito dos povos tradicionais de explorar os recursos naturais, mas de modo que priorize a biodiversidade e as Unidades de Conservação (UCs) aparecem como formas territoriais que diminuem o desgaste ambiental.

Por fim, atesta-se que o aspecto central a ser entendido é sobre o protagonismo das comunidades tradicionais para manejar os recursos naturais destes territórios, manter ou até mesmo melhorar o bem-estar em seus territórios, além da conservação ambiental que garante o favorecimento dos serviços ambientais e o desenvolvimento sustentável.

Prosseguindo, o artigo intitulado *Áreas Protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e Novos Arranjos Conservacionistas* (Silva, 2019) procura elucidar se existe a possibilidade de fazer a conciliação de práticas que garantam a conservação da biodiversidade nos territórios ocupados pelos povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, a autora analisa os conflitos gerados na Floresta Nacional do Tapajós, que criaram condições no ambiente de morada desse grupo, limitando suas relações de

territorialidade por meio da implantação de dispositivos legais por parte do Estado e introduzindo novas normatizações para o uso do território, que alteraram as relações entre a comunidade, a economia de subsistência e sociedade envolvente.

Ao longo deste artigo, afirmo que “o direito de ficar tem des(re)territorializado os modos de vida”. Isso diz respeito menos à permanência no território e mais à prerrogativa da população de decidir, de forma autônoma e esclarecida, se deseja existir segundo seus costumes, mantendo os laços, o modo de vida e os usos dos espaços que participaram historicamente na conformação de seus pertencimentos àquele lugar; se é hora de abandonar as velhas práticas e “modernizar” a vida na floresta; ou, ainda, se essas práticas podem coexistir e em quais termos. (Silva, 2019, p. 18).

Essa é uma preocupação crescente dos povos e comunidades tradicionais, cujo modo de vida é cada vez mais impactado pelas mudanças advindas da sociedade envolvente, o que também é afirmado pela autora: “Na Flona Tapajós, as restrições, os mecanismos de controle e as medidas compensatórias, muitas delas afinadas com a lógica do mercado, provocaram fissuras nos modos de vida e nas relações comunitárias”, de modo que percebemos que a realidade envolvente é um elemento da dinâmica do modo de vida das populações tradicionais.

A seguir, tem-se a dissertação de mestrado intitulada como *Território e modo de vida ribeirinho na Amazônia paraense: uma análise na comunidade de Caxiuanã (Melgaço-Pará)* (FARIAS, 2017). Do ponto de vista geográfico, essa pesquisa se funda no sentido de discorrer acerca do conceito território e do conceito de modo de vida, sempre utilizado para discussão sobre os povos tradicionais.

Nesse sentido, o território aparece relacionado com modo de vida; território porque eles precisam desse espaço para sua existência, enquanto o modo de vida que eles têm é uma forma de resistir às investidas hegemônicas que ameaçam seu modo de viver.

A partir disso, o autor fez uma pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo, tendo como método a cartografia participativa, para evidenciar as alterações geradas no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã, a partir da geração da Floresta Nacional (FLONA) e da Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), além de demonstrar os conflitos ali existentes e seus sujeitos. A partir da análise desenvolvida por este autor, percebemos que as criações da FLONA e da ECFPn geraram alterações no modo de vida e uso do território, uma vez que a religiosidade era a principal forma daquela

população mostrar-se para o mundo, que quase foi extinta, além da redução da atividade roceira por conta da evasão da mão de obra local após a criação da ECFPn.

Por fim, destaca-se a tese de doutorado denominada como “Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)”, de Rangel (2017), cujo objetivo foi analisar o conflito de terras que ocorreu por propiciando a criação da reserva extrativista. A pesquisa desenvolvida Rangel destaca que:

[...] a coleta da castanha, que é uma das principais atividades produtivas do modo de vida que será analisado neste capítulo, é homenageada na estátua localizada na sede municipal de Laranjal do Jari: um castanheiro carregando seu jamaxi, que é um dos instrumentos de trabalho utilizados na coleta da castanha, conforme será explicado adiante.

Também, a homenagem ao castanheiro pode ser interpretada em seu sentido político, já que é o território tradicional fora conquistado em dois contextos diferentes de luta: a luta pela sobrevivência daqueles antepassados migrantes e cujas especificidades do modo de vida vivenciado foram registradas na memória coletiva, bem como pela luta dos castanheiros que militaram pela criação da reserva extrativista (Rangel, 2017, p. 182).

A citação acima demonstra que território e modo de vida aqui aparecem intimamente ligados, ainda mais quando se fala dessa comunidade da Resex Cajari, conforme expõe a autora. Para Rangel (2017), o castanheiro emerge como sendo essa figura simbólica e heroica que, através de muita luta, foi possível manter na mente as tradições dos seus antepassados.

Silva (2016) contribui para o entendimento que o extrativismo vegetal na Resex Cajari possibilita a alimentação das famílias e venda de produtos, contrapondo a histórica justificativa comercial do extrativismo na Amazônia brasileira, desde o período colonial.

Se no âmbito da lógica desenvolvimentista/econômica hegemônica, o extrativismo é visto como atividade geradora de lucro, desde o início da colonização as famílias que vêm ocupando a região amazônica e desenvolvendo atividades agrícolas realizam o extrativismo de produtos voltados para o consumo familiar e venda esporádica. Seguindo a lógica de reprodução social, o extrativismo faz parte do cotidiano das famílias camponesas como fonte de alimentos, de ervas medicinais, de material de construção e de geração de renda. (SILVA *et al.*, 2016, p. 566).

É evidente, portanto, que o extrativismo presente na Resex-Ca serve muito mais a reprodução social dessa população tradicional, pois integra o modo de vida local. É pertinente afirmar, ainda, que esse tipo societário é um contraponto ao histórico tipo de extração hegemônico imposto pelo capitalismo, notadamente a personificação do capital na Amazônia, como madeiras, mineradoras etc.

Outro aspecto, observa o mesmo autor, que não pode fugir da análise é como, dentro do debate acadêmico, político e ambiental, é que:

[...] extrativismo vegetal tem sido projetado ora como possibilidade de desenvolvimento econômico, ora como possibilidade de conservação dos recursos naturais e do modo de vida das populações amazônicas, dependendo das matrizes interpretativas e propositivas que constituem os distintos projetos. (SILVA, 2016, p. 574).

De fato, é possível pensar na possibilidade de o extrativismo produzir o desenvolvimento econômico e conservar os recursos naturais e manter o modo de vida das populações que fazem morada no grande ambiente amazônico. Mas, principalmente, não um tipo de desenvolvimento econômico destruidor de ambientes naturais e lares de populações tradicionais. Na verdade, mesmo, é importante construir:

[...] uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas no lugar. (Escobar, 2005, p. 69-70).

Importante notar que o avanço capitalista que ocorre por todo o globo, como na América Latina, no Brasil e, nomeadamente na região amazônica brasileira, ambiente periférico onde as garras sedentas por recursos naturais para a acumulação do capital se desdobram a partir da ideia do desenvolvimento. A exemplo disso, recorre-se a Antunes (2013), já adiantando alguns aspectos da categoria Trabalho, relacionada ao olhar aqui proposto:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, "*actu*" [de fato]. força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada. (Antunes, 2013, p. 29)

Os comentários de Antunes, sobre este tema, remetem-se a uma análise do marxismo que diz respeito ao processo de trabalho e a transformação de matéria-prima em mercadoria. Este tempo consumido, produz valor de troca, bem diferente do tempo de trabalho socialmente necessário, que tem valor de uso.

Dessa maneira, entende-se que os territórios podem ter valor real, ideológico e/ou simbólico, compostos por sociedades, sejam elas de povos humanos e/ou de animais, em que se delimitam e ocupam locais e espaços historicamente estabelecidos através de relações de poder em países, estados ou cidades, guiados por autoridades, sendo, portanto, um resultado, uma consequência da ação de se apropriar do social, política, do trabalho e da cultura. E este se faz presente no mundo do trabalho, que será abordado com mais destaque na próxima subseção.

3.2 O TRABALHO COMO AÇÃO TRANSFORMADORA DO SER SOCIAL

Após as compreensões mais aprofundadas sobre território e modos de vida, parte-se para a problematização acerca do mundo do trabalho e suas relações com o interstício da floresta.

As observações feitas até aqui, sobre o conceito e as relações de trabalho no modo de produção capitalista, tornam-se ainda mais importante junto as reflexões imprescindíveis sobre os desdobramentos da temática. No caso da Amazônia, devido as suas peculiaridades, e até por conta do próprio extrativismo, e ainda pela natureza do nosso objeto de estudo envolvendo populações tradicional, é mais adequado pensar o trabalho a partir de relações pré-capitalistas, tangencias e indiretas (aviamento) do que as relações clássicas de trabalho.

Neste sentido, as observações Rosa Luxemburgo são importantes, pois se analisa que o processo da acumulação tende a substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e a esta pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores (Luxemburgo, 1970, p. 364). Ainda assim:

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido (Ibidem, p. 363).

Na obra a “Formações Econômicas Pré-capitalistas”, Karl Marx (1991, p. 66), filósofo e analista da economia política, de reconhecimento clássico nas Ciências Sociais, apontam que:

[...] a forma inicial da propriedade da terra surge a partir da evolução espontânea da sociedade: a família, e posteriormente a tribo. Neste momento, as relações do homem com a terra são ingênuas, pois eles se consideram como seus proprietários comunais, onde o membro de uma comunidade se reproduz pelo trabalho vivo. (Marx, 1991, p. 66).

Desse modo, evidencia-se que a terra, dentro do modo de produção econômico capitalista, será utilizada a todo custo visando o lucro, a reprodução do capital. Se em tempos longínquos, o sentido da terra tinha um sentido tão somente de reprodução da vida, é na forma econômica capitalista que a terra toma outro sentido: o de meio de produção e mercadoria.

Assim, trazendo para o contexto brasileiro, com especial recorte para a Amazônia brasileira, não é difícil imaginar que comunidades tradicionais são afetadas pelas ideologias capitalistas que se expandem por todo globo. Luxemburgo acrescenta, ainda, que os:

[...] fins econômicos do capitalismo em sua luta com as sociedades de economia natural são: I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc. II. "Libertar" operários e obrigá-los a trabalhar para o capital. III. Introduzir a economia de mercado. IV. Separar a agricultura do artesanato. (Luxemburgo, 1970, p. 318).

Com isso, pode-se constatar que o capitalismo aliena o trabalho para fins de atendimentos aos seus interesses, nesse caso, relacionando o capital, a terra, a propriedade privada e trabalho para fins de exploração e modificação severa da natureza.

Mas afinal, o que é trabalho? A concepção de trabalho apontada nesta subseção parte da análise sobre o trabalho como uma categoria social, portanto, pensada, executada e realizada com fins racionais pelos seres humanos, diferenciando dos animais que trabalham por instinto.

Pensando as relações existentes entre Natureza, Sociedade e Trabalho, entendemos que “a sociedade não pode existir sem a natureza – afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza” (Paulo

Netto, 2006, p. 35). É com este pensamento que destacamos a importância do trabalho na nossa análise sobre o Desenvolvimento Sustentável na Resex-CA.

Com isso, assim como o conceito de Território, problematizamos que o trabalho não existe de apenas uma forma, um único ator social responsável por sua realização, não tem um único local para a sua realização: “o trabalho tem sido tradicionalmente ligado a um local: um fazendeiro lavrando um campo; um trabalhador fabril operando uma máquina; uma trabalhadora doméstica cozinhando e limpando uma casa” (Graham; Anwar, 2020, p. 47). Portanto, busca-se evidenciar que essa tradição faz parte do senso comum, e, entendemos a existência de uma complexidade, tendo em vista que existem inúmeras maneiras de realizar o trabalho e nas mais variadas localidades.

Para Marx, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural” (Marx, 2017, p. 255). Também com Marx (2017), o trabalho realizado pelos seres humanos difere-se do instinto de sobrevivência dos animais, haja vista que, nesta teoria social, o trabalho é uma atividade humana, uma atividade racional, visando atender fins de sobrevivência e de consumo mental.

Ainda sobre o conceito de trabalho, seguindo a linha de pensamento marxista, mas no âmbito contemporâneo, Ricardo Antunes (2011), aponta que:

O trabalho pode ser definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade. Esse é o primeiro traço central identificado quando se procura compreender o sentido mais profundo da noção de trabalho. Se, por um lado, o trabalho é expressão, em maior ou menor medida, de um ato *poiético*, o momento da criação, ele tem sido também, ao longo da história, constante expressão de subordinação e alienação. (Antunes, 2011a, p. 432-433, grifo do autor)

Tem-se então, a perspectiva que os seres humanos, ao exercerem suas forças perante a natureza, realizam a atividade de trabalho, constituindo assim ao que, segundo Engels (2013), dá sentido à vida social, pois este trabalho é um dos responsáveis pela socialização e pela constituição das sociedades organizadas, e, também alienadas, em relações sociais.

Sendo um dos responsáveis pela socialização humana, portanto, não o único, o trabalho, como dito anteriormente, não possui um único modo de existência, uma única nação, mas acaba sendo um influenciador da história humana em eventos como a colonização e a escravidão (formas de trabalho bruta e forçadas). Com isso, indica-se a problematização

do trabalho no continente latino-americano, tendo em vista que a América, acaba sendo invadida pelo modo de vida europeu, e o trabalho não ficou de fora deste evento. Entretanto, antes mesmo da colonização, os nativos já tinham suas vidas organizadas pelo trabalho:

O continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho. Antes mesmo do início da colonização europeia, especialmente espanhola e portuguesa, a América Latina era habitada por indígenas nativos que trabalhavam em uma economia baseada na subsistência, produzindo alimentos agrícolas e utilizando a caça, a pesca, o extrativismo agrícola e a mineração de ouro e prata, entre outras atividades, para garantir sua sobrevivência. Nessa fase pré-colonial, o trabalho coletivo era o pilar da produção. Foi somente no fim do século XV que se iniciou um enorme processo de colonização que marcou a história do trabalho de nosso continente (Antunes, 2011b, p. 17)

Dessa forma, neste continente, em que se situa o território amazônico, em que está a Reserva Extrativista do Rio Cajari, o trabalho não veio de “fora”, não veio de longe, mas já existiu, assim como na contemporaneidade, os nativos não foram ensinados a trabalhar, mas forçados a atender demandas de trabalho dos exploradores.

Com isso, constata-se que o trabalho marca e marcou a história humana, em meio a lutas e desigualdades, trazendo sociabilidades e explorações. Somente ele tem o poder que Lukács (2013, p. 35), aponta: “somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica”.

Para Antonio Cattani (1996), esta ação humana apresenta ambiguidade, seja em termos de sinônimo de felicidade e satisfação, seja de sofrimento e exploração: “opressão e emancipação, tripallium (tortura) e prazer, alienação e criação são suas dimensões ambivalentes, que não se limitam à jornada laboral, mas que repercutem sobre totalidade da vida em sociedade” (Cattani, 1996, p. 39). Ação está, que, para Pinto (2007, p. 13), nunca deixará de existir: “como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas por humanos e aplicadas sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência – nunca deixou (como não deixará, atualmente) de ser realizado, por homens e mulheres, ao longo da história”.

Conforme a citação anterior, o trabalho não é uma atividade exclusivamente masculina, mas uma atividade social, profissional, laboral de seres humanos, portanto, igualmente desenvolvida por homens e mulheres. No entanto, nessa relação, tem-se a divisão social e sexual do trabalho, que diz respeito a forma de organização social de como as formas

e as ordens de trabalho são distribuídas e desenvolvidas. No âmbito da divisão sexual, tem-se como referência Holzmans (2011), em que conceitua:

A divisão sexual do trabalho diz respeito à separação e distribuição das atividades de produção e reprodução sociais de acordo com o sexo dos indivíduos. Essa é uma das formas mais simples e, também, mais recorrentes de divisão social do trabalho. Qualquer sociedade tem definida, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. Tradicionalmente, a esfera feminina restringiu-se ao mundo doméstico privado, da produção de valores e uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, era atribuições masculinas. (Holzmans, 2011, p. 125)

Essa menção é importante, uma vez que na esfera de trabalho das reservas extrativistas, assim como em toda a vida social, existem as divisões do trabalho, em que ora privilegia a posição social do homem, seja pelo status social ou pela tradição patriarcal normalizada, seja pela exploração, e movimentos de inclusão e exclusão das frentes de trabalho.

Há também a perspectiva de que nesses territórios existam formas de trabalho escravo, ou no termo contemporâneo, trabalho análogo a escravidão, tendo em vista o “isolamento” dessas áreas em meio a floresta, e conseqüentemente o distanciamento dos grandes centros urbanos que são diretamente acompanhados pelos órgãos de controle, regulamentação e fiscalização das ações de trabalho, conforme veremos a seguir, nos resultados concretos do estudo.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR DIREITOS HUMANOS

Neste estudo, parte-se da compreensão de movimentos sociais, conforme aponta a autora Maria da Glória Gohn (2011), são: “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. (Gohn, 2011, p. 13). Ainda com base na autora, há o indicativo de que esses movimentos podem variar de uma “simples denúncia”, até pressões diretas, sendo ações históricas, que sempre existiram e sempre existirão, como redes sociais, em âmbito local, regional, nacional e internacional, que movimentam as sociedades.

Esses movimentos apresentam diversas causas, motivos e reivindicações, podem ter caráter social progressistas, atuando pela emancipação e inclusão social, interessado em diferentes demandas, a exemplo das lutas por respeito e dignidade a questões saúde, moradia, gênero, trabalho, educação, acesso a terras, dentre outros, que compõem reivindicações das sociedades contemporâneas, que estão em constante transformações.

Gohn (2011) também ressalta que existem ainda os movimentos sociais conservadores, fundamentados em xenofobias, nacionalismos extremos, sectarismos religiosos e étnico-raciais, que, em geral, são contrários as formas de mudanças sociais, especialmente aquelas de cunho emancipatórias e democráticas, impondo, se necessário, ideologias de forças, de guerra, de ódio e de terror. Também não são abertos a participar e aceitação de membros que não compartilham de suas mesmas origens, crenças e valores.

Os movimentos sociais também são marcados por suas relações com os conceitos de cidadania e direitos humanos.

Para Maria da Glória Gohn (2011), historicamente, o conceito de cidadania se modificou em inúmeras transformações das sociedades, ora existindo o cidadão do 1) liberalismo, com aqueles que possui direitos naturais de liberdade, igualdade e de propriedade, com ênfase para terras e imóveis, sendo concebido também como um sujeito autônomo, esclarecido de seus atos; a autora indica ainda o cidadão 2) racional, herdeiro do iluminismo, sendo agente social capaz de lutar e exigir melhorias em sua própria realidade, mas frequentemente acompanhado dos ideários do capitalismo como forma de controle social; 3) o cidadão de interesses coletivos, buscando para além de suas causas, atendendo também interesses de outras categorias sociais.

Nesse contexto, emerge o conceito de movimento social vinculado ao novo associativismo: Participação Cidadã; enquanto um conceito de grande amplitude em relação às noções de Cidadania, uma vez que não se limite ou restrinja as lutas e determinações por meio do direito ao voto, por exemplo. Objetiva-se o desenvolvimento de ações em prol do direito à vida do ser humano como um todo. Além de participação cidadã, Gohn (2011) destaca a emergência de outros novos conceitos, construídos a partir de movimentos sociais, como de cidadania planetária e sustentabilidade democrática em que se almeja o respeito às diversidades culturais, políticas e socioeconômicas.

Gohn (2011) aborda também acerca do caráter educados dos movimentos sociais, tendo I) dimensão da organização política: com consciência adquirida através do conhecimento de seus direitos e deveres; II) dimensão cultural: agindo junto ao movimento a partir de seus acúmulos de experiências; III) dimensão espacial-temporal: lutando em prol de

reconhecimento e mobilização pelas melhores condições de vida da população, estando articulados em seus espaços de pertencimento.

Considera-se então, os movimentos sociais, como um conceito e, ao mesmo tempo, uma prática em caráter social, que literalmente movimentam as estruturas estatais, por meio de resistências, promovendo lutas, haja vista que, conforme Gohn (2011) “[...] concordamos com as antigas análises de Touraine quando afirmou que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade [...]” (GOHN, 2011, p. 14), expressando assim, algumas ações energéticas e motivadoras no desenvolvimento dos movimentos de lutas sociais.

Nessa perspectiva, destaca-se também o retorno dos movimentos sociais à cena e à mídia no novo milênio, com ênfase em quatro pontos justificados por Gohn (2011): a) as ações de lutas em defesa das culturas locais, contra os efeitos devastadores da globalização; b) a reivindicação de ética na política, ao mesmo tempo com o estímulo a vigilância sobre a atuação estatal/governamental dos recursos e bens públicos; c) os movimentos estão alcançando áreas de difícil acesso por outras entidades e instituições políticas; e d) os movimentos vislumbram autonomia social, não apenas com relação às ações do Estado, mas no planejamento, no sentido de reivindicar com propostas, apontando erros e sugerindo soluções, além de flexibilidade ao incorporar e lutar por novas demandas sociais.

Maria Glória Gohn se dedica a compreender a dinâmica dos movimentos sociais e como eles agem e interferem na sociedade, tais movimentos são fundamentais para a reivindicação de melhorias sociais.

Já a perspectiva de direitos humanos defendida neste estudo, parte do princípio, conforme Benevides (2017), que esses direitos devem ser permanentes, contínuos e globais, visando valores e conhecimentos que compreendam às mudanças culturais e integração humana interessada na liberdade, na justiça, na igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz.

São esses elementos que entendemos como necessários para as sociedades, com ênfase para o local do estudo, a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-CA), tendo em vista que territórios como as reservas são legalmente e ilegalmente invadidos pelas ações do capital e da ganância humana, muitas vezes agindo contra a vida, contra às famílias, portanto, contra os seus direitos. A sensibilidade sob este olhar se agrava, quando se pensa o Brasil que, segundo Benevides (2017), viveu sob valores historicamente nefastos, como a exemplo do longo período de escravidão, da deturpação da ideia de direitos iguais, dessa forma, marginalizando por muitos anos os direitos humanos e suas lutas históricas.

Nesse contexto, ainda com a mesma autora, entende-se que este quadro negativo deve ser mudado, respeitando a dignidade humana, pensando-a como um direito coletivo, de modo universal, interdependente e indivisível. E, conforme Candau e Sacavino (2013), esses direitos devem ser pensados através de políticas públicas, de proteção e promoção do respeito a igualdade e a diferença, buscando contornar as violências e as injustiças, implementando um arcabouço jurídico que seja socialmente praticável.

Esses conceitos e perspectivas até abordadas somam-se diretamente ao objeto deste estudo, uma vez que a realidade que compreende as origens, a existência e a permanência das reservas extrativistas são marcadas por lutas e reivindicações históricas por meio de movimentos sociais, portanto, por ações coletivas.

Dessa maneira, ao interpretar a relação entre os movimentos sociais e os direitos humanos no âmbito das reservas, destaca-se a indicação histórica de Ribeiro (2013), de que o “movimento dos trabalhadores rurais nascido, essencialmente no Acre, liderado pelo sindicalista Chico Mendes, representou a luta pela permanência na terra. Perseguições, assassinatos e outras formas de violência marcou a organização dos movimentos sociais rurais” (Ribeiro, 2013, p. 31). Sob este viés, que compreendemos a necessidade e a resistência histórica dos movimentos rurais, bem como a luta pela criação e preservação de seus direitos.

Ainda com Ribeiro (2013), compreende-se que estes movimentos ganharam contornos nacionais e internacionais, ainda mais que se evidenciam as suas existências e as necessidades de luta e resistência pela moradia e sobrevivência nesses territórios:

A partir deste contexto toma repercussão nacional e internacional na luta pela sobrevivência da floresta e de seus habitantes [...]. Contudo o movimento continua e através de uma série de reuniões os seringueiros desenvolve uma aliança com os indígenas já que estes tinham como luta a demarcação da terra indígena, nascendo aliança com os povos da Floresta (Ribeiro, 2013, p. 31)

Nessa passagem, a autora reforça a importância já destaca aqui, da identidade dos povos da floresta, povos que existem, povos que possuem sonhos e necessidades, povos que vivem o tempo da floresta, que aproveitam o interstício da floresta para produzir e reproduzir os seus meios de vida e de sobrevivem junto a natureza e suas possibilidades.

No âmbito local de estado do Amapá, a autora enfatiza a importância da presença das relações de gênero, com ênfase para a figura feminina, uma vez que mulheres que vivem em áreas rurais, assim como as das áreas urbanas, também se preocuparam em lutar por seus

direitos, se organizaram em ações, reivindicaram empregos e buscaram auxílio de algumas instituições, como sindicatos, partidos políticos e igrejas:

No Amapá, os movimentos de mulheres surgiram primeiramente via Igrejas, depois Sindicato, e em seguida através dos Partidos e associações de moradores. A Igreja apoiada na Teologia da Libertação constituía o único espaço público em que a mulher podia frequentar, a reflexão conjunta e as obras de caridades (Ribeiro, 2013, p. 35)

Este fato reforça a percepção de que os territórios de áreas rurais no Brasil se caracterizam também pelos conflitos e explorações, pela necessidade de reivindicações através dos movimentos sociais, em busca de direitos. E nessa busca por dignidade, se destacam lideranças, instituições e organizações que existem em prol da luta social, do gritar e do ouvir vozes silenciadas, que no local de estudo em questão, Ribeiro (2013) destaca:

São criadas duas organizações políticas na década de 80, uma no Rio Cajari e outra no Rio Jari, a Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores do Cajari e Associação Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari. As duas associações tinham papel importante no enfrentamento dos conflitos com grandes empresas, através de mobilização de trabalhadores (Ribeiro, 2013, p. 42-43)

Percebe-se assim, que os movimentos sociais, enfaticamente aqueles de luta por direitos humanos no sentido social não são novidades nas áreas da Resex-CA, um território de natureza viva, institucionalmente situado no estado do Amapá e vinculado a propriedade do governo federal, e ambos legalizaram e cedem as terras para a população local, desde que haja o equilíbrio entre o trabalho e a manutenção da natureza:

A Resex Cajari, criada em 1990, foi administrada e fiscalizada pelos Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que está localizada na região sul do Estado, com área de 532.397,20 hectares distribuídos nos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari [...] A principal atividade econômica no alto Resex Cajari é o extrativismo vegetal da Castanha, onde as famílias possuem uma área florestal destinada à coleta, ou seja, um espaço que possui uma concentração de espécies vegetais produtivas [...] A coleta da castanha obedece ao regime de safra (Ribeiro, 2013, p. 46-47)

A coleta na região obedece, então, ao interstício da floresta. Ao modo de vida dos moradores da floresta, sendo que está lhe indica o tempo adequado para trabalhar, para

cultivar, para explorar, em contrapartida, os povos da floresta também possuem suas necessidades, suas ambições, direitos, deveres e reivindicações.

Portanto, com base nos argumentos levantados até aqui, compreende-se que as reservas extrativistas, e nesse âmbito, evidentemente, está inclusa a Resex-CA, fazem parte de conjunto heterogêneo de fatores, como: ser território amplo de plural, amparado juridicamente pelo Estado, de organizado a partir de uma natureza política dos povos que ali residem, que buscam um uso sustentável mediante uma série de reivindicações e lutas sociais:

A propriedade coletiva dessas terras tem sido reivindicada pelas sociedades tradicionais politicamente organizadas em torno de movimentos sociais, pela argumentação acerca da específica relação estabelecida com a natureza, o conhecimento tradicional e seus modos de vida diante das ameaças de expropriação sofridas pelo modo de produção capitalista (Rangel, 2017, p. 174)

Sendo assim, reforçamos a defesa e o olhar sob estes territórios pela lógica e defesa do direito a conservação, da vivência e sobrevivência humana em um lugar que representa o espaço da natureza em sintonia com o modo de vida dos seres humanos que ali residem.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RESEX-CA: AS RELAÇÕES ENTRE O TERRITÓRIO, O TRABALHO E OS MODOS DE VIDAS DAS FAMÍLIAS NO SUL DO AMAPÁ

Nesta seção será trabalhado de maneira direta o conjunto de resultados das pesquisas e entrevistas com os moradores pertencentes ao território Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca). Dessa forma, serão abordados os resultados de um estudo que busca problematizar o desenvolvimento sustentável na Reserva Extrativista em análise.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: AMAZÔNIA E SOCIOAMBIENTAL DO SUL DO AMAPÁ

Retornamos aqui o debate sobre território para se aprofundar em que Amazônia a pesquisa se desdobra, tendo em vista que partimos da concepção plural de Amazônia, ou ainda, de Amazônias, tendo em vista que neste território habitam povos e sociedades distintas, com culturas e religiões diversificadas, com estruturas e concepções políticas, econômicas e sociais abrangentes, além de ecossistemas, fauna e flora do corpo natural, antes visto, no contexto colonial, segundo Araújo (2023), como sendo a selva das selvas, “onde habitam animais e criaturas selvagens jamais vista”, como parte de um grande imaginário colonial sobre este território amplo e diversificado. Buscamos desmitificar esses estereótipos.

Para Becker (2009), a Amazônia compõe participação em um vasto projeto de mudanças para o uso das terras, com olhar especial para o aspecto direcionado a economia da região, ainda que essa ação custe a preservação do ambiente. Nessa mesma linha, Adams, Murrieta e Neves (2006) também questionam o olhar sob o território amazônico sendo visto frequentemente como o primitivo, como uma grande fortaleza em dimensões continentais controlada por sociedades, povos indígenas e caboclos que vivem em constância com a natureza. Sendo assim, este “o homem natural da Amazônia tinha vivido sempre, durante séculos, à beira dos rios e igarapés. As cidades, vilas, povoados, fazendas e sítios situavam-se à margem dos cursos d’água” (Loureiro, 2011, p. 10). No entanto, buscou-se mostrar que esse imaginário existe, mas não é predominante, nem representa a totalidade de povos e culturas existentes no território.

4.2 RECORTES SOBRE OS MUNICÍPIOS DE LARANJAL DO JARI, VITÓRIA DO JARI E MAZAGÃO

Com o objetivo de descrever os locais que abrangem o objeto deste estudo/ pesquisa, realizar-se-á um breve panorama dos municípios que compõem a área de abrangência da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-CA), localizada no Estado do Amapá. De maneira sucinta, abordar-se-á os três municípios envolvidos, ressaltando suas características socioeconômicas, geográficas e ambientais.

Inicia-se pelo município de Laranjal do Jari (AP), utilizando como referência a obra "*Conhecendo o Amapá*", de Pinto (2019). Nesta obra, o autor destaca a importância de Laranjal do Jari como um dos principais centros urbanos da região, com uma economia fortemente ligada às atividades extrativistas, principalmente à extração de madeira, açaí, e castanha, além da pesca artesanal.

Laranjal do Jari apresenta uma história que pode ser dividida em duas fases: antes e depois do Projeto Jari, idealizado por Daniel Ludwig, em 1967. O objetivo inicial se concentrava no investimento da celulose e seus derivados buscando garantir os estoques dos produtos no mercado internacional. Com o advento do Projeto e os processos migratórios para a região, a cidade cresceu desordenadamente à beira do Rio Jari. Nesta época, Laranjal do Jari era chamado de Beiradão, período marcado por graves problemas sociais, violência e prostituição. O município foi criado em 17 de dezembro de 1987. (Pinto, 2019, p. 42)

De grande importância histórica mediante ser sede de impactantes projetos econômicos, a cidade de Laranjal do Jari (AP), está localizada no Sul do Estado do Amapá, à margem esquerda do Rio Jari, sendo um ponto de conexão entre o Amapá e o Pará, desempenhando um papel relevante no escoamento de produtos e no transporte regional.

Com a decadência de Monte Dourado, Laranjal do Jari passou a ser o centro comercial central do Vale do Jari. Em seu território estão localizadas a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, a Resex do Rio Cajari e uma parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Sua economia está condicionada à produção de madeiras, no extrativismo da castanha-do-Brasil, no comércio, na agricultura de subsistência e, principalmente, nos postos de trabalhos gerados pelas novas empresas sucessoras do Projeto Jari (Pinto, 2019, p. 42).

Figura 1: Laranjal do Jari



Fonte: Governo do Estado do Amapá(<https://portal.ap.gov.br/conheca/laranjal-do-jari>).

O município de Vitória do Jari (AP), localizado no extremo sul do Amapá, anteriormente fazia parte do território e administração de Laranjal do Jari. Sua história é marcada pela forte presença industrial, que ainda hoje influencia sua economia:

No passado, denominada de Beiradinho, em oposição ao Beiradão (Laranjal do Jari), Vitória do Jari continua sendo influenciada economicamente pelo Projeto Jari. Dos 16 municípios do Amapá, ele foi o último a ser criado no Estado, em 8 de setembro de 1994. Antes desse fato, estava ligado administrativamente à Laranjal do Jari. A emancipação veio através da Lei nº 0171 de 08 de setembro de 1974 (Pinto, 2019, p. 41).

De acordo com Pinto (2019), a cidade possui uma fábrica de celulose, e sua paisagem é cercada por montanhas. O acesso à região pode ser feito tanto por transporte terrestre quanto fluvial. Sua economia baseia-se em diversas atividades, como a agricultura, a pecuária, e os repasses dos Fundos de Participação Municipal. Além disso, os royalties provenientes da extração de caulim, repassados pela empresa Caulim da Amazônia S/A, também são significativos para a economia local. O extrativismo, especialmente da castanha-do-Brasil, tem relevância, com a atuação de cooperativas que incentivam essa atividade sustentável.

A maior parte dos empregos formais em Vitória do Jari está ligada ao Projeto Jari, que continua desempenhando um papel central no desenvolvimento econômico e social da cidade.

Figura 2: Vitória do Jari



Fonte: Prefeitura de Vitória do Jari (www.vitoriadojari.ap.gov.br/pagina/aspectos-gerais)

Com relação ao último município desta breve apresentação, tem-se Mazagão-AP. Conforme Pinto (2019), o município é uma cidade histórica em que se constitui em várias comunidades, sendo considerada junto com Macapá, o berço da sociedade amapaense.

Tornou-se município pela Lei nº 226 de 28 de novembro de 1890, na ocasião sob jurisdição do Pará. No entanto, a Vila de Mazagão (hoje Mazagão Velho) existe desde 23 de janeiro de 1770. Surgiu como forma de apoiar as 134 famílias oriundas de Mazagão Africana, vindas do norte da África devido a conflitos religiosos (Pinto, 2019, p. 40).

Conforme o autor, geograficamente, a cidade de Mazagão está localizada ao Sul do Estado do Amapá, se destacando pela tradição e vivência em termos econômicos da prática de agricultura e festas religiosas, de caráter socioculturais, como as festividades de São Tiago, imortalizada nas sangrentas batalhas entre cristãos e mouros ocorridas no Norte da África. Para Penha (2017), “Mazagão Velho uniu à cultura, resultando em fortes tradições preservadas por séculos. Mas isso não se deu sem a persistência dos primeiros mazaganistas, que resistiram bravamente para formar a identidade de um povo” (PENHA, 2017, p. 04). Esta cidade, portanto, ficou conhecida como parte do continente africano transplantado para a América.

Figura 3: Mazagão Velho



Fonte: Maksuel Martins/GEA (<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2007/conheca-mazagao-a-cidade-intercontinental-no-coracao-da-amazonia>)

Esses são os três municípios em que está localizada a Resex-CA, esta importante área protegida que foi criada com o objetivo de garantir a conservação ambiental e promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais que vivem na região

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável regulamentada e definida de acordo com o Artigo 18 da Lei nº 9985/2000. A UC está assentada nos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, no Sul do Estado do Amapá. A Resex-Ca está atualmente sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). A UC foi criada pelo Decreto Federal n. 99.145 de 12 de março de 1990 e possui uma área aproximada de 4.816 km.

A Resex-Ca é delimitada ao Norte pelo assentamento agroextrativista do Rio Maracá e pela área de transição com Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, a Oeste por terras da Jari celulose e do município de Laranjal do Jarí, ao Sul por terras do município de Vitória do Jari e a Leste pelo Rio Amazonas.

O acesso à Resex-Ca tem como pontos principais as cidades de Macapá e Laranjal do Jarí. Macapá, a capital do estado do Amapá, está conectada pelas BR-210 e 156 à Vila de Água Branca do Cajari. (Figura 4). O perímetro da BR 156 entre Macapá e projeto de

assentamento agroextrativista Maracá é de aproximadamente 160 km, e encontra-se parcialmente pavimentado, necessitando constantemente de manutenção, exigindo atenção redobrada para locomoção e dirigibilidade.

Figura 4: Vista aérea da Vila Água Branca do Cajari



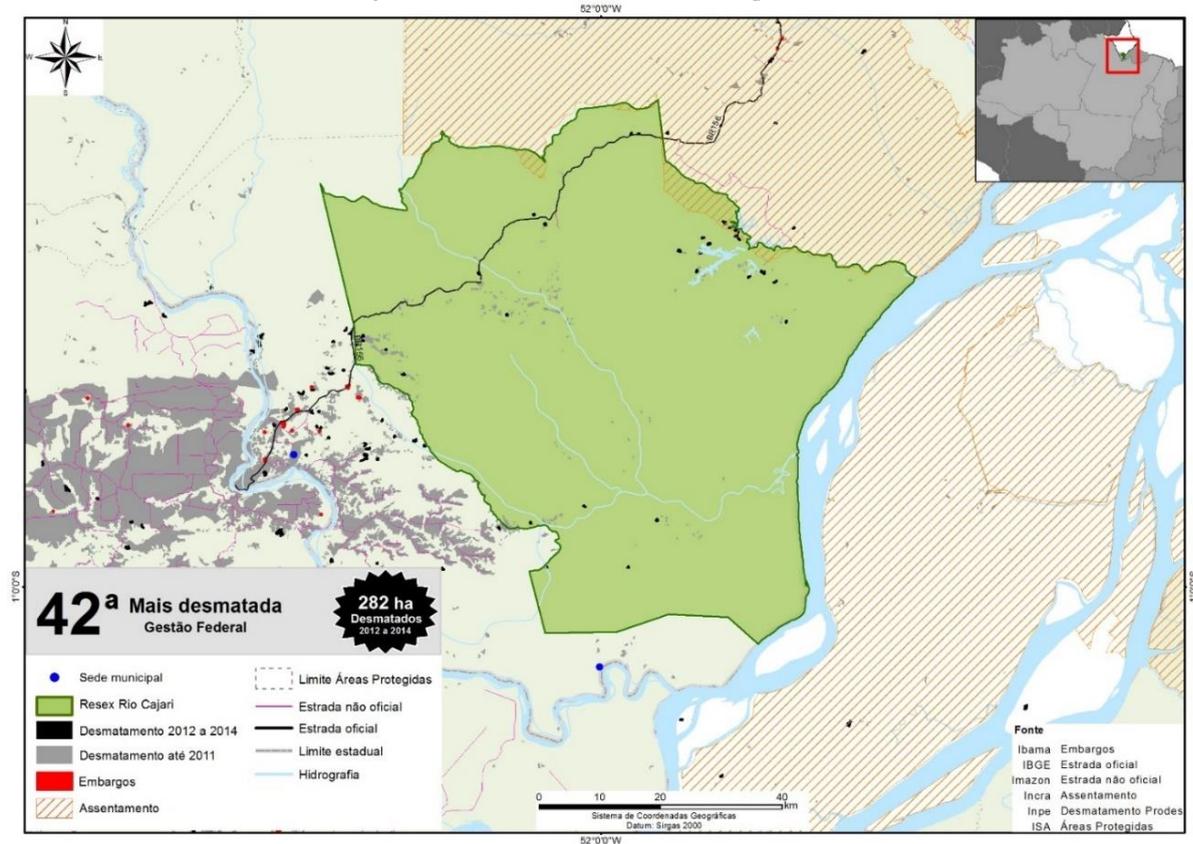
Fonte: A autora

Algumas empresas de ônibus partem de Macapá, em linhas regulares de transporte terrestre através de ônibus e vans. Além do transporte terrestre, há também o fluvial feito por embarcações com saídas pelo porto de Santana semanalmente.

De Laranjal do Jari, se tem acesso terrestre através de linhas regulares de ônibus e vans pela BR 156 até a Vila de Água Branca do Cajari, situada a 65 km. O tempo de viagem depende das condições de manutenção da estrada e pode durar entre uma e três horas.

A Resex-Ca é cortada pela BR 156 (Mapa 2) e, em função de quedas frequentes de árvores de médio e grande porte na estrada, em período de chuvas fortes, existe perigo iminente de acidente. A Reserva Extrativista do Rio Cajari apresenta um mosaico de paisagens que compreende três grandes áreas homogêneas: uma de natureza inundável, outra de savana, e ainda, outra de natureza florestal de terra firme. As formações da flora são de terra firme e que dominam toda a parte oeste da Resex.

Mapa 2 - Vilas e ramais de Laranjal do Jari



Fonte: Ibama/Ibge/Imazon/Incra/Inpe/Isa

Os movimentos de criação e consolidação das Reservas Extrativistas emergem a partir da necessidade de preservação do meio ambiente e, da resistência e valorização, das sociedades que habitam estes territórios. No caso da Resex-Ca: “a área da reserva é dividida em três grandes setores, que se caracterizam como espaços diferenciados, notadamente relacionadas ao curso do rio Cajari: alto, médio e baixo” (Picanço, 2005, p. 88). Ainda de acordo com este autor, temos a problematização da vida socioeconômica na Resex-Ca, mediante a perspectiva de que as atividades de extrativismo vegetal possuem grande relevância para a vida econômica e sociocultural das populações locais. São atividades de trabalho organizadas, em grande parte, por grupos familiares e/ou em cooperativas, que em geral dividem funções e atribuições no contexto socioambiental do modo de vidas na Resex.

No entanto, este modo de vida perpassa também por resistências, a exemplo da instalação de um dos principais projetos de exploração mineral na Amazônia, o Projeto Jari, que “desencadeou uma série de conflitos com as comunidades locais, que desembocaram em uma redefinição do controle territorial” (Picanço, 2005, p. 26), haja vista que este projeto, enquanto um forte representante do ideário capitalista, não apenas buscou explorar minérios, mas também impor limites dos povos que ali já estavam estabelecidos:

O caboclo amazônico, com seu modo de vida peculiar, marcado pelo seu cotidiano de inter-relação com o ambiente e com os agentes externos, representados pela Jari, instituições públicas, organizações não-governamentais (ong's), pesquisadores, técnicos e com o mercado. Do encontro/confronto do agroextrativista com essa realidade forja-se a incorporação de novos elementos ao seu modo de vida, bem como faz emergir elementos de uma nova territorialidade, que se constrói no processo de re-localização de tênues fronteiras – físicas ou simbólicas –, no redefinir de padrões de consumo e moradia e na co-gestão de seu território (Picanço, 2005, p. 26).

Nesse sentido, tem-se a compreensão dos inúmeros conflitos que marcam este território, uma vez que “a população se viu ameaçada em sua subsistência, em decorrência da criação de gado e da derrubada de grandes áreas de floresta nativa, realizada pelas empresas do Grupo Jari para produzir celulose, para mineração e para gerar energia elétrica” (Picanço, 2005, p. 27). Desse modo, ficam evidentes as contradições, em um lugar que deveria ser de preservação e controle dos cuidados com a natureza, também ficam marcados por constrangimentos e principalmente violências, em meio aos conflitos gerados.

Por estes motivos se fez necessário a criação de movimentos sociais, de resistências das comunidades, vislumbrando preservar e prosperar dentro da lógica de Desenvolvimento Sustentável, em um rico território, protegido legalmente, para manter os povos tradicionais de sua habitação.

4.4 OS DESAFIOS DAS ENTREVISTAS: PERSPECTIVAS DOS MORADORES DA RESEX-CA

Neste momento, abordar-se-á os resultados diretos do estudo, no sentido de problematizar e apresentar as falas, os dados gerados e coletados durante os processos de entrevistas, de aplicações de questionários e de buscas de informações com órgãos oficiais. O objetivo é oferecer um recorte da realidade da região geográfica onde se localiza a Resex-Ca, bem como de seus habitantes. As entrevistas foram conduzidas de forma dialógica, com a apresentação prévia de um termo de consentimento, no qual cada entrevistado foi informado sobre as propostas, finalidades e metas da pesquisa. Todos os moradores participaram de forma voluntária, sem qualquer vínculo ou obrigação anterior ou posterior que pudesse gerar constrangimento ou transtornos, e concordaram em ter seus relatos inseridos no teor do estudo.

Visando a análise e compreensão do modo de vida das populações que residem em áreas protegidas por lei, como as reservas extrativistas, este estudo busca evidenciar a relação entre esses modos de vida e o conceito de Desenvolvimento Sustentável, além de explorar as condições de vida das pessoas entrevistadas. Um fator facilitador deste processo é o conhecimento prévio da entrevistadora sobre a realidade local, sendo moradora do município de Laranjal do Jari e familiarizada com as comunidades e instituições da região. Para essa perspectiva de entender as funcionalidades da Resex-Ca foram realizadas duas entrevistas, essa ação se justifica pelo fato de se organizar uma caracterização do pensamento pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, aqui no caso, Resex-Ca, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa que a humanidade historicamente construiu para seus grupos sociais (Tozini-Reis, 2020), nesse sentido as duas entrevistas foram suficiente para a (re)construção do entendimento necessário sobre a comunidade e a reserva.

A abordagem direta teve início com uma entrevista realizada com um morador da comunidade Boca do Braço (que será identificado como entrevistado 01), localizada na Resex-Ca. Quando questionado sobre sua função na comunidade, ele respondeu que desempenhava diversas atividades, sendo simultaneamente agricultor e dirigente de uma igreja evangélica na vila. Ele também mencionou estar aposentado e destacou seu papel como um dos pioneiros nas lutas sociais da região sul do Amapá.

Com este morador, tem-se o primeiro contanto formal e compreensão dos desafios que cercam às vivências dos povos tradicionais, tendo o entrevistado 01 sido um agente social que dedicou sua vida pelo trabalho na Resex-Ca, seja como agricultor, ou como liderança sociopolítica e, também, religiosa, assim, fazendo parte do modo de vida da comunidade.

No decorrer do diálogo com o entrevistado 01, foi perguntado sobre o funcionamento e o andamento da Associação. Em tom nostálgico e com certa euforia, ele lembrou que a Associação trouxe muita alegria à comunidade no passado, pois conseguia captar equipamentos agrícolas e até recursos para a construção de casas. Ao ser questionado sobre outras vantagens obtidas pela comunidade por meio da Associação, como a aquisição de motor de luz e cozinhas industriais para a fabricação de biscoitos e derivados da castanha, sua resposta foi direta. Ele explicou que, com o passar dos anos, essas conquistas diminuiriam, principalmente devido a conflitos internos e à inadimplência da Associação junto às instituições bancárias e órgãos de controle. Com um ar de tristeza, o entrevistado lamentou a situação atual, classificando-a como caótica, e afirmou: "*estamos no zero!*" Embora novos

projetos existam, eles não têm sido aprovados devido ao histórico de descrédito em que a Associação se encontra.

Em relação ao nível organizacional e à confiança mútua entre os moradores da comunidade Boca do Braço, foi solicitado ao entrevistado 01 que descrevesse a frequência das reuniões realizadas na comunidade. Ele foi sincero e informou que atualmente poucas reuniões ocorrem; em todo o ano de 2023, apenas um encontro foi realizado. No entanto, nem sempre foi assim. Durante o auge das conquistas, a Associação realizava reuniões mensais, e todos os membros da comunidade participavam. Ele relembrou com entusiasmo: "*Era uma festa!*". Além disso, destacou que mobilizava todos os moradores para participarem das decisões políticas mais importantes, e que todas essas atividades ficaram registradas nas atas dos encontros comunitários.

Os relatos apresentados evidenciam que o modo de vida na Resex-Ca sofreu mudanças graduais ao longo do tempo. O que antes era marcado por ajudas e auxílios oferecidos pelas associações, acabou sendo afetado pelo descrédito causado pela inadimplência e pelo abandono. Isso fez com que, em muitos aspectos, os trabalhadores e trabalhadoras passassem a depender de seus próprios esforços para sobreviver, apesar da vontade de trabalhar e se desenvolver ainda estar presente na comunidade

Este fato do abandono das associações nos remete a Picanço (2005), quando indica que:

Nega-se a existência dos grupos sociais locais, no sentido de fortalecer o mito do “espaço vazio” que é estrategicamente usado como válvula de escape para os conflitos sociais de outras regiões e como campo aberto para investimentos do capital, o que desencadeou um processo em que rápida e sistematicamente a região passa a ser ocupada por grupos nacionais e estrangeiros (Picanço, 2005, p. 38).

Neste momento é oportuno evidenciar uma ferramenta conceitual importante que é o conceito de capital social de Putnan. Para Ribeiro (2019), na década de 1980, com a ascensão do movimento socioambiental na Amazônia se constatou a capacidade de organização e de luta de comunidades que até então eram invisibilizadas pela negação de alternativas políticas e de direitos, principalmente à terra, como os pequenos agricultores, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outros grupos sociais. Por outro lado, são flagrantes nesses movimentos, – mas não somente nesses –, formas de relações sociais que apontam para atuação de redes de interesses comerciais (aviamento) ou políticos eleitorais (formas de cooptação de lideranças).

As fontes de capital social estão na cultura, nas normas e em redes sociais e de grupo, nas relações recíprocas e solidárias. As normas são partes de certas culturas e se conectam de forma geracional, principalmente no interior de grupos sociais, como nas famílias. As redes de intercâmbio, por outro lado, se baseiam na confiança que surge de laços de parentesco, vizinhança, amizade e sentimento de pertencimento a um mesmo grupo comunitário.

Sobre essa discussão em seu artigo sobre o Sul do Amapá, Ribeiro (2019) pergunta e, apropriando-se de autores como Bourdieu (1986) e Coleman (1988), responde:

Capital social é um atributo de comunidades? Bourdieu (1996) e Coleman (1988) partilham da ideia de capital social como atributo de grupos sociais, coletividades e comunidades, fomentado por interações em redes de acesso a recursos e oportunidades. Portanto, na intercessão das diferentes matizes autorais, capital social associa-se às normas e instituições orientadas à promoção da confiança, da reciprocidade e da cooperação nas relações comunitárias. Em tese, o capital social pode beneficiar tanto indivíduos quanto comunidades. Entretanto, a natureza das relações não é uma soma de interações entre indivíduos que responde às decisões de interesse pessoal, e sim sistemas complexos que surgem da coevolução dessas decisões e interações (Ribeiro, 2019, p.52).

No entanto, mesmo considerando a importância de ver o conceito de capital social de forma mais ampliada, deu para perceber pelo teor das entrevistas que o conceito de capital social de Putnan é extremamente interessante para análises que envolvem conflitos de interesses em comunidades rurais e tradicionais como neste estudo. Em linhas gerais Bourdieu (1980) define capital social como recursos associados a redes de relações mútuas. Coleman (1988) entende este conceito como estrutura das relações entre atores que promovem atividades produtivas. Para Putnan (1995) ele entende a noção de capital social como características da organização social, incluindo a confiança, as normas e a reciprocidade, que facilitam ações coletivas (Putnam 1995).

Como observado nesta breve discussão sobre o tema, diversos autores destacam o capital social como um recurso indispensável para a construção de um desenvolvimento sustentável. Ele promove a interação entre pessoas, estruturas e instituições, baseando-se na confiança mútua, cooperação, civismo e participação. Além disso, é relevante também o conceito de capital cultural de Putnam (1995), que consideramos importante para aprofundar essa análise.

A ideia central desse princípio, evidenciada nas entrevistas realizadas nas vilas da Resex-Ca, é que, com a dinamização das redes sociais e da própria comunidade, impulsionadas pela confiança e cooperação, há um benefício direto no âmbito social e uma real possibilidade de desenvolvimento e melhorias comunitárias. Essa teoria é claramente

destacada em Putnam (1995), ao afirmar que, em uma sociedade onde o capital social é forte, o compromisso cívico assumido pela comunidade promove uma atitude de reciprocidade, o que, por sua vez, fortalece a confiança mútua.

É justamente essa falta de confiança mútua entre os membros da comunidade que o entrevistado 01 crítica ao abordar a situação atual. Quando questionado sobre a produção da agricultura familiar, especificamente no que diz respeito à produção e às entregas, ele informou que "*tudo está parado*". Ao ser perguntado se atribuía essa situação às lideranças atuais, ele confirmou que sim. Em suas palavras, expressou indignação não apenas com as lideranças, mas também com a falta de crédito e a ausência de assistência técnica e extensão rural:

“A gente não tem a prova, mas tem quase que a certeza de que a liderança não está de conformidade. Deixou a desejar. Não fez mais caso daquilo. Não levou o caso a sério.

Não temos ajuda nenhuma técnica de agricultura. Nada, nada.

Não há. A gente precisa muito porque com o auxílio disso aí, a gente poderia desenvolver melhor. E se tivesse os projetos, como se tivesse a semente, o adubo, o material para trabalhar. Equipamentos[...]. Isso que antigamente tinha. Hoje nós não temos nem. Está tudo parado. Está cada um por si” (Entrevistado 01 -Trabalho de Campo, 2024).

A demanda agrícola apresentada pelo entrevistado 01 ainda enfrenta diversos obstáculos, como a falta de incentivos, apoio técnico e financiamento por meio de créditos, o que impede o desenvolvimento dessas atividades. Considerando que a análise envolve um território e povos que necessitam de motivação e assistência especializada para atender suas demandas de subsistência e atividades econômicas, essa carência acaba prejudicando o próprio processo de desenvolvimento sustentável. Isso ocorre principalmente porque os meios institucionais necessários para promover a preservação e o incentivo ao desenvolvimento estão distantes da realidade dessas pessoas.

Os trabalhos de Filocreão (2002, 2014) fazem uma análise detalhada das populações tradicionais da Amazônia, com ênfase em suas dinâmicas socioeconômicas e territoriais. Em sua obra de 2002, Filocreão explora os modos de vida nas reservas extrativistas, destacando a relação intrínseca entre essas comunidades e o meio ambiente. Filocreão argumenta que as práticas tradicionais, como o extrativismo e a agricultura de subsistência, são fundamentais para a sustentabilidade local. Em 2014, seu trabalho evoluiu para uma abordagem mais ampla, abordando os desafios impostos pela modernização e globalização, que frequentemente ameaçam a manutenção das práticas tradicionais e a coesão comunitária.

Durante a entrevista, outros temas surgiram. No âmbito das sociabilidades, o entrevistado 01 compartilhou relatos que demonstram a complexidade e a riqueza sociocultural da vida em comunidade. Segundo ele, a comunidade à qual pertence é predominantemente evangélica, com cultos semanais, mas atualmente enfrenta dificuldades devido à falta de energia elétrica. Nota-se que o entrevistado 01 é um dos agentes sociais que mobilizam a comunidade, tanto por meio de iniciativas religiosas, buscando integrar os cultos com a educação, quanto pelo conhecimento técnico e profissional, como na manutenção de geradores, visto que a comunidade não tem acesso integral ao fornecimento de energia elétrica.

Esses fatos até aqui apresentados já demonstram alguns recortes que podem ser analisados acerca do modo de vida no território da Resex-CA. Em especial, o modo de vida alinhando ao interstício da floresta, do trabalho humano com base nos ciclos do meio ambiente. Na perspectiva do modo de vida pensando os aspectos de sobrevivência alimentar por meio da pescaria, no território da Resex-Ca, o entrevistado 01 lembrou como é o dia a dia na floresta e nos rios. Sobre o fato de ser pescador, como todo bom ribeirinho, lembrou dos bens ambientais existentes.

“Sim, pesco ainda. É um rio peixeiro (piscoso). Eu saio por aí pescando. Esse aqui é o maior (melhor) lugar do mundo porque tem peixe à vontade. Eu até digo que Deus sabe fazer as coisas bem-feitas, porque a água desse rio é escura. E se fosse bem clara, não tinha tanta quantidade de peixe que ele tem. Porque até criança vai e pega bastante peixe. Eu pescava muito, mas adoeci. Aí eu já estou com uns 4 ou 5 anos que não pescava mais. Mas eu estou me preparando para voltar. O coração foi operado. A diabetes está controlada, a pressão está controlada, a glicemia, o colesterol. (Entrevistado 01 - Trabalho de Campo, 2024).

Além das preocupações com a saúde, o entrevistado destacou a abundância que a natureza oferece aos moradores da comunidade que têm acesso ao rio. Ele relatou que o modo de vida centrado na pesca demonstra como a lógica do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental contribui para manter a natureza preservada e segura. Sem a poluição e a exploração desregulada, é possível garantir que a comunidade continue a se alimentar dos peixes locais, cuja oferta não é afetada, preservando assim a subsistência dos moradores.

Finalizando a entrevista, o entrevistado 01 fala sobre o que significa morar em lugar como este, no meio rural.

“É ótimo, eu gosto muito (de morar) aqui. Estamos em contato com a natureza. Nós temos uma casa em Laranjal do Jari. Mas a gente vai lá, passa

um dia, dois. Às vezes que eu não vou nem na minha casa, faço só minhas compras e volto. Chego aqui, parece que eu respiro um novo ar. Já pensou se a gente tivesse um apoio melhor na agricultura, para a gente produzir mais. Não tinha lugar melhor”. (Entrevistado 01 -Trabalho de Campo, 2024)

Concluiu-se a entrevista com o entrevistado 01 compreendendo a sua conexão com a natureza e seu modo de vida no território natural da Resex-Ca, onde a luta pela sobrevivência e preservação do ambiente é constante. Essa luta se manifesta por meio do trabalho, da ação sobre a terra e a água, na agricultura e na pesca, atividades nas quais se constroem sentimentos e significados. É no coração da floresta que seus modos de viver se estabelecem, fundindo-se com a natureza ao redor.

Chagas (2015) contribui significativamente para a compreensão da economia de subsistência nas comunidades tradicionais, especialmente no contexto amazônico. Ele destaca o papel importante dessas comunidades na conservação ambiental, ressaltando que o uso sustentável dos recursos naturais não é apenas uma prática econômica, mas também uma expressão cultural e identitária. Sua pesquisa também aborda as desigualdades sociais e a marginalização dessas populações, reforçando a necessidade de políticas públicas que equilibrem o desenvolvimento regional com a proteção dos modos de vida tradicionais, semelhantes aos apresentados na Resex-Ca.

A entrevista subsequente, realizada com a entrevistada 02, também da comunidade Boca do Braço, enriqueceu ainda mais a compreensão de como os integrantes dessas comunidades tradicionais se dedicam à preservação da natureza e do meio ambiente em prol do bem comum. Seus modos de uso e manejo dos recursos naturais estão alinhados com os princípios de Desenvolvimento Sustentável e a harmonia com a floresta. Nesse sentido, inicia-se a análise dos dados coletados com a entrevistada 02 na qual expressa em seus relatos o lugar onde vive, com quem vive e a forma de se manter:

“É a comunidade Boca do Braço. É uma localidade de Santa Maria, ela faz parte do Loro. Moramos em quatro famílias. Eu, com o meu marido. Minha sogra e meu sogro, estão em frente [...] (vivemos) da verdadeira agricultura mesmo. A gente não mexe com o peixe, só com peixinho, tudo isso está para comer mesmo” (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024)

Assim como na entrevista anterior, percebeu-se nos primeiros relatos da entrevistada 02 que ela e sua família também vivem os seus modos de vida a partir da relação com a natureza, com destaque ao que ela enfatizou como “*verdadeira agricultura*”, somado ao que a natureza tem para lhes ofertar.

Seguindo com a análise, mas direcionando a problemática do modo de vida com o trabalho enquanto categoria social de movimentação humana, a entrevista 02 relata:

“A gente chega segunda-feira, levantamos às seis e quarenta da manhã, se arruma, faz o café, vai embora para a roça, quando é dez e meia a gente vem para casa, merenda alguma coisa, quando é três horas da tarde a gente volta para a roça, quando é motivo de plantar, torrar farinha, arrancar mandioca, a gente termina mais tarde. A gente sai às seis e quarenta de casa e vem chegar às quatro e meia para cinco horas da tarde em casa. Nossa rotina é assim, de segunda a sexta, sábado, conforme a precisão, né? Eu me sinto feliz de trabalhar, nasci e me criei com a minha mãe, né? Trabalhando desde os dez anos e até hoje estou com quarenta e sete anos, mas continuo sempre trabalhando, na agricultura, eu gosto, eu gosto de trabalhar. Porque é que eu sobrevivo, né?” (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024)

Identifica-se uma rotina de trabalho árdua e comprometida, com dedicação às atividades agrícolas por mais de 40 anos, refletindo a necessidade de sobrevivência por meio da relação entre natureza e economia. Nesse contexto, e conforme nossa defesa do desenvolvimento sustentável, a família da entrevistada tem trabalhado com a agricultura por gerações, sem destruir ou prejudicar o meio ambiente. Essa abordagem contrasta com o modo de produção do sistema socioeconômico capitalista, que, ao contrário, muitas vezes não se preocupa com a preservação da natureza ou com as gerações futuras.

Ribeiro (2008) centra-se nas transformações sociais e econômicas das comunidades ribeirinhas e extrativistas da Amazônia, analisando os impactos das políticas de desenvolvimento regional, identificando tanto avanços quanto retrocessos. Ribeiro destaca que, embora algumas iniciativas tenham promovido melhorias em infraestrutura e acesso a serviços, muitas vezes elas ignoram a especificidade cultural e ambiental das populações locais, resultando em desajustes entre as políticas implementadas e as reais necessidades das comunidades.

Ainda sobre as atividades de trabalho, mas também com o olhar acerca da questão social, foi questionado acerca da renda familiar a qual destacou que recebem auxílio social do governo:

“Só a Bolsa, a Bolsa Brasil, que nós chamamos, a Bolsa Família, hoje em dia, é só a renda que nós temos. E a gente vai na cidade receber, paga uma coisinha na loja, se a gente comprar, aí vai embora” (Entrevistada 02 - Trabalho de Campo, 2024).

Outro ponto a destacar é que a entrevistada 02 informa que vivem da economia de subsistência por meio da agricultura familiar considerando o tempo da floresta em fornecer os alimentos oriundos da região:

“Tem a rotina de colheita, mas só quando se consome, porque agora que a gente está começando, assim, negócio de quatro litros para a gente beber e doar para nossos vizinhos de açai, que nós plantamos, já a bacaba é da natureza [...] (além do açai, vocês plantaram outras coisas?) Não, lá na beira, a gente só coloca árvores de açai e banana. Na terra firme a gente tem limão, laranjeira, acerola, coqueiro que já está começando a frutear, tem graviola, manga, tem juruzeira, pupunha, macaxeira, abacaxi e mandioca. Quem planta colher, né? (risos)”. (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Assim como na entrevista anterior, percebe-se que existe uma demanda pela solicitação de auxílios e ajuda para composição do modo de vida no território da Resex-Ca, mas no caso da entrevistada 02, existe o apoio do Programa do Governo Federal intitulado de Bolsa Família, que servem como complemento às necessidades básicas da família. A entrevistada também indica a diversidade de plantas e árvores frutíferas em suas terras, o que enfatiza a riqueza natural do território amazônico, onde está localizada a Resex-Ca.

Ainda relacionado a fonte de renda familiar, a entrevistada 02 continua relatando que:

“ (a farinha) a gente vende, vendemos mais é para o marreteiro. (Que vem) De Santana, Macapá”. (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Além da plantação e colher para a sobrevivência – que inclui a prática de venda e de consumo próprio, nota-se a solidariedade em doar de seu plantio para os vizinhos, a exemplo da colheita de limões, mencionado pela entrevistada, como mais um exemplo, ainda que no âmbito micro, de Desenvolvimento Sustentável, em que se investe na plantação para fins econômicos, mas também se pensa no coletivo, no bem comum.

Junto a isso, identifica-se também o alcance de suas práticas de agricultura, tendo em vista a menção de que existem vendas e negociações para pessoas que saem de municípios vizinhos a Resex-Ca, como Macapá-AP e Santana-AP, para procurarem os resultados de suas plantações.

A entrevista continua demonstrando mais desafios e satisfações para com o modo de vida das populações tradicionais, mostrando que o trabalho na agricultura obedece ao “interstício da floresta” conforme relatos abaixo:

“ (em janeiro) É, preparar a terra, reunir toda a família para plantar, nós dois e Deus. Temos que limpar a terra, roçar, cavar e plantar, dá serviço à roça, é só para quem depende mesmo dela. Plantamos em fevereiro, quando é em junho, damos uma capinadinha [...] (e a colheita?) Olha, novembro, com a precisão, a gente já pode tirar, que já tem mandioca no ponto de depurar a farinha. Uma batata doce, estou começando esse ano, a plantar ela. Não sei se o veado vai deixar, ele come as folhas, a gente planta batata doce, tajoba, temos areiá, é uma batatinha, assim, pequenina, meia branca, ela está na terra, empilhada, a gente planta a cana, faz a garapa, e vende lá para os vizinhos. Fazíamos mel, mas paramos, porque apareceu muita broca, nas canas tínhamos que derrubar, não sabíamos o que realmente podia fazer, lá a gente não tem técnica de nada. No ano da Covid, nós tínhamos melancia, para nós darmos nas comunidades, para os outros aproveitarem” (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Nesses trechos ficam evidentes alguns pontos interessantes. O primeiro deles é que a família em questão acompanha o interstício da floresta em suas práticas de agricultura, tanto para plantar, quanto para colher, eles se alinham aos períodos de meses do ano, portanto, sem a necessidade de agredir ou forçar a natureza em seus meios de trabalho. Outro exemplo da presença do desenvolvimento sustentável é a presença de animais silvestres em seus terrenos, a exemplo do veado que come algumas de suas plantações, mas isso não acaba sendo motivo de expressão de ódio, com intuito de exterminar os animais.

Além desse contexto, fica esclarecido também que assim como o entrevistado 01, a família da entrevistada 02 não recebe ajuda técnica especializada, para com o trabalho em seu plantio, estando somente sob responsabilidade dela e de seu marido, que também relatou as dificuldades e os desafios enfrentados durante a pandemia da doença infecciosa Covid-19, causada pelo vírus Sars-CoV-2.

Outro fator de destaque se dá pela forte presença do trabalho da entrevistada 02 nos trabalhos realizados em seu terreno, conectando aqui o conceito já discutido neste estudo, de Divisão Sexual do Trabalho, oriundo da divisão social, demonstrando que mulheres e homens, cada um em sua especificidade fisiológica, podem distribuir igualmente ou não, as suas atividades de trabalho, sendo que para as mulheres ainda existe outras esferas de trabalho, como trabalho doméstico, de cuidado com a família, conforme elucida Rangel (2017):

As mulheres, por sua vez, costumam acompanhar os maridos até o nascimento dos filhos, quando passam a se dedicar ao cuidado deles, dos velhos, das atividades domésticas relacionadas ao beneficiamento dos alimentos, da criação de animais de pequeno porte no quintal, do preparo dos alimentos, (Rangel, 2017, p. 75)

Portanto, também é colocado como evidência a sobrecarga de trabalho em que as mulheres enfrentam diariamente, por acumular excessos de trabalho externo, no campo, na roça, em empregos, e internos, nas inúmeras formas de trabalho em suas casas.

Em continuidade a análise, percebe-se outra semelhança entre os dois entrevistados, pois quando questionada sobre a participação em alguma associação a entrevistada 02 relatou o seguinte:

“Não vou lhe mentir, eu não faço não. Não vale a pena, porque a gente não tem apoio, mana, de nada. As pessoas não dão uma semente de nada pra gente plantar. Uma vez, inventaram lá na Gordon, pra plantar... Só entrou três pessoas lá da família, nem tem precisão. Uma é funcionária da prefeitura, ela trabalha na escola. A irmã dela é diretora. A mãe dela é aposentada. O pai dela é aposentado. E o cunhado dela também é aposentado, porque ele ganha o benefício do tempo de trabalho. E nós, que tínhamos o que vender, não entramos no programa. Aí a gente saiu querendo comprar tapioca dos outros, farinha dos outros, pra querer revender. Aí quem tinha, não vendeu” (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Continuando o diálogo, a entrevistada 02 foi questionada quando a produção e venda de seus produtos e a mesma relatou:

“É, com certeza. Tapioca a gente encomenda, eu também planto. Uns anos eu cheguei a vender aquelas sacas de sarrapilha, cheinha, aquelas sacas de cebola que nós chamamos, vermelhinha, com pimenta de cheiro. Tem um tempo que fracassou, agora eu continuo a plantar de novo” (Entrevistada 02 - Trabalho de Campo, 2024).

A semelhança se dá pelo fato de ambos não fazerem parte, diretamente, de associações, dessa forma, estando de fora de coletividades. Mas assim como o entrevistado 01, existem grandes insatisfações com a forma com que essas instituições sociais estavam agindo, que segundo a entrevistada 02, acabava gerando desigualdades na forma de atendimento e contemplação das atividades, pois se privilegiavam pessoas que não tinham necessidades imediatas, diferentemente de outros indivíduos que precisam dos serviços.

Em relação às necessidades básicas de sobrevivência, como a caça voltada à alimentação de subsistência (não esportiva ou predatória com fins de extermínio), a entrevistada 02 forneceu os seguintes relatos:

“(em relação a caça) Sempre dá. Mas o meu marido não gosta de caçar, porque ele tem problema de coluna, dor costa, ele não caça. Só o peixinho mesmo, o dia que dá pra ele lanternar, ele vai [...] (Então a alimentação de

vocês basicamente é o peixinho?) Sim. E frango a gente compra do marreteiro”. (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Sabe-se que a prática da caça de animais silvestres não é permitida por lei, com ênfase para fins esportivos e comerciais. Entretanto, no âmbito do meio rural, em que estão inseridas os modos de vida em consonância com a natureza, das comunidades tradicionais, a exemplo das reservas extrativistas, essa prática se caracteriza pela necessidade, pela subsistência, pelo viver o interstício da floresta, sem que haja destruição do meio ambiente, tendo em vista que: “as Reservas Extrativistas são espaços de uso comunal, destinadas à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais pela população extrativista. São áreas da União, que concede os direitos de usufruto aos trabalhadores” (Picanço, 2005, p. 50-51). São áreas em que os habitantes usufruem de seus recursos sob a responsabilidade de não o destruir.

No caso da entrevistada, nota-se que o predomínio alimentar acontece através da pesca e da compra de frangos. Quanto ao acesso à energia elétrica, a entrevistada 02 indica que a família possui maquinário de gerador de luz próprio, mas que existe uma parceria com a prefeitura, com fornecimentos de componentes necessários para o seu funcionamento. E com relação ao transporte, percebe-se uma mudança nesse modo de vida, considerando que o tradicional remo, que exige trabalho braçal, está perdendo espaço para o motor movido a combustível, estando, portanto, em um meio de transporte fluvial mais prático e rápido, com menos esforço físico.

Seguindo com a análise, percebeu-se também, assim como na primeira entrevista, a satisfação com a vida no território da Resex-Ca, a felicidade em viver em sintonia com o meio ambiente, usufruindo de um espaço natural, bem como os relatos de presença da religião como um fator de sociabilidade para a comunidade:

“Gosto. Da vida tranquila. Você tranca a sua porta se você quiser ou não [...] Você deixa as suas coisas lá, você encontra. Quando você chega da roça, tem um jeitinho lá. Ninguém leva nada, ninguém pega nada. É, eu gosto [...] Se quiser, pode passar sempre lá em casa. Dia de domingo, a gente só vem da comunidade da Boca do Braço, quando tem culto [...] (a senhora participa da comissão que organiza a missa?) Não, só participo das missas mesmo”
 “(em relação as festas da comunidade?) Olha, mana, a do Ariramba, que é mais próxima, acho que a gente pensa que é a mais preferida, é dia 24/12. De São Benedito, em dezembro. E aí tem em abril, do São Jorge, que é no Ariramba também. E dia 27 de abril, essa data que a gente comemora aqui, na Boca do Braço. E muita gente vai pro Ariramba, de Santana, Mazagão, todo mundo vem pra lá. É muito movimentado a comunidade. Na Boca do Braço tem o São Sebastião”. (Entrevistada 02 -Trabalho de Campo, 2024).

Ao analisar os relatos finais da entrevista, observou-se a presença de sentimentos positivos em relação ao modo de vida no território da reserva extrativista. Esses sentimentos decorrem, em parte, da tranquilidade e confiança experimentadas ao sair de casa, sabendo que não há risco de roubos ou invasões humanas. Além disso, a simplicidade proporcionada pela natureza, rica em recursos, é apreciada, embora existam limitações temporais para o uso desses recursos.

Outro aspecto importante destacado é a presença das igrejas, que se tornam um diferencial na região. Através de missas e cultos, as igrejas promovem a união e diversão, especialmente durante as festividades que atraem pessoas de outras localidades.

No âmbito do interstício da floresta e do modo de vida, concordamos com Picanço (2005), que se utiliza de Tedesco (1999), ao abordar sobre o *ethos* dos povos tradicionais:

Assim, a ideia do *ethos* tem presente a noção de incorporação, num constante vir a ser, que absorve e redefine estilos de ação e visões de mundo, processando-se dinamicamente no confronto com os processos sociais. Para o autor, quando falamos de *ethos*, estamos falando de representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido e a realidade social na qual o indivíduo está inserido, socializado e que também definem seu comportamento (Tedesco, 1999, p. 20 *apud* Picanço, 2005, p. 85)

Esse *ethos*, os modos de vida, junto ao tempo delimitado pela floresta, acabam caracterizando-se como particularidades dos povos tradicionais que ali residem:

Quando nos referimos às populações tradicionais enquanto o agroextrativista, estamos tratando do caboclo amazônico (ribeirinho, agroextrativista, seringueiro, castanheiro, camponês). Esse ser social de formação dinâmica, carrega em sua origem elementos biológicos e culturais do índio, do branco e do negro. No verso e reverso desse encontro entre tipos sociais tão distintos (Picanço, 2005, p. 85)

Nesse sentido, são pessoas que vivem do meio ambiente, do espaço natural, de sonhos e lutas, que estão diretamente relacionadas e adaptadas ao território que impulsiona seus modos de vida pela prática do Desenvolvimento Sustentável, em meio a atividades de trabalho peculiares, de criação animal e exploração vegetal que deve ser a lógica de subsistência. Junto a isso, existem a presença de compromissos que desafiam essas populações, uma vez que as reserva extrativistas são protegidas e fiscalizadas por leis:

A criação da Reserva Extrativista como território do agroextrativista impõe novas oportunidades e limitações a esse grupo social, na medida em que deve fazer uso dos recursos numa combinação de desenvolvimento

econômico, social e ambiental [...] O desafio é enorme para essas populações, não somente pelas condições ambientais que impõem inúmeros limites decorrentes do tamanho e dificuldade de controle de seu território, mas também pela própria realidade social (Picanço, 2005, p. 86-87).

Sendo assim, está-se analisando um território inserido em contexto político, econômico e cultural, portanto, como já evidenciado anteriormente, compreende-se que essa noção de território vai além do vínculo com espaço geográfico, especialmente para populações com hábitos e costumes tradicionais que vivem entre a cidade e a floresta, uma vez que se estabelecem em um uso comum, vislumbrando o bem comum por meio do pertencimento a uma comunidade. Além disso, sob uma perspectiva plural, concorda-se com a afirmação de Rangel (2017):

O território concreto é também o território da defesa e da proteção, num movimento dialético entre proteção e defesa do grupo e do território, cuja manutenção é essencial para a reprodução dos sujeitos, por meio da manutenção dos espaços produtivos, de moradia, lazer e comunicação com os seres míticos. (Rangel, 2017, p. 178).

Portanto, foram analisadas histórias de vida e as profundas conexões dessas populações com a natureza, nas quais elas se sentem plenamente contempladas em seus tempos e modos de vida. A tranquilidade, a simplicidade e o respeito pelos ciclos naturais caracterizam a forma como vivenciam o cotidiano, reforçando a sensação de pertencimento e harmonia com o ambiente ao redor. Esse modo de vida está intimamente ligado aos princípios de desenvolvimento sustentável, pois valoriza o uso consciente dos recursos naturais, respeitando o interstício da floresta e promovendo sua preservação para as gerações futuras.

O tempo cíclico da natureza, exemplificado pela safra da castanha, emerge como um elemento estruturante na vivência das populações agroextrativistas da Resex-Ca. Este ciclo natural dita o ritmo do trabalho, alinhando-se aos períodos de colheita e regeneração das árvores. A harmonia experimentada nesse contexto é, contudo, limitada: enquanto a floresta oferece seus frutos e abrigo, tragédias como a queda de árvores ou escassez em tempos de mudanças climáticas, tudo isso, desafiam o equilíbrio desejado por todos. Essa interação evidencia duas perspectivas complementares: o tempo “da” natureza, que envolve a sociedade em sua dinâmica natural, e o tempo “na” natureza, que reflete como os sujeitos moldam suas práticas e narrativas com base nos ciclos ecológicos. Assim, o *ethos* das comunidades tradicionais revela-se profundamente vinculado ao respeito e à sabedoria herdada da floresta,

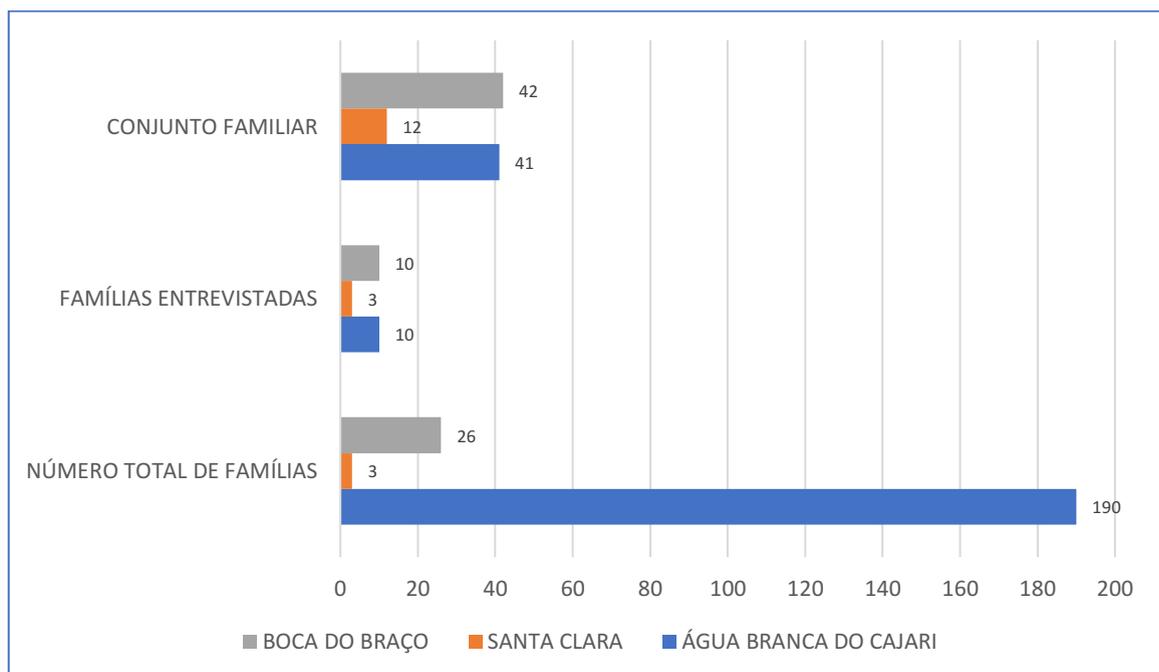
desafiando modelos exógenos que desconsideram essa singularidade como ponto importante na construção de seu modo de vida.

Ribeiro e Filocreão (2013) sintetizam as contribuições da comunidade, oferecendo uma visão integrada sobre os desafios e perspectivas das populações tradicionais na Amazônia. Eles enfatizam a importância de um planejamento territorial participativo, que envolva diretamente as comunidades na gestão de seus recursos. A sustentabilidade dessas populações está diretamente ligada à valorização de seus saberes tradicionais e à implementação de políticas públicas inclusivas, que respeitem as especificidades locais e promovam um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

4.5 ANÁLISE DAS COMUNIDADES: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O MODO DE VIDA NO SUL DO AMAPÁ

Ao iniciar a análise e compreensão dos resultados dos questionários, cujos dados foram tabulados e convertidos em gráficos ilustrativos, constatou-se a seguinte avaliação com base nas comunidades em foco: Boca do Braço, Santa Clara e Água Branco do Cajari, todas integrantes do território que compreende a Resex-CA.

Gráfico 1: Famílias Por Comunidade



Fonte: Prefeitura de Laranjal do Jari – Secretaria de Infraestrutura

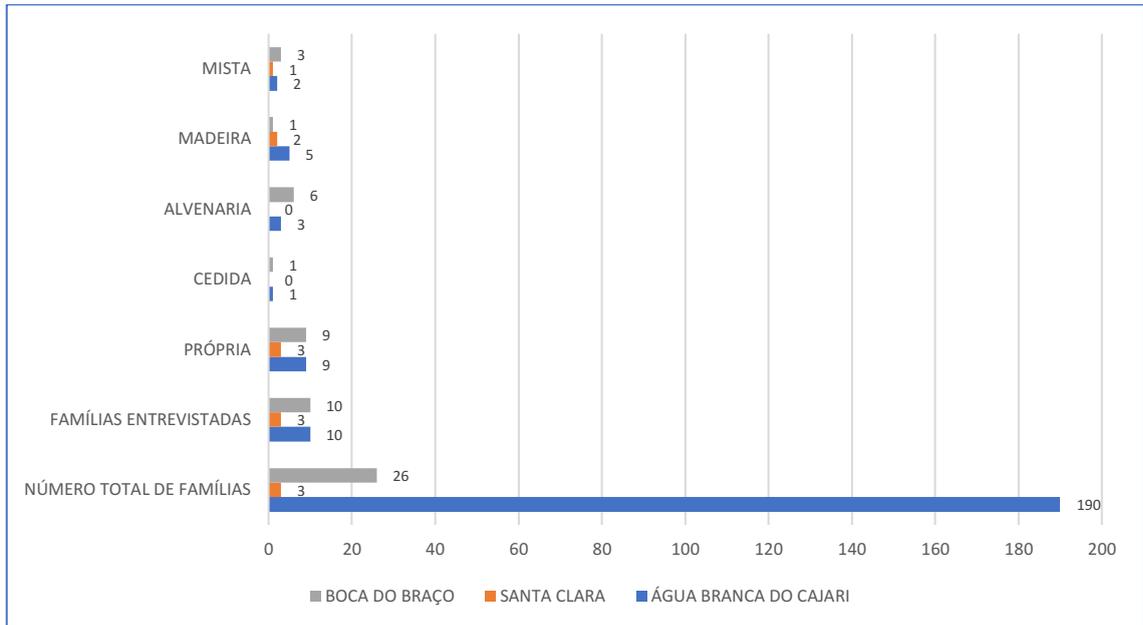
Em análise a partir do “*gráfico 01: famílias por comunidade*”, percebe-se que existe uma distribuição de residentes desproporcional ao comparativo de habitantes, por comunidades, tendo a comunidade de Água Branca do Cajari a maior quantidade de famílias, seguido, respectivamente pela comunidade de Boca do Braço e pela comunidade de Santa Clara. No entanto, em relação aos conjuntos familiares, Boca do Braço apresenta um número maior (42) que Água Branca do Cajari (41), apesar de ter um número total de famílias bem menor, o que sugere que, em Boca do Braço, há subdivisões familiares mais numerosas ou relações familiares mais agrupadas. Santa Clara, por sua vez, mantém uma proporção mais próxima entre o total de famílias (3) e conjuntos familiares (12), indicando uma comunidade mais uniforme nesse aspecto. Assim, a diferença entre o total de famílias e os conjuntos familiares varia significativamente entre as comunidades, destacando dinâmicas sociais distintas em cada uma delas.

Este fato remete a noção de diversidade presente nas reservas extrativistas, que, em geral, são territórios extensos em dimensões geográficas, e são utilizados mediante a lógica de habitação e exploração de subsistência e comercial. Mas com restrições por moradia, uma vez que exige autorização da União para moradia fixa e trabalho nestes locais.

Do total de famílias moradoras dessas três comunidades, realizou-se a entrevista com vinte e três (23) representantes das famílias, sendo que na comunidade de Santa Clara entrevistou-se apenas três (03) devido à dificuldade de acesso e a pulverização das moradias na comunidade. Desta forma, as demais informações do questionário contemplam esse “N” amostral.

O gráfico 2 apresenta os tipos de residência e nos mostra uma disparidade de dados entre as comunidades, tendo em vista que Água Branca do Cajari e Boca do Braço possuem os maiores números de casas próprias em comparação a Santa Clara, além de que suas estruturas também são divergentes: a comunidade de Santa Clara, por exemplo, segundo os dados gerados nos questionários preenchido por moradores, não possui residências completamente construídas de alvenaria, ou é mista, ou é de madeira, e isso chama a atenção por se caracterizar como a comunidade com o menor número de famílias habitando o seu território.

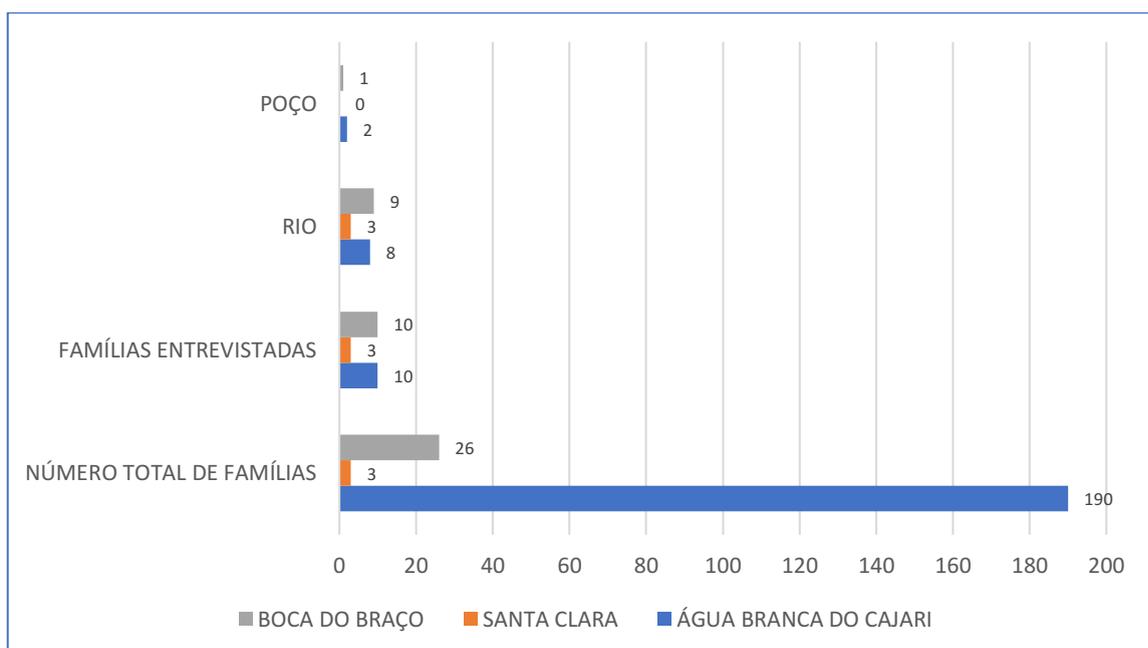
Gráfico 2: Tipos de Residências



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Em relação a coleta de água, geralmente as comunidades do interior realizam de mananciais superficiais (rios e lagos) e de mananciais subterrâneos (poços). Como apresentado no gráfico 3, na qual a coleta de água realizada pelas famílias é oriunda de poços e rios.

Gráfico 3: Coleta de Água

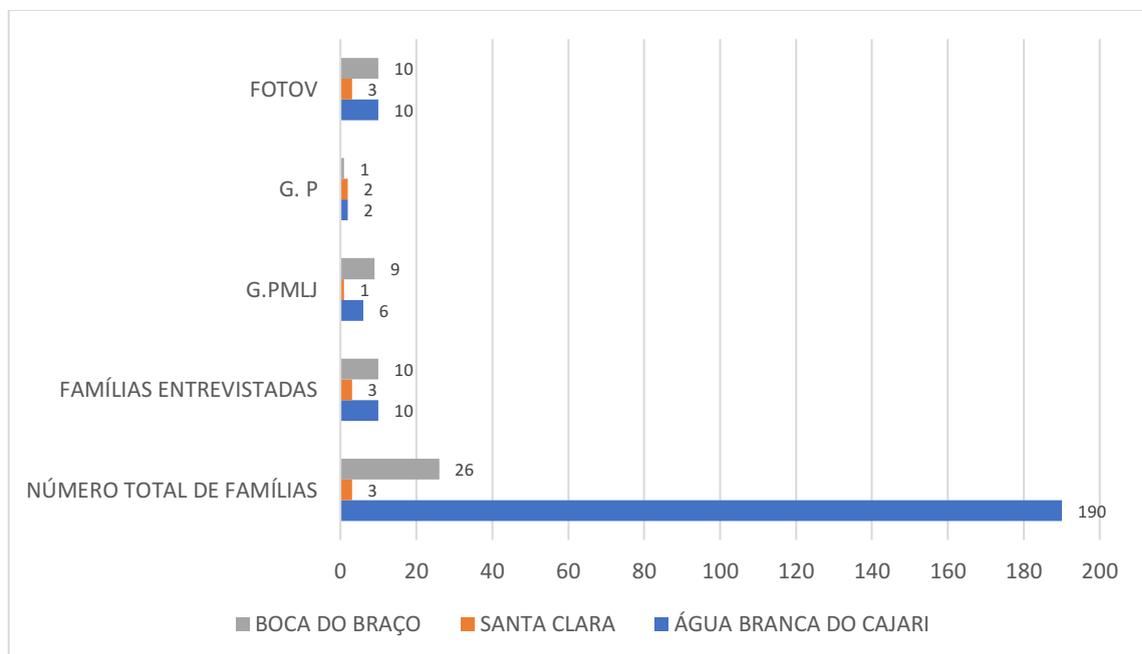


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Nota-se, novamente, uma disparidade entre as comunidades, especialmente em relação ao acesso a poços. O acesso ao rio é uma característica comum entre elas, tanto que todas as famílias entrevistadas têm acesso ao rio. No entanto, caso o rio não estivesse disponível como fonte de água, a alternativa de utilizar poços não seria viável para as famílias da comunidade de Santa Clara, que não possuem acesso direto a essa opção, haja visto a longa distância do poço mais próximo (na comunidade de Água Branca do Cajari). Nessa situação, elas dependeriam exclusivamente do rio ou teriam que recorrer a meios privados, como a compra de água para consumo.

Quanto ao acesso à energia elétrica, os entrevistados foram unânimes em relatar a dificuldade de acesso a esse serviço, o qual não está 100% disponível pela concessionária estadual responsável por oferta tal serviço. Nota-se que o Gráfico 4 expressa que todas as famílias entrevistadas têm acesso à energia solar (fotovoltaica), porém algumas famílias também têm acesso a energia ofertada através do gerador da prefeitura municipal de Laranjal do Jari e outras tem esse acesso através de gerado próprio de energia elétrica.

Gráfico 4: Tipos de Energia Usada



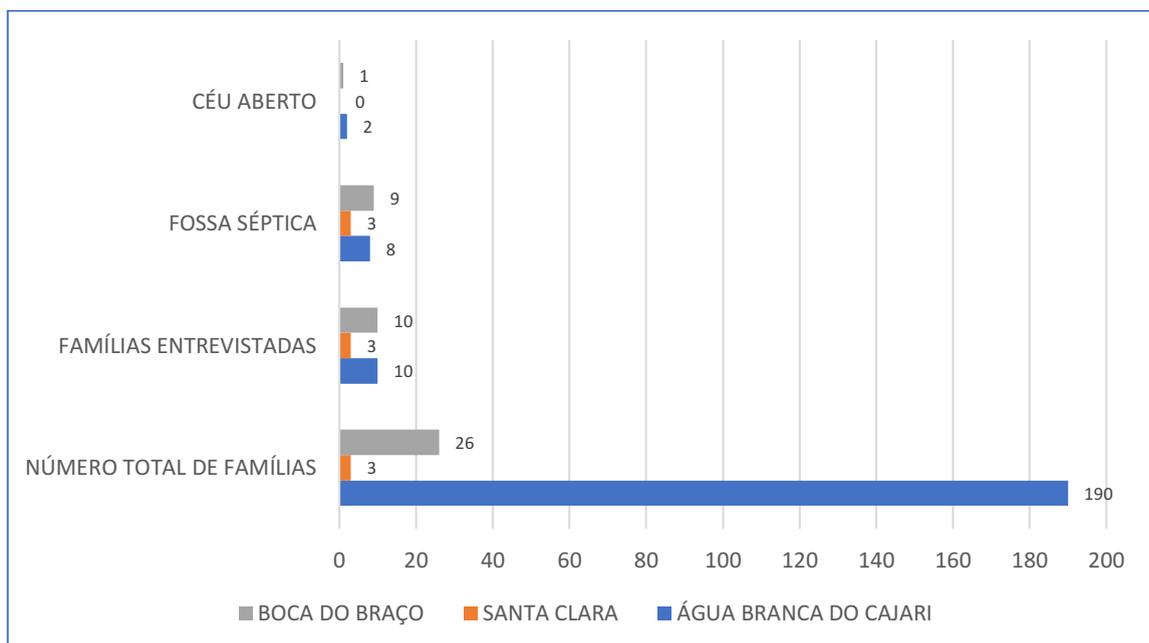
FOTOV: Fotovoltaica; G.P.: Gerador própria, G. PMLJ: Gerador da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari. **Fonte:** Dados da Pesquisa 2024

Além de evidenciar possíveis aspectos de desigualdade social, com ênfase para o âmbito econômico, os dados demonstram também que nem todas as famílias conseguem o

benefício do acesso a serviços público, nesse recorte, o serviço municipal. E cabe ressaltar que a falta de uma infraestrutura estatal para fornecer energia elétrica de forma estável impede o desenvolvimento sustentável pleno dessas comunidades. Embora as soluções alternativas, como energia solar, representem um caminho positivo, a dependência de geradores mostra a necessidade de políticas públicas que garantam um acesso universal à energia limpa. O fornecimento de eletricidade estatal não apenas reduziria a emissão de carbono, mas também proporcionaria às comunidades as ferramentas para prosperar economicamente, educacionalmente e socialmente de maneira sustentável.

Outro aspecto importante é relacionado ao escoamento sanitário em áreas de conservação ambiental na Amazônia o qual representa um desafio, devido à necessidade de preservar os ecossistemas sensíveis e ao isolamento geográfico das comunidades. Dessa forma, quando questionados acerca do escoamento sanitário em suas residências foram citados a utilização da fossa séptica e da fossa a céu aberto, conforme apresentado no gráfico 5:

Gráfico 5: Escoamento Sanitário



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

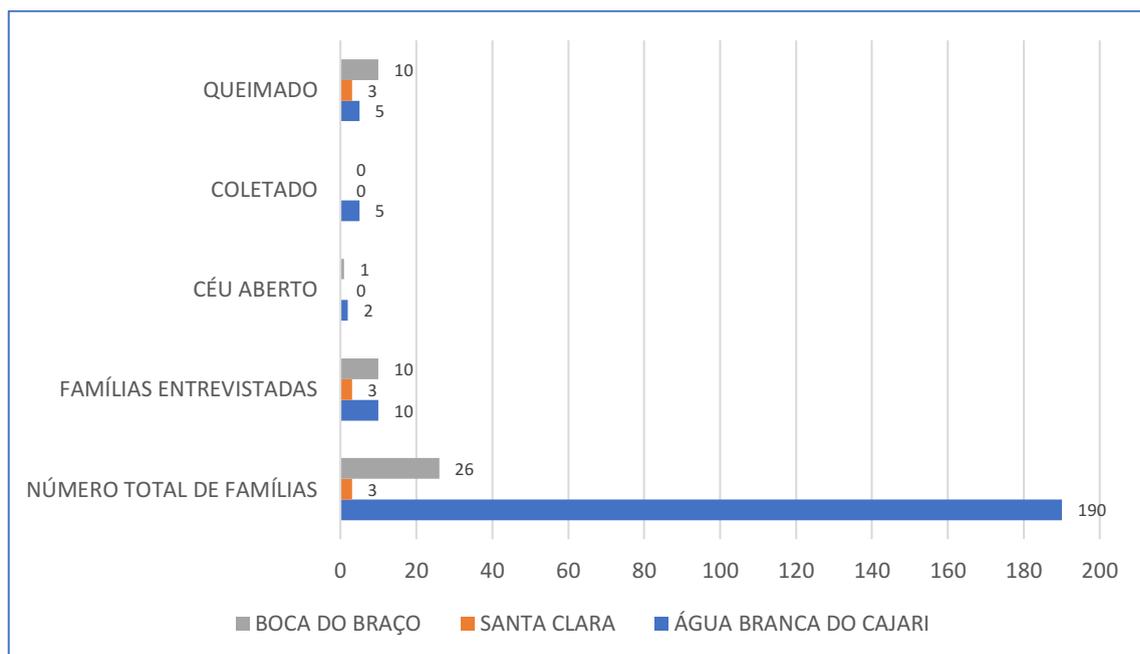
A questão do saneamento básico, envolvendo o tratamento de água e esgoto, é um problema de saúde pública e urbanização em nível nacional. Muitas capitais brasileiras, incluindo Macapá-AP, capital do Estado do Amapá, carecem de condições e oferta adequadas desses serviços. No território da Resex-Ca, embora a situação seja menos grave do que nos

grandes centros urbanos, a problemática também está presente. As famílias entrevistadas relataram a existência de esgoto a céu aberto, e na comunidade de Santa Clara, duas casas não possuem fossa séptica, o que agrava as condições de dignidade humana.

Essa situação está de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD) de 2022 a qual mostra que aproximadamente 14,1% dos domicílios brasileiros tem como destino dos dejetos oriundos do banheiro ou sanitário a fossa rudimentar, a vala, o rio, o lago ou o mar, entre outras formas de escoadouro. Sendo que na região Norte esse indicador mostra-se mais elevado apresentando aproximadamente 35,5% de domicílios (IBGE, 2023).

Outra questão relacionada a saneamento básico é o destino do lixo doméstico produzido pelas famílias que, em sua maioria, é queimado como pode-se observar no gráfico 6:

Gráfico 6: Destino do Lixo



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

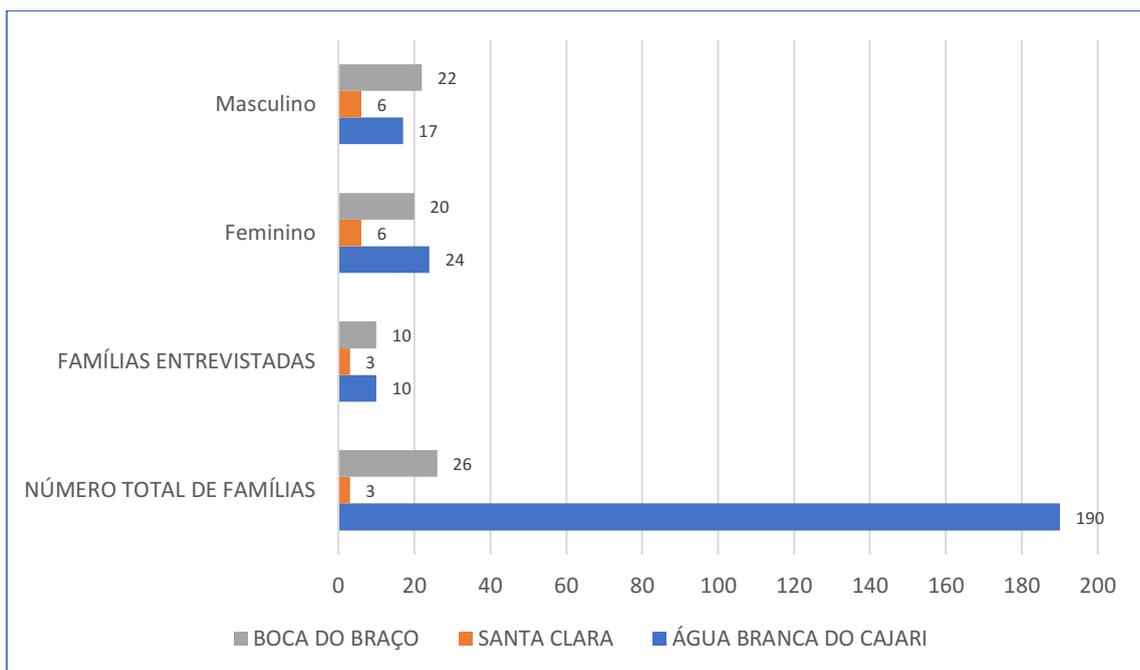
Identifica-se que muitas famílias, especialmente da comunidade Boca do Braço, optam por queimar o lixo, geralmente devido à falta de alternativas. Entre as três comunidades, apenas as famílias de Água Branca do Cajari têm acesso ao serviço de coleta de lixo. No entanto, contraditoriamente, essa mesma comunidade foi a que mais declarou a presença de lixo a céu aberto, conforme demonstrado nos resultados do gráfico acima. Nota-se que este

dado vai de encontro com as informações de IBGE (2023) a qual afirma que nas áreas rurais do País o principal destino dado ao lixo é a queima na propriedade (51,2%)”.

Após a apresentação do quantitativo de famílias nas comunidades, tipos de moradia, acesso à energia elétrica, coleta de água, escoamento sanitário e destino do lixo doméstico, foi possível caracterizar minimamente a situação dessa população. De forma geral, essas comunidades sofrem com a ausência de políticas públicas que possam melhorar suas condições de vida e promover um ambiente com maior dignidade.

No entanto, apenas essas informações não são suficientes para caracterizar essa população sendo ainda necessário apresentar dados quanto a outras variáveis. Dessa forma, o gráfico 7 apresenta a variável sexo dos componentes das famílias entrevistadas:

Gráfico 7: Sexo



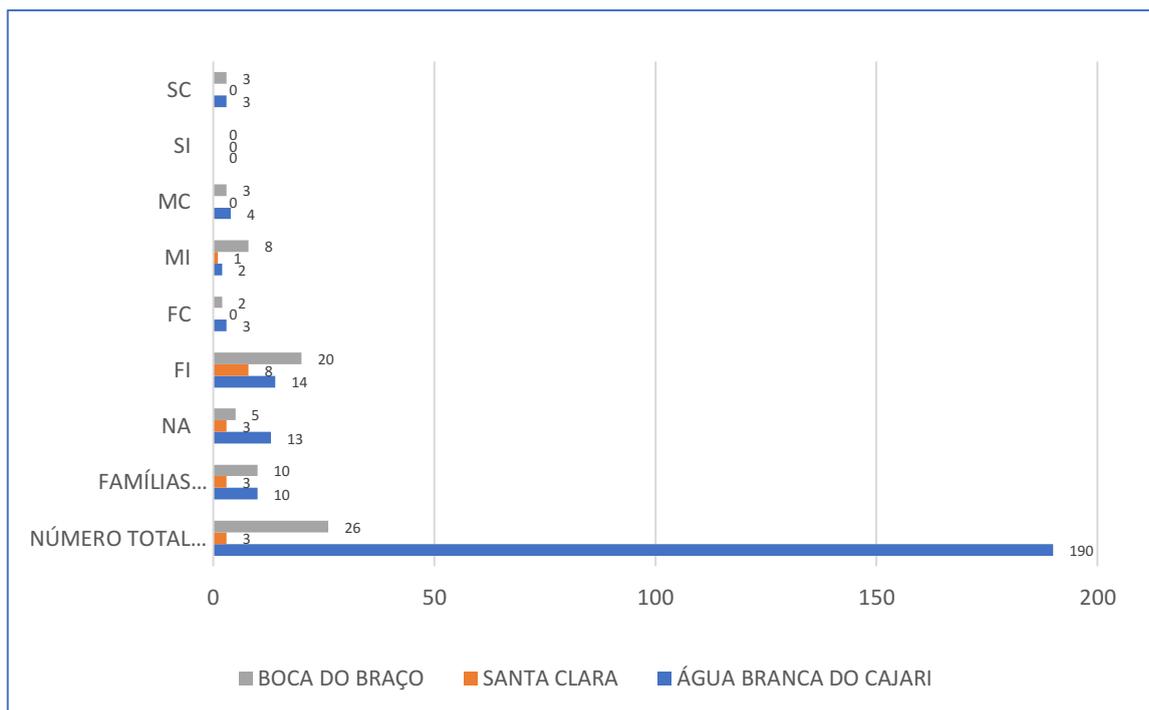
Fonte: Dados da Pesquisa 2024.

Na distribuição das autodeclarações, foi identificado que, em relação ao sexo feminino, a maioria se concentra na comunidade de Água Branca do Cajari, seguida de perto pela comunidade Boca do Braço. Já no caso das autodeclarações referentes ao sexo masculino, a situação se inverte, com a comunidade Boca do Braço apresentando o maior número de autodeclarados, seguida pela comunidade Água Branca do Cajari. É importante

destacar que a comunidade de Santa Clara, por ter um número menor de participantes, apresentará sempre um menor volume de respostas em comparação com as demais comunidades do estudo.

Uma variável importante de analisar é o grau de instrução dos componentes das famílias entrevistadas. O gráfico 8 apresenta essas informações onde é evidenciado que a maioria dos integrantes das famílias entrevistadas têm baixo grau de instrução entre não alfabetizados e com ensino fundamental incompleto. Em contraponto, destaca-se que dos integrantes das 23 famílias entrevistadas apenas seis pessoas declararam ter o ensino superior completo dívidas entre as comunidades Boca do Braço e Água Branca do Cajari. Esses dados corroboram com as informações da PNAD educação a qual mostra que no Brasil há uma taxa de analfabetismo de 5,4% entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2024).

Gráfico 8: Grau de Instrução



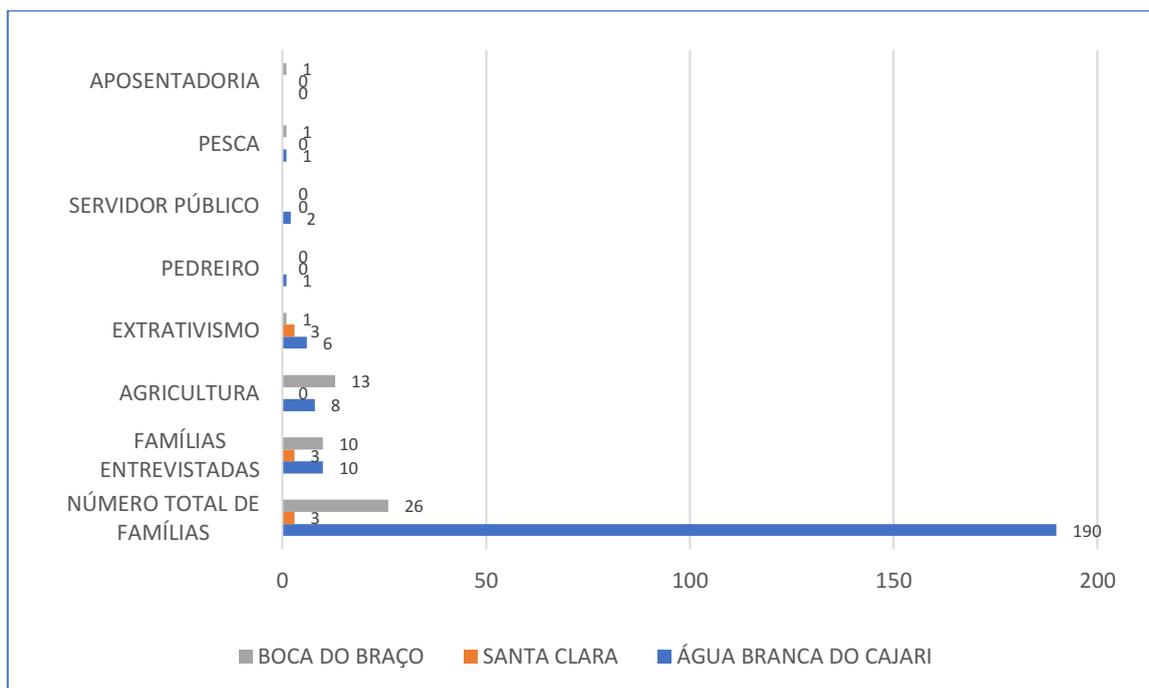
SC: Ensino Superior completo; SI: Ensino Superior incompleto; MC: Ensino Médio completo; MI: Ensino médio incompleto; FC: Ensino fundamental completo; FI: Ensino fundamental incompleto; NA: Não alfabetizado. **Fonte:** Dados da Pesquisa 2024

Chama a atenção o fato de que, entre os participantes da comunidade de Santa Clara, houve declarações de escolaridade apenas nas modalidades de Médio Incompleto (MI), Fundamental Completo (FC) e Fundamental Incompleto (FI). Já na comunidade de Água Branca do Cajari, foi identificado o maior número de pessoas não alfabetizadas (NA), com

um quantitativo mais que o dobro das outras comunidades individualmente. Esses dados evidenciam o limitado acesso à educação formal entre as famílias das comunidades analisadas. A PNAD educação enfatiza que um dos motivos para a criança ou pessoa não frequentar a escola é o fato de não ter a escola na localidade e/ou faltar vaga (IBGE, 2024).

O grau de instrução relativamente baixo pode influenciar na atividade laboral exercida pelos membros das famílias. O gráfico 9 destaca as principais atividades laborais dos membros das famílias entrevistadas, evidenciando a agricultura e o extrativismo como as atividades centrais. Essas práticas não apenas representam o modo de vida das populações residentes em reservas extrativistas, mas também são a base de sua economia. Em áreas de proteção ambiental, o cultivo agrícola e a extração sustentável de recursos naturais são essenciais para a subsistência, garantindo o equilíbrio entre a geração de renda e a preservação ambiental (SOGLIO; KUBO, 2016).

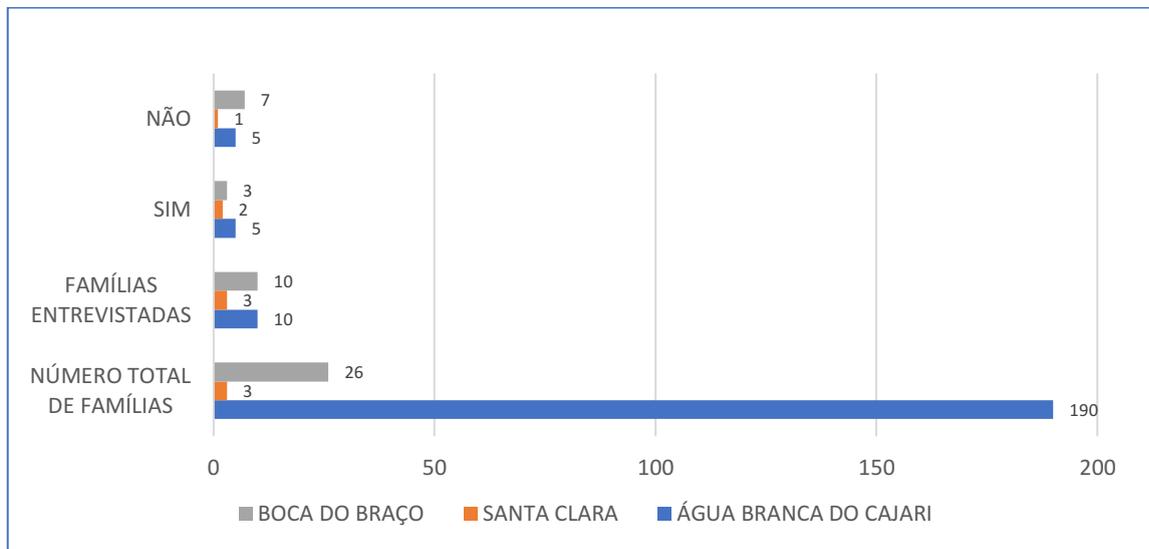
Gráfico 9: Atividades



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

As atividades laborais nas comunidades de reservas extrativistas revelam a preservação dos modos de vida tradicionais pautados na agricultura familiar de subsistência. No entanto, observou-se durante a coleta de dados que há uma migração das gerações mais jovens a qual pode-se constatar no gráfico 10 que apresenta dados sobre a permanência dos filhos nas comunidades:

Gráfico 10: Filhos que Permanecem na Comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Observa-se que, das 23 famílias entrevistadas, a maioria dos filhos não permanece na comunidade, sendo a migração mais acentuada na comunidade Boca do Braço. De modo geral, as gerações mais jovens tendem a buscar outras opções de vida fora das comunidades, como evidenciado nas comunidades Boca do Braço e Água Branca do Cajari, onde há mais saídas do que permanências. Essa realidade levanta preocupações sobre a preservação de hábitos, costumes e tradições dos povos tradicionais, uma vez que a migração compromete a continuidade desses elementos culturais fundamentais.

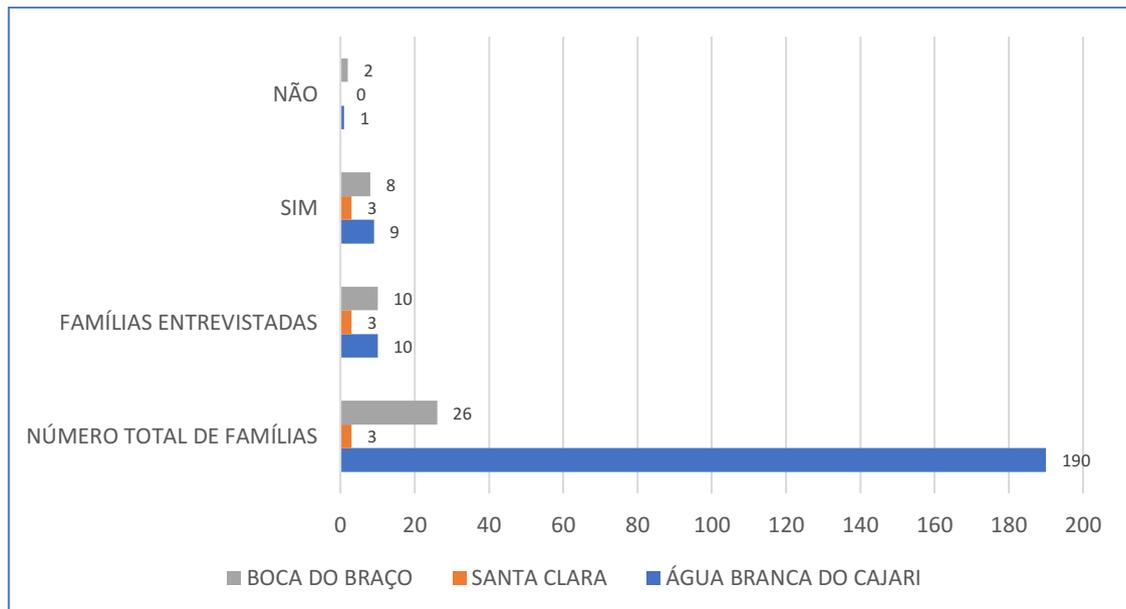
Cabe ressaltar que, a relação entre o grau de instrução e as atividades laborais nas comunidades de reservas extrativistas revela uma tensão entre a preservação dos modos de vida tradicionais e a migração das gerações mais jovens. Enquanto a agricultura e o extrativismo, fortemente influenciados pelo baixo nível de escolaridade, são a base econômica e cultural dessas populações, a saída dos jovens em busca de novas oportunidades fora das comunidades ameaça a continuidade dessas práticas. Soglio e Kubo (2016) inferem que a migração compromete não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a transmissão de costumes e tradições que são fundamentais para a identidade desses povos. Assim, surge o desafio de equilibrar o desenvolvimento pessoal e a permanência nas comunidades, de modo que a educação e a inovação possam coexistir com a preservação das práticas culturais e a economia sustentável.

Como observado a agricultura familiar é uma atividade central nessas comunidades, porém há a necessidade de apoio mútuo e de confiança nas lideranças para implementar

práticas de cultivo e extrativismo sustentáveis. Dessa forma, a análise da participação das famílias em sindicatos e cooperativas, é fundamental para entender o grau de engajamento social e político dessas comunidades. Esses dados permitem avaliar o envolvimento dos moradores em estruturas coletivas de apoio e organização, que podem ser cruciais para o fortalecimento da economia local e a preservação de seus modos de vida (CUERBAS; SILVA, 2021).

O gráfico 11 apresenta a participação das famílias entrevistadas em sindicatos e cooperativas onde constatou-se que a maioria participa dessas organizações, que segundo Cuerbas e Silva (2021), visam fortalecer a capacidade das comunidades de gerirem seus recursos de forma coletiva e eficiente.

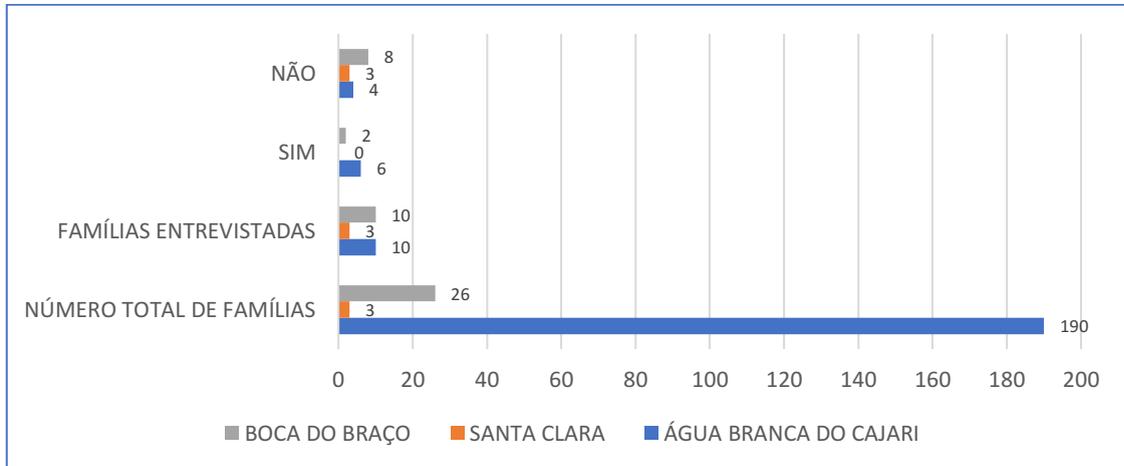
Gráfico 11: Participação em Cooperativa/Sindicato



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Nota-se que as famílias buscam o engajamento social e político por meio de sindicatos e cooperativas com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômica e ambiental, promovendo uma economia que preserva o meio ambiente e valoriza os saberes tradicionais. Porém, apesar da maioria participar dessas organizações têm-se um número expressivo de famílias que declararam não confiarem nas lideranças, em especial, com maiores registros na comunidade Boca do Braço, o que opõe a perspectiva da comunidade de Água Branca do Cajari, em que a maioria dos entrevistados demonstraram confiar em suas lideranças, como pode-se observar no gráfico 12.

Gráfico 12: Confiança nas Lideranças

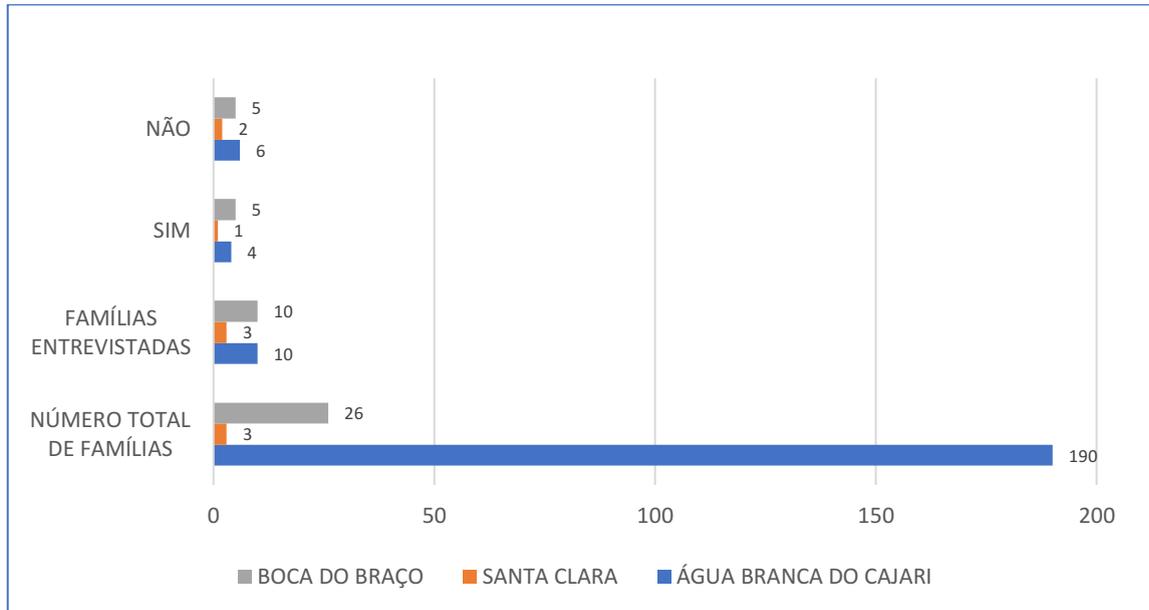


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Em comunidades onde há uma alta participação em cooperativas, mas uma falta de confiança nas lideranças, atrelada ao desconhecimento da legislação das RESEX, surge um cenário paradoxal. Por um lado, a forte adesão às cooperativas demonstra um esforço coletivo para promover a economia local e buscar alternativas sustentáveis para a subsistência (CUERBAS; SILVA, 2021).

No entanto, a ausência de confiança nas lideranças pode gerar fragilidades na governança dessas iniciativas, dificultando sua eficácia e coesão interna. Além disso, o desconhecimento da legislação específica das RESEX pelos cooperados (gráfico 13) limita o potencial dessas cooperativas de atuarem dentro dos parâmetros legais de conservação ambiental e exploração sustentável, comprometendo a longo prazo a sustentabilidade dos recursos naturais e a continuidade desse modelo de economia solidária como foi retratado pelos entrevistados 01 e 02 no tópico anterior.

Gráfico 13: Conhecimento da Legislação da Resex

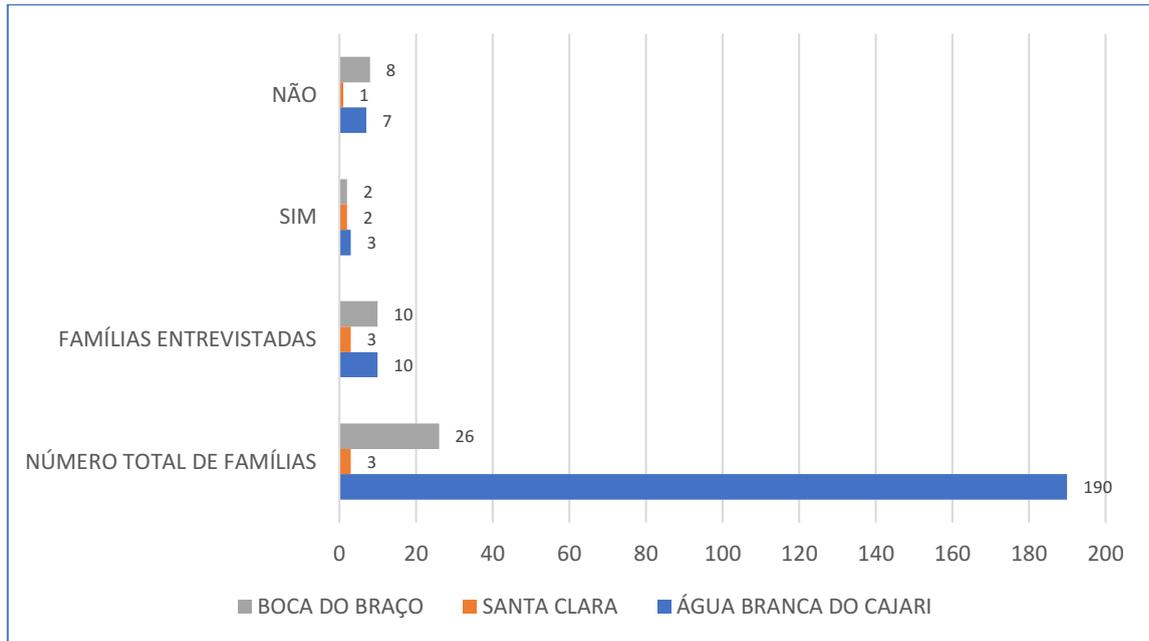


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Observa-se que o gráfico 13 apresenta informações importantes acerca conhecimento da legislação das reservas extrativistas, pois apesar da maioria das famílias participarem de cooperativas e viverem na Resex-Ca, há um desconhecimento das leis que regulamentam a área e o que pode-se fazer nela, tonando um fator crucial enquanto conhecimento necessário para os povos tradicionais e para o modo de vida.

Cabe destacar, que quando a população não tem acesso a informações importantes sobre as unidades de conservação ambiental, sua capacidade de agir de forma sustentável e em conformidade com as normas de conservação é limitada, enfraquecendo a governança dos recursos naturais. Para tanto, a realização de visitas técnicas em reservas extrativistas é uma ferramenta crucial para promover o conhecimento sobre a legislação que rege esses territórios e fortalecer a gestão comunitária (SOGLIO; KUBO, 2016). Dessa forma, questionou-se os entrevistados se recebiam visita/ orientação técnica e as respostas estão expressas no gráfico 14:

Gráfico 14: Recebimento de visita/orientação técnica

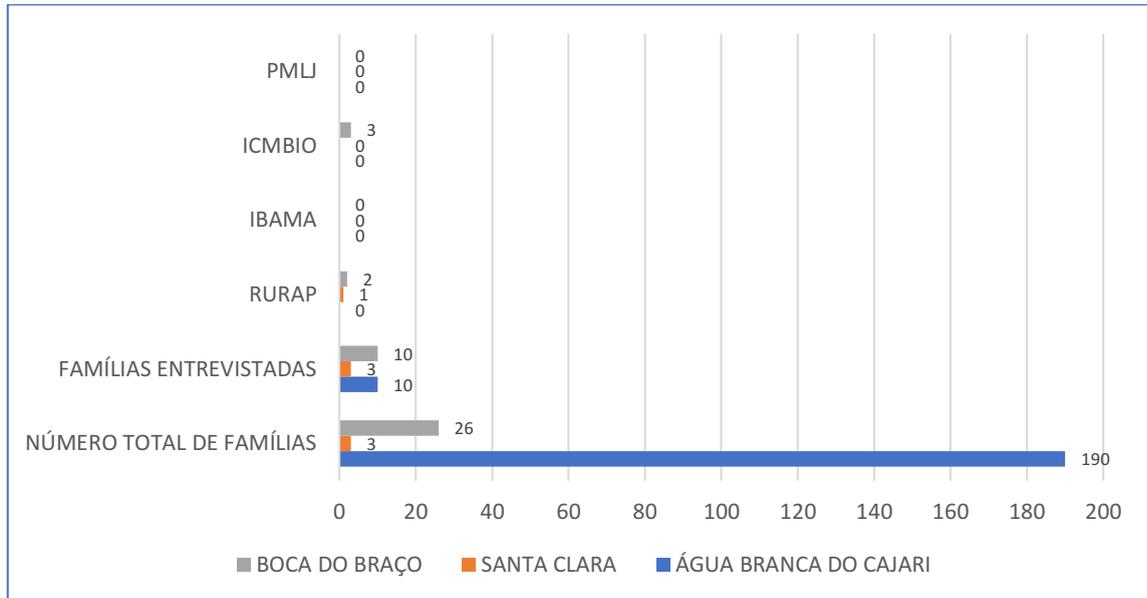


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Observa-se no gráfico 14 que as famílias entrevistadas, em sua maioria, não recebem visitas/orientação técnica para capacitar os moradores locais sobre seus direitos e deveres dentro da Resex-Ca, o que poderia reduzir o desconhecimento da legislação e orientar/incentivar uma maior autonomia na gestão do território e na produção de produtos agrícolas.

Porém, observa-se ainda que seis famílias receberam visitas/orientação técnica de órgãos governamentais responsáveis pela proteção das unidades de conservação ambiental e pela implementação de políticas de desenvolvimento rural no Estado do Amapá como mostra o gráfico 15:

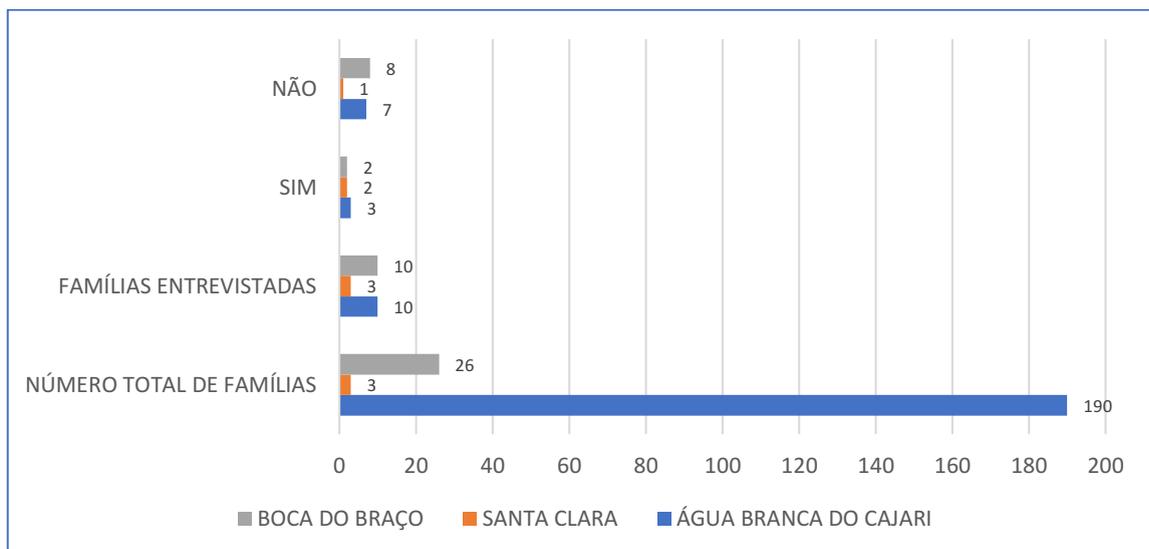
Gráfico 15: Responsável pela visita/orientação técnica



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Ao analisar o gráfico 15, observa-se que os órgãos institucionais, em sua maioria, mostram-se insuficientes, uma vez que as orientações técnicas esperadas são predominantemente originadas de suas iniciativas, mas sua participação é quase nula. Ainda referente a essa temática, questionou-se acerca da realização de treinamentos para o desenvolvimento sustentável na Resex-Ca e o resultado apresentado no gráfico 16 condiz com o exposto anteriormente.

Gráfico 16: Realização de treinamentos

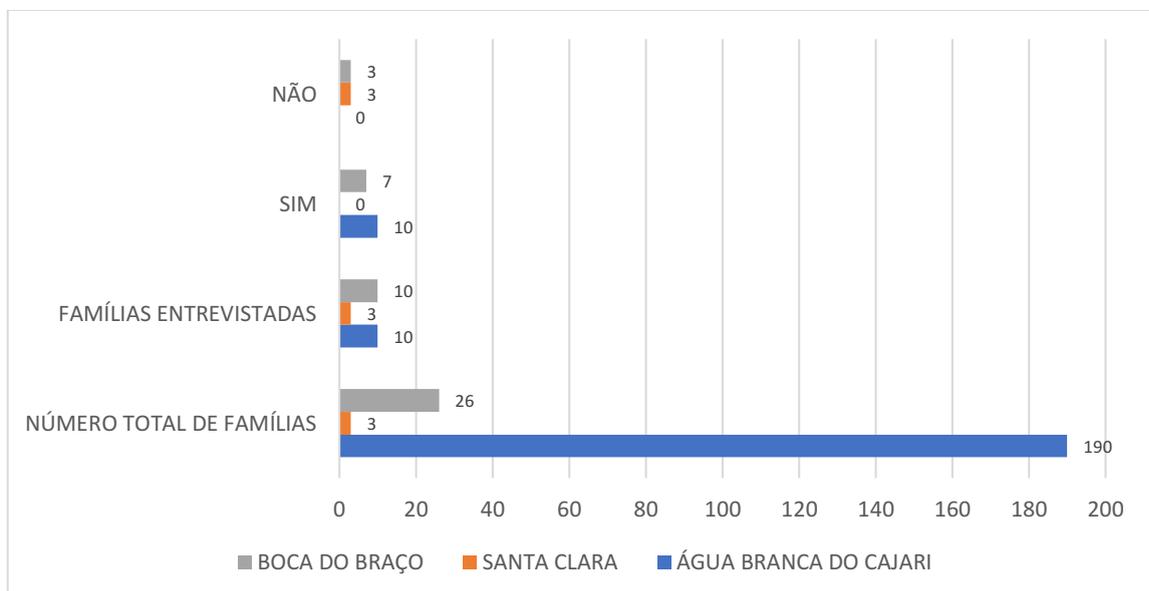


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

O gráfico 16 revela uma clara insatisfação em relação ao retorno das instituições sociais às comunidades. As famílias não recebem visitas técnicas adequadas, carecem de um referencial de qualidade quanto à confiança nas lideranças e órgãos, e indicam uma baixa adesão aos treinamentos oferecidos. Essa situação evidencia a necessidade urgente de fortalecer a relação entre as instituições e as comunidades, a fim de promover um suporte mais eficaz e construir uma base sólida de confiança que vise promover um desenvolvimento sustentável para a população da Resex-Ca. Importante destacar que a falta de assistência técnica para produtores residentes da Resex-Ca já fora relatado em dissertação de Modesto (2013) que afirma o seguinte: “os produtores se queixam da falta de assistência técnica e política do crédito agrícola, limitando a participação do governo estadual”.

Um ponto que poderia minimizar a escassez de treinamentos na região seria a realização de cursos independentes por meio de acesso à internet que representaria uma oportunidade valiosa para as comunidades da Resex-Ca se capacitarem de forma autônoma e eficaz. Porém, o acesso à internet na região Amazônica é um ponto nevrálgico e nem todas as famílias entrevistadas têm acesso como mostra o gráfico 17.

Gráfico 17: Uso de Internet



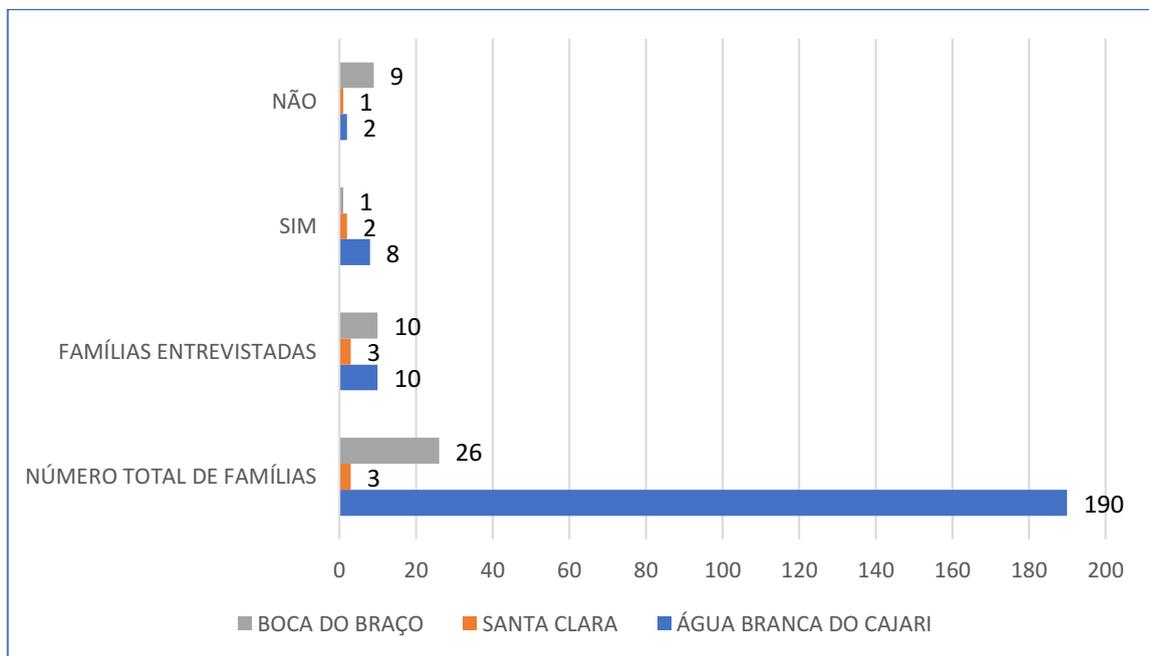
Fonte: Dados da Pesquisa 2024

O gráfico 17 destaca novas perspectivas de desigualdade sociais, evidenciando a disparidade no acesso e uso da internet pelas diferentes comunidades. A exemplo, enquanto todas as 10 (dez) famílias da comunidade de Água Branca do Cajari declararam acesso e/ou uso de internet, às famílias da comunidade de Santa Clara afirmaram não terem a mesma

oportunidade. Já as famílias da comunidade Boca do Braço, em sua maioria, declararam que possuem essa condição de acesso/uso de internet. Sabe-se que na contemporaneidade o acesso/uso de internet tem grande impacto na vida das pessoas, no acesso e manuseio de informação, de comunicação e de educação formal, além de entretenimento diversificado.

Além do acesso à internet, a necessidade de mobilidade por meio de veículo próprio é essencial para as comunidades, especialmente aquelas localizadas em áreas remotas ou com infraestrutura limitada. Assim, sentiu-se a necessidade de analisar se as famílias entrevistadas têm veículo próprio sendo o resultado expresso no gráfico 18:

Gráfico 18: Veículo Próprio

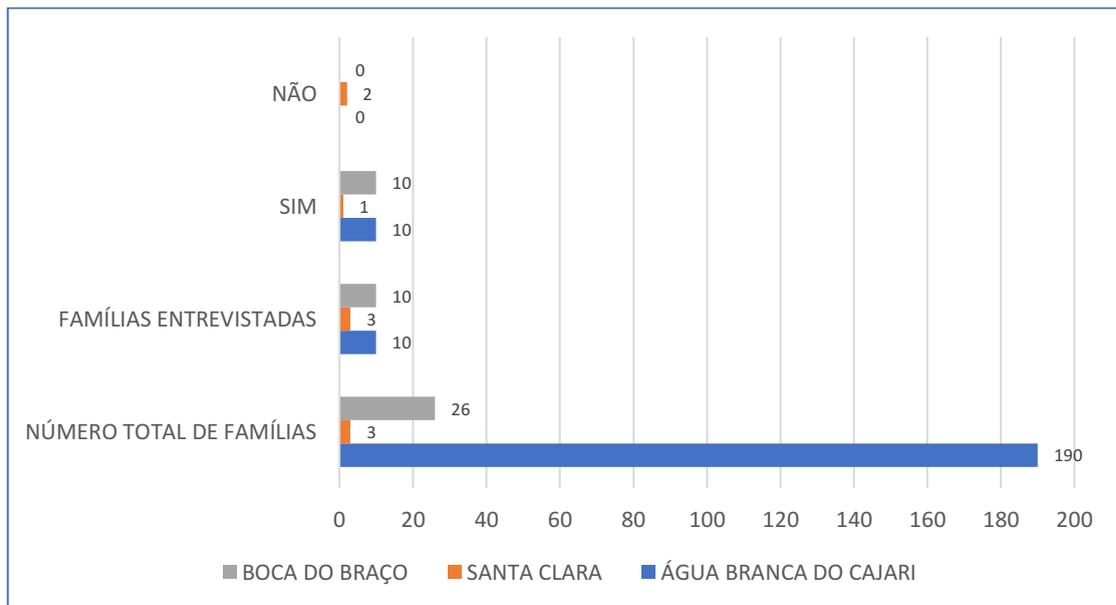


Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Assim como em resultados anteriores apresentados, as famílias da comunidade Água Branca do Cajari demonstraram mais respostas positivas no sentido de possuir condições, diferentemente das comunidades de Boca do Braço e de Santa Clara. Nesse recorte, as condições ofertadas por veículos próprios proporcionariam melhores condições de transporte e locomoção, o que contribuiria diretamente para a vida de pessoas que se utilizam do trabalho com o extrativismo e agricultura. Além disso, um veículo próprio pode ser crucial para a participação em atividades comunitárias, treinamentos e eventos, garantindo que os moradores tenham as oportunidades necessárias para o desenvolvimento social e econômico. Do mesmo modo, a mobilidade adequada se torna um fator determinante para melhorar a qualidade de vida e promover o acesso a recursos e informações essenciais.

Para finalizar as análises acerca do modo de vida dos moradores de comunidades adscritas na região da Resex-Ca há a necessidade de analisar a disponibilidade e acesso aos serviços de saúde. Para tanto, questionou-se as famílias entrevistadas se havia atendimento por agentes comunitários de saúde em suas comunidades sendo as respostas apresentadas no gráfico 19:

Gráfico 19: Atendimento de agentes comunitários de saúde



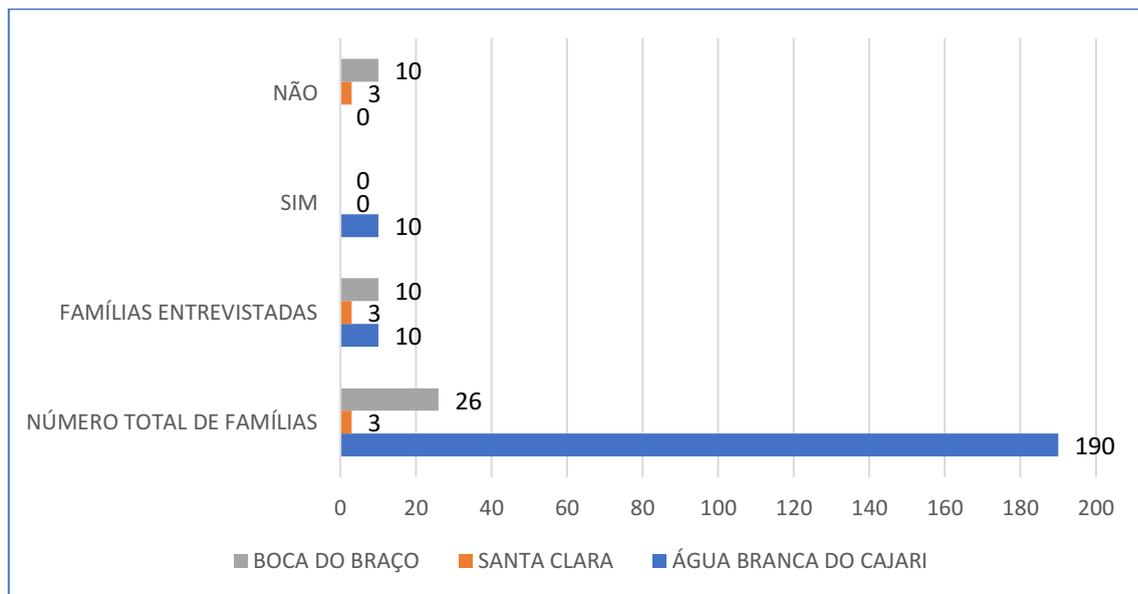
Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Ao analisar o gráfico 19, observa-se que duas (02) famílias da comunidade de Santa Clara informaram não receberem atendimento por agentes comunitários de saúde. Em contrapartida todas as famílias das outras comunidades recebem atendimento. Cabe ressaltar que, o município de Laranjal do Jari conta atualmente 20 equipes de saúde da família que promovem uma cobertura de 100% da atenção primária a Saúde o que, em tese, garantiria que as famílias residentes nas comunidades tivessem acesso ao atendimento realizado pelos agentes comunitários de saúde. Entretanto, apesar da cobertura total, desafios significativos ainda persistem. A efetividade do atendimento depende não apenas da presença das equipes, mas também da capacidade de resposta a necessidades específicas das comunidades e da construção de vínculos de confiança entre os profissionais de saúde e os moradores (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

O atendimento do agente comunitário de saúde é essencial para garantir a promoção a saúde e prevenção de doenças na atenção primária a saúde. Porém, há a necessidade de haver

estabelecimentos de saúde que possam atender as pessoas em casos que apresentem alguma necessidade de saúde. Dessa forma, questionou-se as famílias entrevistadas sobre a existência de unidades básicas de saúde (UBS) na comunidade e apenas a comunidade de Água Branca do Cajari possui tal estabelecimento:

Gráfico 20: Unidade Básica de Saúde na Comunidade



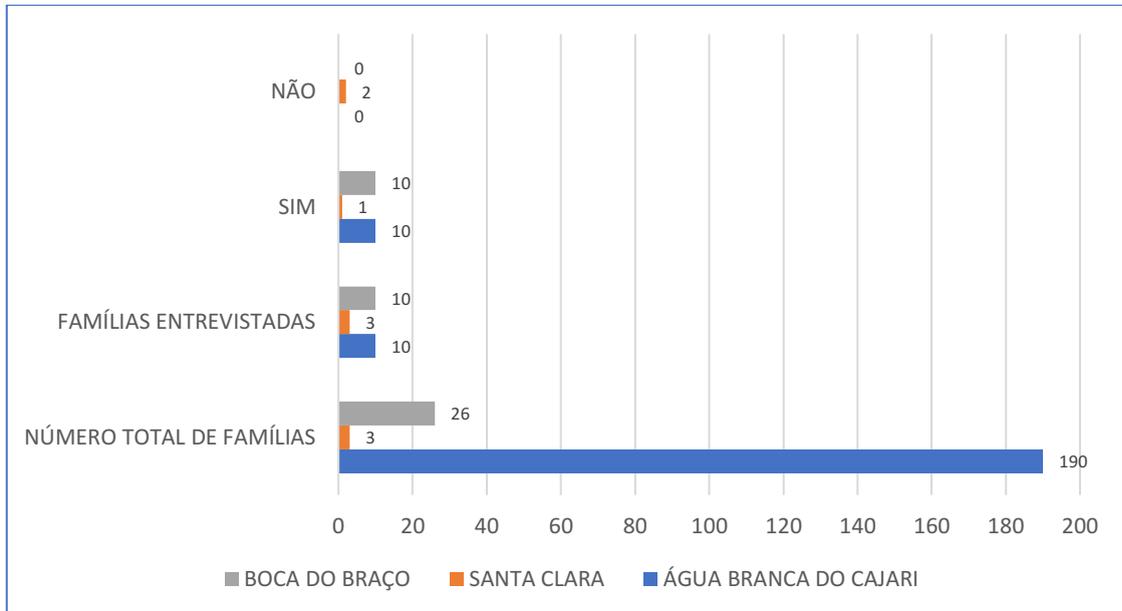
Fonte: Dados da Pesquisa 2024

O gráfico 20 mostra que as comunidades Boca do Braço e Santa Clara não possuem UBS. Isto se dá pelo fato das três comunidades estarem próximas territorialmente uma das outras, sendo que, em caso de necessidade os agentes comunitários de saúde podem encaminhar as pessoas dessas duas comunidades para serem atendidas na UBS da comunidade de Água Branca do Cajari.

A presença de estabelecimentos de saúde em comunidades da Resex-Ca desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável dessas áreas. Além de garantir o acesso aos cuidados de saúde primários, que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida, esses estabelecimentos também contribuem para a sustentabilidade social e econômica das comunidades (REBOLLEDO; GIATTI, 2022). Ao assegurar que os moradores tenham acesso a serviços de saúde regulares, a capacidade de trabalho e a produtividade local são fortalecidas, o que, por sua vez, sustenta as práticas econômicas baseadas no extrativismo e na agricultura familiar, típicas dessas regiões. Dessa forma, os serviços de saúde são fundamentais não apenas para o bem-estar imediato das populações, mas também para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável nas reservas extrativistas.

Ainda relacionado ao acesso à saúde, questionou-se acerca do atendimento de urgência nas comunidades e os resultados foram similares ao de atendimento por agentes comunitários de saúde no qual apenas duas (02) famílias informaram não ter disponível esse atendimento.

Gráfico 21: Atendimento de urgência



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

O gráfico 21 apresenta dados importantes sobre atendimento de urgência nas comunidades da Resex-Ca no qual esse serviço essencial está presente garantindo a segurança e bem-estar das comunidades que vivem em regiões remotas e de difícil acesso. Esse atendimento de urgência também contribui para a estabilidade social e econômica de comunidades já que uma saúde mais segura e acessível permite que as famílias continuem com suas atividades cotidianas de forma mais tranquila. Assim, o atendimento de urgência é um componente indispensável para o desenvolvimento sustentável dessas áreas, integrando saúde e preservação do modo de vida extrativista.

Por fim, com base nas similaridades apresentadas nos gráficos 19, 20 e 21, notou-se que, no que diz respeito ao atendimento de saúde, seja pública ou particular, existem também divergências, precariedades e contradições. Afirma-se isso, pois os gráficos indicam a existência de atendimento de agentes de saúde, bem como a existência de atendimento de emergência, no entanto, apenas na comunidade de Água Branca do Cajari foi apontada a existência de Unidade Básica de Saúde.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que os modos de vida em uma reserva extrativista, como a RESEX-Ca, podem variar e ser diversificados, dependendo da comunidade. Em alguns casos, apresentam-se desigualdades sociais, enquanto em outros são observados avanços na oferta de serviços e produtos. No que diz respeito às comunidades, as famílias de Água Branca do Cajari, seguidas pelas de Boca do Braço, demonstraram melhores condições socioeconômicas e maior acesso a oportunidades, em contraste com a maioria das respostas das famílias da comunidade de Santa Clara. Isso reforça o entendimento acerca das desigualdades sociais existentes nesses territórios.

O conceito de modo de vida torna a conceituação de Desenvolvimento Sustentável mais difuso e sistêmico ao integrá-lo com as dimensões de território e trabalho, especialmente nas populações tradicionais da Amazônia.

Enquanto o Desenvolvimento Sustentável é frequentemente entendido de forma abstrata e global, o modo de vida vincula o desenvolvimento às práticas cotidianas das comunidades, demonstrando como a sustentabilidade emerge da relação concreta entre o ser humano e seu ambiente.

Na Resex-Ca, essa conexão é evidente: o trabalho agrícola, o extrativismo e as práticas de subsistência não apenas preservam a biodiversidade, mas também sustentam economicamente as famílias. Essa abordagem amplia o Desenvolvimento Sustentável ao demonstrar que desenvolvimento e sustentabilidade não são plenamente compatíveis na lógica econômica capitalista dominante, evidenciando que o verdadeiro do Desenvolvimento Sustentável requer uma mudança sistêmica fundamentada no reconhecimento dos saberes e práticas locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar um recorte histórico e espacial, evidenciando também os sentimentos e significados relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, aos modos de vida relacionados ao trabalho, ao território, às lutas sociais e, principalmente, ao tempo natural do meio ambiente, no qual nesse estudo utilizou-se a nomenclatura de interstício da floresta. Trata-se de um estudo fruto de muitos esforços e dedicação – tanto no âmbito acadêmico, quanto na esfera profissional –, ao longo de anos de atuação na região do vale do Jari.

Em termos de considerações finais, o estudo representa a materialização de esforços, de estudos teóricos e práticas, como as viagens de campo para a aplicação de questionários e realização pessoal das entrevistas. Tem-se plena consciência de que muitos esforços foram realizados, enfrentando conquistas, dificuldades e desafios. Quanto aos resultados, defende-se que as análises e compreensões apresentadas sobre as populações tradicionais da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) estão alinhadas com as categorias abordadas na pesquisa: as noções e a efetividade do Desenvolvimento Sustentável, o modo de vida na região, os significados e sentimentos em relação ao território, as relações de trabalho, e como esses elementos se conectam ao ritmo e ao interstício da floresta.

Na primeira seção, intitulada "*INTRODUÇÃO*" da dissertação, foi realizada uma apresentação geral e subjetiva do estudo, partindo dos pressupostos iniciais, que envolvem os elementos primários da pesquisa, a proposta de problema e de problemática, os objetivos da pesquisa, e a hipótese, baseada nos conhecimentos prévios de uma pessoa com longos anos de vivência na região. Também foram descritos os procedimentos metodológicos, delineando os passos do estudo, e a construção de um memorial, que apresenta uma breve justificativa acadêmica e profissional que levou à realização do mestrado, além de uma síntese da estrutura da dissertação.

A segunda seção, intitulada "**O MODO DE VIDA EM PERSPECTIVAS: desenvolvimento sustentável, o tempo e o interstício da floresta**", aprofunda os conceitos e teorias do estudo, introduzindo a concepção de Desenvolvimento Sustentável. Essa concepção explora a dualidade entre Desenvolvimento (geralmente entendido pela lógica do crescimento econômico) e Sustentabilidade (baseada nas ideologias da ecologia e do meio ambiente, com foco na preservação e exploração responsável). Essa categoria se desdobra em perspectivas econômicas, de mercado, políticas, ecológicas, ambientais, religiosas e culturais. Além disso, nessa seção, são apresentadas as concepções de modos de vida e do interstício da floresta,

mostrando como essas noções refletem as relações de trabalho e a vivência humana em sintonia com o tempo da natureza.

Na terceira seção, intitulada “**TERRITÓRIO, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS**”, buscou-se problematizar, com base em influências teóricas da Geografia e das Ciências Sociais, a compreensão de Território como um lugar, um espaço, um sentimento e uma vivência que vai além das demarcações geográficas, com significados sociais, políticos, econômicos e culturais. No contexto desse debate, o Trabalho é apresentado como uma categoria social, desenvolvida racionalmente pelos seres humanos para atender suas necessidades de sobrevivência, desejos e alienação. Também são discutidos os conceitos e a importância dos movimentos sociais e suas lutas por direitos humanos, considerando que os territórios de reservas extrativistas, como a Resex-Ca, não são marcados apenas pelas riquezas naturais e preservação ambiental, mas também pelas lutas sociais e resistências.

Na quarta e última seção, intitulada “**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RESEX-CA: as relações entre o território, o trabalho e os modos de vida das famílias no Sul do Amapá**”, foram explorados diretamente os resultados do estudo. Nesta parte, foram apresentados aspectos objetivos de contextualização da região amazônica, onde a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) está localizada, abrangendo os municípios de Laranjal do Jari-AP, Vitória do Jari-AP e Mazagão-AP, todos situados no sul do Estado do Amapá, extremo norte do Brasil. Além disso, foram expostos os resultados das entrevistas e dos questionários realizados durante a pesquisa.

Compreendeu-se que o modo de vida dos entrevistados, desenvolvido no contexto extrativista das populações tradicionais, atribui sentido ao território que habitam. O interstício da floresta contribui para suas rotinas de trabalho e descanso, onde o trabalho é estruturado com base em uma lógica de subsistência, sem agredir ou destruir o meio ambiente para obtenção de lucro econômico, utilizando seus conhecimentos e saberes tradicionais. Além disso, essas populações são solidárias com familiares e vizinhos, compartilhando parte de suas produções.

Nas falas dos entrevistados, observou-se a presença do conceito de Desenvolvimento Sustentável em seus modos de vida. Tanto o entrevistado 01 quanto a entrevistada 02 declararam-se satisfeitos e felizes por residirem em um território natural, onde predominam a tranquilidade e a abundância, resultado de suas práticas de plantio e pesca. No entanto, ambos expressaram insatisfação ao afirmarem que não recebem assistência técnica especializada para o desenvolvimento de suas plantações e aprimoramento de suas técnicas e recursos. Também

mencionaram que não participam de associações, devido à falta de confiança na forma como essas instituições são organizadas.

As pesquisas sociais sobre as populações tradicionais, especialmente as comunidades ribeirinhas do Sul do Amapá, se configuram como trabalhos que auxiliam na compreensão das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que sustentam essas comunidades. Essas populações vivem em íntima relação com o meio ambiente, utilizando os recursos naturais de maneira sustentável, o que lhes confere um papel estratégico na preservação da biodiversidade e na mitigação dos impactos ambientais. Investigar e documentar suas práticas e conhecimentos tradicionais é uma forma de valorizá-los como protagonistas no processo de desenvolvimento sustentável da região.

Além disso, a análise das condições socioeconômicas dessas comunidades permitiu identificar desafios estruturais, como o acesso limitado à saúde, educação e infraestrutura básica, que impactam diretamente em sua qualidade de vida. A pesquisa social possibilitou mapear essas demandas e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que respeitem as especificidades culturais e territoriais das populações ribeirinhas. Esse esforço contribui para a promoção da equidade social, reconhecendo e enfrentando as desigualdades históricas que atingem essas comunidades, e de alguma forma promovendo a justiça climática.

Com base nos dados apresentados nos gráficos, identificaram-se desigualdades no acesso a oportunidades de trabalho, saúde, comunicação e transporte nas comunidades pertencentes ao território da Resex-Ca, caracterizando desafios adicionais para as famílias que ali residem.

Este estudo buscou apresentar um recorte histórico e espacial, evidenciando também os sentimentos e significados relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, aos modos de vida relacionados ao trabalho, ao território, às lutas sociais e, principalmente, ao tempo natural do meio ambiente, no qual, neste estudo, utilizou-se a nomenclatura de interstício da floresta. Trata-se de um estudo fruto de muitos esforços e dedicação – tanto no âmbito acadêmico, quanto na esfera profissional –, ao longo de anos de atuação na região do Vale do Jari.

Em termos de considerações finais, o estudo representa a materialização de esforços, de estudos teóricos e práticos, como as viagens de campo para a aplicação de questionários e realização pessoal das entrevistas. Tem-se plena consciência de que muitos esforços foram realizados, enfrentando conquistas, dificuldades e desafios. Quanto aos resultados, defende-se que as análises e compreensões apresentadas sobre as populações tradicionais da Reserva

Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca) estão alinhadas com as categorias abordadas na pesquisa: as noções e a efetividade do Desenvolvimento Sustentável, o modo de vida na região, os significados e sentimentos em relação ao território, as relações de trabalho, e como esses elementos se conectam ao ritmo e ao interstício da floresta.

A importância do modo de vida agroextrativista foi uma constatação central deste estudo. Essa prática combina elementos das identidades ribeirinha, cabocla, camponesa e agroextrativista, revelando a pluralidade cultural e social das populações que habitam o território da Resex-Ca. Essas identidades plurais não apenas definem as práticas econômicas das comunidades, mas também fortalecem seus vínculos com o território, assegurando a transmissão de saberes e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. É essa pluralidade que sustenta a resiliência e a adaptabilidade das populações tradicionais frente às transformações ambientais e sociais.

No entanto, este trabalho reconhece os limites do conceito de Desenvolvimento Sustentável quando aplicado ao contexto das populações tradicionais. Muitas vezes, o discurso sobre sustentabilidade é capturado por interesses econômicos e políticos que ignoram as especificidades locais e culturais. Além disso, a falta de políticas públicas inclusivas e de apoio técnico impede que as comunidades alcancem uma sustentabilidade plena, restringindo a potencialidade do conceito a um ideal que nem sempre reflete as condições reais de vida e de trabalho nos territórios amazônicos.

Reconhecemos, por fim, que esta pesquisa não encerra as reflexões e debates acerca dos temas abordados. Muitos aspectos, como os dados precisos sobre o retorno dos jovens às comunidades ou o impacto de políticas públicas específicas, permanecem sem respostas conclusivas. Por isso, a continuidade deste estudo, por meio de novas etapas e enfoques, faz-se essencial. É necessário avançar na investigação sobre as condições socioeconômicas e culturais das comunidades da Resex-Ca, com vistas a subsidiar políticas que promovam a justiça social e a sustentabilidade, preservando o modo de vida agroextrativista e assegurando o direito ao futuro dessas populações.

Conclui-se, portanto, que a dissertação fez esforços para oferecer uma análise acadêmica que delimitasse essas questões. Os modos de vida das comunidades, aliados ao interstício da floresta, contribuem para que essas famílias pratiquem o Desenvolvimento Sustentável nos territórios da Resex-Ca. Suas atividades, lutas e reivindicações são realizadas sem prejudicar o meio ambiente e a fauna, vivendo de modo a preservar a natureza por meio da agricultura, pesca e caça dentro de uma lógica de subsistência.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade** / Cristina Adams, Rui Murrieta, Walter Neves. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. *In*: BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos** / (coord.) Nelson Delgado, Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, p. 104-136.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro (org.). **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular 2013.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Trabalho. *In*: **Dicionário de trabalho e tecnologia** / Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (organizadores.); – 2. ed. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2011a. p. 432-437.

_____. **O continente do labor** / Ricardo Antunes; 1ª. ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011b.

ARAÚJO, Renata. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. **Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa, n. 15/16, p. 151-165, 2003.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Bertha Becker. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**. Programa de Educação em Direitos Humanos, FEUSP, 2017.

BONFÁ NETO, DORIVAL. **Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada entre Bahia Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro**. 2023, 424 f. Tese (Doutorado em Interunidades em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BRASIL. **Decreto 6.040, de 1 de junho de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm# . Acesso em 23 de dezembro de 2022.

CANDAU, Vera; SACAIVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo, SP : Editora 34, 1990.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (organizadores.). **Fases do trópico**

Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho & Autonomia**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 1996.

CHAGAS, M. A.; RABELO, B. V. Uma contribuição ao conhecimento da história de criação das Unidades de Conservação do Amapá – Amazônia Brasileira. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 211-227, 2015.

COMBESSIE, Jean – Claude. O método da sociologia. O que é, como se faz. Tradução: GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo. Loyola, 2004.

CUERBAS, Maria José da Silva; SILVA, Reidene de Oliveira. COOPERATIVISMO SUSTENTÁVEL: Estratégias e ações frente aos problemas ambientais. **REVICOOP**, v.2, p.75-83, 2021.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar:** globalização ou pós-desenvolvimento? *In:* A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires, 2005.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In:* ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho** / Ricardo Antunes (org.) – São Paulo : Expressão Popular, 2013.

FARIA, Carmen Rachel Scavazzini Marcondes. Diálogos para o desenvolvimento sustentável. *In:* **Temas e agendas para o desenvolvimento sustentável**. – Brasília, Distrito Federal : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 63-67.

FARIAS, Geovani Golçalves. **Território e modo de vida ribeirinho na Amazônia paraense:** uma análise na comunidade de Caxiuanã (Melgaço-Pará), Dissertação de Mestrado, UFPA, ano de 2017.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2014.

_____. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia:** a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá. Macapá-AP.GEA/SEMA, 2002.

JOSÉ-FILHO, Mario. **Método ou metodologia?** uma discussão epistemológica nos percalços das ciências. Rev. serviço social e realidade. Franca, 2004. ISSN 1413-4233

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SILVA, Charlene Muniz Muniz da. Territorialidades ribeirinhas: hábitos, ethos ambiental e sustentabilidade no Lago do Zé Acu/Parintins-AM. **Revista Ateliê Geográfico** – Goiânia, v 10, n 3, 2004, p. 155-178. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/34714> >. Acesso: 02 set. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 13-32.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad Amir. Trabalho digital. *In*: ANTUNES, Ricardo Luiz Colto. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0** / organização Ricardo Luiz Coltro Antunes ; [tradução. Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HOLZMANN, Lorena. A divisão sexual do Trabalho. *In*: Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. – Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 130-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. IBGE, 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2023**. IBGE, 2024. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Violeta Refkalefsky Loureiro. Belém: CEJUP, 1992.

_____. **Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)**. Violeta Refkalefsky Loureiro. 3. ed. rev. – Belém: Cejup, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2** / György Lukács ; tradução. Nélio Schneider, Ivo Tonet , Ronaldo Vielmi Fortes. – 1. ed. – São Paulo, SP : Editora Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Karl Marx. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I – O processo de produção do capital**. Karl Marx. Tradução Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo, SP : Editora Boitempo, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

MIRANDA, K.; AMARAL NETO, M.; SOUSA, R.; COELHO, R. Manejo Florestal Sustentável em Unidades de Conservação Comunitárias na Amazônia. **Sociedade & Natureza** , [S. l.] , v. 32, pág. 778–792, 2020. DOI: 10.14393/SN-v32-2020-

51621. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/51621>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MODESTO, Allynne Colares Távora. Resex Cajari no sul do Amapá: processo histórico da organização política. **Dissertação (Mestrado)** – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2013. 127 f.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo:** contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida / Sergio Aparecido Nabarro ; orientador: Júlio César Suzuki. – São Paulo, SP. 2014.

OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: (Orgs.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si' do Santos Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum.** Tipografia Vaticana, Libreria Editrice Vaticana, 24 de maio de 2015. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso: 02 mar 2024.

PAULO NETTO, José. **Economia política:** uma introdução crítica. José Paulo Netto. – São Paulo: Cortez, 2006.

PENHA, Gabriel. **Povo de Cultura e Fé:** Exposição fotográfica itinerante e livro fotográfico das festas religiosas, tradicionais e culturais de Mazagão Velho/AP. Policores, Mazagão-AP, 2017.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. **Reserva Extrativista do Rio Cajari:** Verso e reverso da territorialização no sul do Amapá. Dissertação do Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Orientador: Aldo Aloísio Dantas. Natal-RN, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo / Geraldo Augusto Pinto – 1 ed. rev. – São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2007.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Conhecendo o Amapá** / Manoel de Jesus de Souza Pinto. 3 ed. Belém-PA, Brasil Cultural, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo (SP), Editora Ática S.A, 1993

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de Vida e Território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá).** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. Orientador: Júlio César Suzuki. São Paulo, 2017.

REBOLLEDO; Elizabeth Salinas; GIATTI, Leandro Luiz. Convergências entre planejamento de atenção primária à saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma avaliação

de planos municipais de saúde do Brasil e Chile. **Revista Saúde e Sociedade**, v.31, n.4, e191006pt, 2022.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e clientelismos em comunidades extrativistas no Sul do Amapá**. Amazônia brasileira – Novos Cadernos Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2019.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. Tese. (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RIBEIRO, Karina N. Brito. **Desafios na Amazônia**: a organização das mulheres agroextrativistas do Alto Cajari no Estado do Amapá. Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá. Orientador: Antônio Filocreão. Macapá-AP, 2013.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito; FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. **Desafios na Amazônia Brasileira**: a organização de mulheres na Reserva Extrativista no Rio Cajari no Amapá. XIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA - ALAS 29 de setembro a 4 de outubro de 2013, FACSO, Chile-Santiago, 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, Dossiê Sustentabilidade, 26 (74), 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>>. Acesso: 05 mar. 2024.

SANTOS, Kátia Paulino dos. As mulheres da Castanha do Alto Cajari: O empoderamento pela economia solidária. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, SP. Vol. 24, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/9Lts8M9WjLftqHycSr6JG9S/?lang=pt>>. Acesso: 2 mar 2024.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Ana Tereza Reis da. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências do Solo**, Vol. 34, 99/2019. Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36336?locale=es>>. Acesso em: 25 maio 2024.

SILVA, Carlos Henrique R. Tome. Desenvolvimento Sustentável: viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e justiça social. *In*: **Temas e agendas para o desenvolvimento sustentável**. – Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 71-77.

SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

SUGAHARA, Cibele Roberta; RODRIGUES, Eduardo Luiz. Desenvolvimento Sustentável Um Discurso em Disputa. **Unijuí, Desenvolvimento em Questão**, Ano 16, n. 45, out./dez, 2018. Disponível: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.30-43>>. Acesso: 02 junho 2024.

SUZUKI, Júlio. César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 627-40, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/view/39994>. Acesso: 11 de maio de 2024.

TOZINI-REIS, Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbio-Logias**, v. 12, n. 17. 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em 20 de janeiro 2025.

TUCHINSKI, Almir. **Agricultura Familiar**: gestão socioeconômica e ambiental em pequenas propriedades rurais no território da cidadania do Planalto Norte. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado. Orientador: Jairo Marchesan. Canoinhas-SC, 2017.

APÊNDICE A: Relação de Entrevistados

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR QUESTIONÁRIO				
Nº	INICIAIS DOS NOMES	SEXO	GRAU DE PARENTESCO	IDADE
01	A. P. R.	M	Chefe da Família	37
02	R. S. S.	F	Conjuge	37
03	L. S. R.	F	Filha	16
04	V. H. S. R.	M	Filho	15
05	A. S. R.	F	Filha	9
06	D. G. S. R.	F	Filha	0,5
07	C. S. R.	f	Chefe da Família	24
08	R. P. R.	M	Conjuge	24
09	J. R. D. A.	F	Filha	8
10	W. G. R. P.	M	Filho	5
11	R. R. P.	M	Filho	4
12	K. C. R. P.	F	Filha	2
13	J. B. D. S.	M	Chefe da Família	40
14	E. R. D. S.	F	Conjuge	42
15	K. S. D. S.	F	Filha	7
16	J. R. D. S.	F	Chefe da Família	27
17	R. B. D. S.	M	Conjuge	37
18	R. D. S. B.	M	Filho	3
19	M. D. S. B.	F	Filha	3
20	M. D. F. R.	M	Chefe da Família	60
21	M. C. D. S.	M	Chefe da Família	72
22	M. E. R.	F	Conjuge	63
23	M. D. S. C.	F	Chefe da Família	30
24	E. N. D. S.	F	Conjuge	29
25	P. N. C.	F	Filha	10
26	E. V. N. C.	M	Filho	4
27	E. N. N. C.	F	Filha	1
28	O. D. S. A.	M	Chefe da Família	39
29	C. D. S. O.	F	Conjuge	30

30	I. O. A.	M	Filho	9
31	C. O. A.	M	Filho	4
32	A. N. O. A.	F	Filha	2
33	R. S. D. S.	M	Chefe da Família	40
34	A. R. D. E. S.	F	Conjuge	40
35	A. V. D. E. S. S.	F	Filha	10
36	M. A. D. E. S. S.	F	Filha	3
37	E. L. D. E. S. S.	M	Filho	2
38	M. P. D. C.	M	Chefe da Família	28
39	J. L. C.	F	Conjuge	28
40	M. L. D. C.	F	Filha	9
41	J. L. D. C.	F	Filha	2
42	R. V. D. S.	M	Chefe da Família	42
43	E. C. F.	F	Conjuge	37
44	R. F. D. S.	M	FILHO	16
45	R. F. D. S.	F	FILHA	2
46	R. V. D. S.	M	Chefe da Família	38
47	M. G. B. D. S.	F	Conjuge	37
48	R. D. S. D. S.	M	FILHO	20
49	R. D. S. D. S.	M	FILHO	14
50	R. D. S. D. S.	F	FILHA	4
51	S. R. D. S.	M	Chefe da Família	74
52	M. D. G. V. D. S.	F	Conjuge	76
53	E.	F	FILHA	8
54	A. C. V.	M	Chefe da Família	39
55	M. D. N. B.	F	Conjuge	30
56	W. D. S. V.	M	Filho	17
57	J. B. V.	M	Filho	5
58	J. B. V.	F	Filha	2
59	A. C. V.	M	Chefe da Família	50
60	M. D. S. B.	F	Conjuge	60
61	M. B.	M	Filho	25
62	W. L. S. R.	M	Chefe da Família	49

63	J. D. C. C.	F	Conjuge	46
64	J. C. S. R.	F	FILHA	15
65	J. C. S. R.	M	Filho	22
66	A. H. A.	M	Chefe da Família	48
67	I. B. P.	F	Conjuge	37
68	A. P. B. F.	M	filho	8
69	A. T. D. M.	M	Chefe da Família	62
70	E.	F	Conjuge	44
71	L. B. M.	M	FILHO	26
72	J. B. M.	F	FILHA	21
73	D. L. S. M.	M	FILHO	2
74	A. C. V.	M	Chefe da Família	48
75	A. D. S. C. P.	F	Conjuge	46
76	M. C. P. V.	F	FILHA	8
77	I. G. F.	M	Chefe da Família	61
78	R. B. P.	F	Conjuge	35
79	C. R. B. D. S.	M	FILHO	17
80	I. P. F.	F	FILHA	10
81	H. B. P.	F	FILHA	4
82	M. B. P.	F	FILHA	3
83	R. B.	M	Chefe da Família	37
84	D. D. C. P.	F	Conjuge	16
85	R. B. P.	F	FILHA	0,5
86	R. B. F.	M	Chefe da Família	39
87	A. V. V.	F	Conjuge	31
88	R. V. F.	M	FILHO	15
89	R. V. F.	M	FILHO	13
90	R. V. F.	M	FILHO	9
91	A. V. F.	F	FILHA	11
92	A. V. F.	F	FILHA	5
93	J. L. B.	M	Chefe da Família	30
94	V. V. V.	F	Conjuge	22
95	L. G. V. B.	M	FILHO	8

5) CONTEXTO SOCIAL

5.1 Seus filhos pretendem continuar na propriedade: () Não () Sim

5.2 O senhor faz parte de alguma Associação, Cooperativa ou Sindicato: () Não () Sim, qual:

5.3 O senhor confia nas lideranças locais: () Não () Sim

Conhecem a legislação de uso das áreas na RESEX: () Não () Sim

5.4 Recebe visita Técnica: () Não () Sim, qual: () RURAP () IBAMA () ICMBIO () SEMMATUR () IMAPA () outro: _____

5.5 A propriedade faz parte de algum tipo de integração com empresas que atuam na região: () Não () Sim, Qual: _____

5.6 São realizados treinamentos ou capacitações sociais aos membros da família?

() Sempre, 2 a 3 vezes ao ano () Às vezes, 1 vez/ano () Nunca

5.7 Em caso de realização de treinamentos, quem proporciona:

5.8 Qual a principal atividade econômica da família:

5.9 Faz uso de Internet: () Não () Sim

5.10 Quais eletrodomésticos a família utiliza: () TV () Geladeira () Radio () liquidificador () Som () Ventilador () nenhum () outros:

5.11 Tipo de veículo utilizado pela família para deslocamento:

6) SAÚDE

6.1 Existe atendimento de agentes de saúde na comunidade? () Não () Sim

6.2 Existe unidade básica de Saúde? () Não () Sim

6.3 Em caso de emergência, existe apoio logístico para deslocamento até à sede do município? () Não () Sim

APÊNDICE C: Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA
AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“Desenvolvimento Sustentável: território, modo de vida e trabalho em contexto de populações tradicionais na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)”**. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o desenvolvimento sustentável, modo de vida, território e trabalho na Resex-CA. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar preenchendo o questionário da pesquisa, o qual demandará de aproximadamente 30 minutos para o preenchimento. Esta pesquisa servirá para obter dados fidedignos acerca das informações sociodemográficas (iniciais do nome, sexo, idade, data de nascimento, grupo racial, estado civil, religião, naturalidade, nível de escolaridade, profissão, renda mensal), características do domicílio (situação, tipo de abastecimento de água, tipo de iluminação, escoamento sanitário, destino do lixo), identificação familiar (quantidade de pessoas por núcleo familiar, composição familiar e grau de parentesco), atividades realizadas durante o ano, contexto social (participação em cooperativas/associações, confiança nas lideranças, recebimento de visita técnica, conhecimento da legislação da Resex, realização de treinamentos, principal atividade econômica, acesso a saúde).

Os riscos da sua participação nesta pesquisa são possibilidade de danos à dimensão moral da pessoa, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado. Tais riscos serão minimizados garantindo o total sigilo, confidencialidade e a não exposição de sua identidade para terceiros.

O benefício esperado para os participantes é de que possam expressar de forma clara e espontânea, as vertentes que influenciam o modo de vida, bem como as necessidades que possuem. Outros benefícios são: a formação de um banco de dados atualizado com as características socioeconômicas das famílias que habitam as comunidades Água Branca, Santa Clara e Vila Boca do Braço, e os desafios que estes grupos sociais têm em seu cotidiano. Contribuindo assim como fonte pesquisa para possíveis políticas públicas, voltadas para esta população. E que posteriormente os pesquisadores possam retornar os resultados da pesquisa a administração da Resex-Ca e propor e

discutir ações sobre a temática em questão.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a **Resolução CNS nº466/12** e complementares. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: (96) 991801647. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

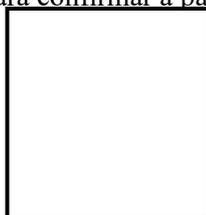
Eu _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada **Desenvolvimento Sustentável: território, modo de vida e trabalho em contexto de populações tradicionais na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**”.

Laranjal do Jari, ____ de _____ de 2024.

 Pesquisadora
 Claudete Sarraf de Abreu
 Cel: (96) 991801647

 Assinatura do participante

Caso o participante esteja impossibilitado de assinar: Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) participante _____, o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha nº1: _____

Testemunha nº2: _____

ANEXO A: Parecer Consubstanciado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E TRABALHO EM CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ).

Pesquisador: CLAUDETE SARRAF DE ABREU

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79443724.4.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.117.179

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de acordo

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências foram sanadas

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

UF: AP **Município:** MACAPA

Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.117.179

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2200988.pdf	29/09/2024 21:03:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CLAUDINHA.pdf	29/09/2024 21:03:28	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6825145.pdf	29/09/2024 21:02:30	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
Outros	FRpesquisa.pdf	29/09/2024 20:59:20	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
Outros	ENTREVISTA_SEMIESTRUTURADA.pdf	29/09/2024 20:58:07	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Claudia.pdf	29/09/2024 20:49:20	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaIOMBIO.pdf	28/05/2024 02:35:37	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REQUERIMENTO_dialatacao_de_prazo_assinado.pdf	26/03/2024 22:34:07	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/03/2024 22:30:33	CLAUDETE SARRAF DE ABREU	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 02 de Outubro de 2024

Assinado por:

Francisco Fábio Oliveira de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br